

Fabiano Coelho Antunes

**Uma reflexão do Sistema  
Educacional Brasileiro pautada nos  
Direitos Humanos: um estudo de  
caso**

—

MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS  
ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO:  
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS  
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Fabiano Coelho Antunes

**Uma reflexão do Sistema  
Educativo Brasileiro pautada nos  
Direitos Humanos: um estudo de  
caso**

Projeto submetido como requisito parcial  
para obtenção do grau de MESTRE

Orientação  
Prof. Doutor José Alberto Lencastre

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS  
ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO:  
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS  
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

## RESUMO

Os Direitos Humanos são um conceito de caráter público e universal. Juntamente com os conceitos de Direitos Fundamentais, Garantias Constitucionais e Princípios Jurídicos se relacionam com o processo democrático e o Estado Democrático de Direito onde este estudo do Direito Educacional se desenvolve. Também se usa o termo jus-educacional para tratarmos de toda a gama de Direitos relacionados à Educação. Mas tais direitos são muito antigos quando levado em conta o caráter instrutório, ou seja, o direito a uma formação que há séculos passa de geração para geração. Há pouco mais de um século o Direito à Educação não era um direito de todos, mas tão somente de alguns que faziam parte de determinada classe social. As sociedades democráticas atuais mudaram essa postura e entendem que o Direito a uma Educação Formal seja universalizada. As pessoas das mais variadas classes deverão possuir o mais amplo e irrestrito direito à Educação, partindo do princípio constitucional da igualdade formal, educação pública, gratuita e de qualidade. No Brasil, inúmeros fatos vão contra esta ordem democrática, colocando a Educação em posição de subserviência e longe de se alcançar a amplitude dos Direitos Humanos. Escolas sofrendo com incontáveis problemas, desde violências de todas as ordens como sexual, física, econômica. A liberdade, como outro dos direitos humanos, também não é identificada, bastando para isso perceber-se que um Estado onde a corrupção das instituições públicas vigora torna-se um Estado fraco, nas mãos dos que possuem poder econômico e de forma despreocupada com o que é público. Assim, trata a presente pesquisa dos saberes jurídicos educacionais, principalmente os que afetam aos Direitos humanos, dentre os quais os gestores de instituições de ensino deveriam ter conhecimento, a fim de que possam atuar da forma mais legítima e justa, solucionando conflitos existentes em suas unidades escolares. A nossa pesquisa segue uma metodologia qualitativa, na forma de estudo de caso. A recolha de dados recorreu ao inquérito por entrevista, com o objetivo de compreender os conhecimentos jus-educacionais necessários para que os gestores de unidades escolares possam atuar democraticamente na gestão de conflitos em uma instituição de ensino. Após a análise dos dados recolhidos concluímos que os gestores desconhecem os Direitos Humanos

na teoria e na prática, bem como a importância de tal conhecimento. Todos os diretores resolvem os conflitos em sua unidade escolar com base nos Direitos Humanos, mas sem ter uma certeza do que o que estão fazendo está realmente coadunando-se com a referida gama de direitos, pois não passaram por um aprendizado quanto aos direitos fundamentais – liberdade, igualdade, fraternidade – e mais modernamente – democracia e felicidade. Esta última perpassando, certamente, ao direito à Educação, pois sob a ótica do pesquisador, impossível alguém alcançar a felicidade plena sem Educação

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Humanos, Constituição, Legislação, Liberdade, Escola.

## **ABSTRACT**

Human Rights are a concept of public and universal character. Together with the concepts of Fundamental Rights, Constitutional Guarantees and Legal Principles, they relate to the democratic process and also to the Democratic State. From the latter, the incipient study of Educational Right or, why not say, jus-educational right derive to some extent, as observed in some characteristics as universality, for example; it should be noted, however, that it is outdated when its instructive features are taken into consideration, as they have been passed down through the ages. Just over one century ago, not all people were equally given the right to education, since only the ones belonging to certain social groups had access to it. Discrimination of all kinds, as the ones related to gender, inequality and class was commonplace, in a way that very few were privileged enough to receive formal education and acquire knowledge related to Philosophy, Anthropology, Literature, Languages, Math, among others. Current democratic societies have changed these aspects towards education and understand that every person should have access to the formal Right to Education, as an inherent right of every human being, not subjected to any kind of difference that might exist among people. Based on the constitutional principle of equality, in spite of striking social conditions, every person must own the unrestricted and broad access to public, free and high-quality education. Unfortunately, this is far from becoming a reality in the nation where I come from. Several facts challenge and threaten the country's democracy, which places Education in a lower position. Therefore, there is great discrepancy with the Human Rights, as schools end up absorbing problems they cannot handle successfully. From the various kinds of violence that may vary from sexual, physical or economic nature to gross massive corruption, which has impacts on the State as a whole. Despite being one of the human rights, freedom cannot be assured either, since political corruption makes the government less efficient. The disconnect with people's basic needs weakens the offer of the public service and empowers the rich. Thus, the present study aims at analyzing legal issues in Education, especially the ones that affect the Human Rights and among which managers of educational institutions should be aware of in order to promote equality,

act as mediators between the people and their government and honor their position as civil servants as they become able to solve the conflicts that rise in the social cell they manage – SCHOOL is its name.

**KEYWORDS:** Human Rights, Constitution, Legislation, Freedom, School.

## Índice

<b>1. Introdução .....</b>	<b>p. 01</b>
1.1 Contextualização do estudo .....	p. 01
1.2 Identificação do problema .....	p. 02
1.3 Questão de Investigação .....	p. 02
1.4 Objetivos do Estudo .....	p. 02
1.5 Motivação Pessoal .....	p. 03
1.6 Relevância do estudo .....	p. 03
1.7 Estrutura da dissertação .....	p. 04
<b>2. Revisão de Literatura .....</b>	<b>p. 05</b>
<b>3. Metodologia .....</b>	<b>p. 85</b>
3.1 Opção metodológica .....	p. 85
3.2 Descrição do estudo .....	p. 86
3.3 Participantes .....	p. 87
3.4 Método e técnicas de recolha de dados .....	p. 88
3.5 Método e técnicas de análise de dados .....	p. 88
<b>4. Apresentação e Análise de Resultados .....</b>	<b>p. 91</b>
<b>5. Conclusões e Limitações do Estudo .....</b>	<b>p. 101</b>
5.1 Conclusão .....	p. 101
5.2 Considerações finais .....	p. 107
5.3 Limitações do estudo .....	p. 108
<b>6. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>p. 109</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>p. 113</b>





## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Contextualização do estudo**

Desde os primórdios da humanidade, desde os primeiros momentos em que homem se identificou como um indivíduo socializável, em condições e necessidades de viver em sociedade, passou também a ter necessidade de regular tais relações. E desde esse momento, em que se viu diante de tal situação, em coexistência com o outro, com o semelhante, passou também a ter necessidade de ver seus direitos assegurados e, mesmo que de forma primária, foram criados os direitos que garantiam a condição humana. A tais direitos, mais modernamente, principalmente após a 2ª Grande Guerra Mundial, foi dado o nome de Direitos Humanos e passaram a ser regulados de forma ampla, em um Tratado Universal, envolvendo países ditos democráticos, entre eles o Brasil que passou a se signatário do referido Tratado.

Quando se trata de relacionar os Direitos Humanos ao Direito Fundamental à Educação, a importância dos dois se potencializam tornando quase que indissociáveis, havendo uma simbiose entre os dois ramos do Direito, não havendo possibilidade da existência de um sem a consideração do outro.

No Brasil, os responsáveis pela gestão educacional em âmbito nacional entenderam pela necessidade da criação de um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, onde se estabeleceu que:

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo em que aprofunda questões do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNEDH incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz. (BRASIL. Apresentação - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos).

## **1.2. Identificação do Problema**

Corroborando a ideia de que o Estado Brasileiro é comprometido com os Direitos Humanos e com a construção de uma sociedade civil organizada, incorporando aspectos dos principais documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, de entre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de forma a buscar a efetivação da democracia, do desenvolvimento e da justiça sociais, de uma cultura de paz, de forma que os co-cidadãos brasileiros possam usufruir de um país com características equilibradas e feliz.

Dessa forma, porque os Direitos Humanos seriam de crucial importância na gestão de uma instituição de ensino? Seria possível gerir uma instituição de ensino ou outra associação de pessoas sem considerar a importância dos Direitos Humanos? O homem como ser individual que é, dentro das suas particularidades, deverá ser levado a atuar conforme os Direitos Humanos? Haveria, ao revés, as obrigações baseadas nos Direitos Humanos? E a coletividade? Como então gerir esta coletividade considerando a individualidade com base nos Direitos Humanos, tanto no que diz respeito aos direitos quanto no que diz respeito às obrigações?

Todos esses questionamentos servem para se chegar a uma única questão que o presente trabalho pretende se debruçar, analisar e tentar tirar conclusões

## **1.3. Questão de investigação**

O gestor educacional necessitaria de uma formação mais completa no que se refere aos Direitos Humanos?

## **1.4. Objetivos do estudo**

A pesquisa pretendeu:

- Determinar que conhecimentos jus-educacionais são necessários para que os gestores escolares possam atuar em situação de conflito.

- Identificar que conhecimentos jus-educacionais os gestores escolares possuem para poderem atuar.
- Analisar como os gestores escolares aplicam os conhecimentos jus-educacionais no exercício das suas funções.

### **1.5. Motivação pessoal**

Ao mesmo tempo por interesse profissional do autor/pesquisador em responder questões práticas relacionadas ao cotidiano da vida em uma escola, uma vez que atualmente exerce a função de professor em escolas públicas e de advogado em um escritório particular, procurará analisar este tema do ponto de vista empírico, sob a perspectiva sociológica, analisando as células sociais, em cada unidade escolar, que faz parte de uma sociedade.

### **1.6. Relevância do estudo.**

A relevância do assunto se faz presente, pois há algumas décadas a gestão das instituições educacionais vem se tornando, em decorrência das multiplicidades nas relações sociais, uma função de extrema complexidade e, como não poderia deixar de ser, qualquer sociedade que se impõe complexa passa à necessidade de ser regulada por uma normatização própria, específica, para que injustiças não prevaleçam. A comunidade educacional se diversificou sendo, hoje, composta por atores que antes, há pouco tempo, não faziam parte dela.

Mazelas sociais como o aumento da violência, queda na qualidade da merenda, despreparo de profissionais para assumir certas funções, invasões de escolas pelo corpo discente e, porque não, a corrupção, chegaram à escola e inevitavelmente se refletiu no aumento vertiginoso do fracasso escolar. Diante desse quadro, necessário se torna um estudo, que permita uma contribuição para a mudança, o mais rápido possível, nas instituições e as mesmas não passem a serem simples depositários de seres humanos e a sociedade do futuro não pague um alto preço.

O tema, portanto, se mostra relevante e muito polêmico, uma vez que se passaria à judicialização das relações ocorridas em ambiente escolar com uma jus-educação ou, talvez, por que não dizer um Direito Educacional, para regular fatos considerados importantes para harmonização de interesses nesse ambiente. Assim, os profissionais que se encontram em uma situação de muita responsabilidade seriam os participantes da equipe gestora, pois se responsabilizam pela gestão da instituição, estando entre o representante do Poder Público Executivo, a quem estão subordinados e muitas vezes cumprem ordens até contrárias à lei, consubstanciando-se em abuso de autoridade; e a comunidade escolar, que precisa ser gerida e, assim sendo, a partir desses profissionais, certamente, seria o melhor caminho para se alcançar tal harmonização.

Assim, este o trabalho apresenta uma proposta de uma análise teórica e prática ambicionando contribuir para o pensamento em gestão educacional para uma política pública satisfatória, que alcance objetivos claros e torne possível o estabelecimento de relações mais agradáveis nesse ambiente, zelando pelo bem-estar de cada um dos atores. Levando-se em conta que as equipes gestoras poderiam possuir recursos teóricos, em conformidade, com a função que lhe é atribuída, a fim de que muitas demandas pudessem ser amenizadas ou, até mesmo, sanadas antes mesmo de se iniciarem, com fundamentação jus-educacional; e os outros atores da comunidade também pudessem se respaldar na busca de seus direitos educacionais.

### **1.7. Estrutura da dissertação**

No Capítulo 1, foram apresentados o problema, justificativa e os objetivos da pesquisa. No Capítulo 2, foi feita uma revisão bibliográfica sobre Políticas Públicas Educacionais, Direito Educacional, Direitos Humanos, Gestão Democrática, Conflitos em um Ambiente Escolar e o Princípio do Não-Retrocesso em Direitos Sociais. No Capítulo 3 a metodologia utilizada para obtenção e análise dos dados. No Capítulo 4 foram apresentados os resultados e discussão destes. Ao final do trabalho, no Capítulo 5, foram feitas as conclusões e considerações finais.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. O Direito Juseducacional na Sociedade Contemporânea

O final do século XX foi um momento de grandes transformações, que surtiram efeitos também no campo educativo, deixando muitos questionamentos a serem respondidos. Foi o momento do surgimento de uma nova concepção de gestão da coisa pública, gestão praticável com objetivo de excelência, com intuito de buscar uma gestão eficaz e eficiente, e, apesar de se viver no novo início de século um momento de incertezas, passa a ser imprescindível que se atenda aos princípios e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

Com a abertura de um novo século, que vive um momento de grandes conflitos sociais, século XXI, necessidades surgiram para atender à mudança de paradigmas que foram suplantados do século anterior, para que se possa atender uma Administração Pública inovadora.

*“Hoje, mais do que no passado, mergulhada em pleno século XXI, a Administração Pública foi forçada a tornar-se sensível a variáveis não equacionadas até o presente. Com efeito, administrar o sector público passa por fazer uma gestão de redes complexas, compostas por actores diversos (com aprendizagens, expectativas e comportamentos diferenciados), por grupos de pressão, grupos políticos, instituições sociais e empresas privadas. Existindo conflitos de interesses entre estes actores, a gestão pública deve ser capaz de os gerir, não devendo impor unilateralmente a sua vontade.”*  
(MADUREIRA; RODRIGUES.2006)

O início do século XXI trouxe a necessidade de mudanças significativas no âmbito educacional. O ano de 1996 foi emblemático para a Educação no Brasil quando o eminente Jacques Delors, no papel de Presidente do Comitê Internacional da UNESCO, apresentou o Relatório, que defendia, dentre outras, recomendações, no capítulo 2, “*Da coesão social à participação democrática*”, em particular no item 2, de que “*A socialização de cada indivíduo e o desenvolvimento pessoal não devem ser excludentes; torna-se necessário promover um sistema que se empenhe em combinar as vantagens da integração com o respeito pelos direitos individuais*” (Relatório Delors da UNESCO 1996/1997).

No fim do século XX, a UNESCO apresentou o Relatório *Delors* que aponta a Educação para todos - *Educação: Um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*.

Assim, o Relatório apresentou propostas de mudança que precisavam, e precisam, ser concretizadas, na busca de implementação de direitos primordiais, relacionados aos Direitos Humanos, esperados por décadas, que precisam, na prática, passar a serem, realmente, essenciais.

Diante desse contexto social e de novos obstáculos, questões que atingem na maioria das vezes diretamente direitos e garantias fundamentais e, de forma indireta, os Direitos Humanos; a gestão de uma instituição de ensino passou a ter um papel primordial na organização da sociedade, exigindo conhecimentos desses gestores, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil em um Estado Democrático de Direito, que, décadas atrás, tais conhecimentos não eram tão necessários, uma vez que se vivia um estado de exceção.

Tais transformações ocorridas no final do século passado, nos campos econômico, político, social, cultural e, principalmente, jurídico; com o surgimento de uma nova Constituição democrática e dita cidadã, em 1988, e a crescente judicialização do Poder Executivo impõe, ao mesmo, a implementação de políticas públicas positivas assecuratórias dos direitos fundamentais e consequente busca pela igualdade material; com o surgimento de novas leis regulatórias do Sistema Educacional Nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei 9.394/1996), a qual completou 20 anos, em 2016, no ano passado, já com necessidade de ser reformulada para bem adequar-se ao novo contexto sócio-educacional do século XXI.

Além do surgimento dessa lei, outras leis de regulação indireta da Educação, como o Tratado Internacional Direitos dos Deficientes (Decreto 6.949/2009), a lei regulatória das cotas (12.711/2012), o Estatuto da Juventude (12.852/2013), o Estatuto do Idoso (10.741/2003), o Estatuto do Índio (6.001/1973), a Lei do Piso Salarial (11.738/2008), que assegurou, juntamente, o Plano de Cargos e Salários e o tempo mínimo de 1/3 das horas-aulas para coordenação de atividades extraclasse, a lei 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*); entre outras tantas

resoluções, pareceres, planos educacionais; que modificam profundamente o cenário nacional, tornando extremamente complexa a gestão de unidades educacionais em todo o país.

Diante de tantos diplomas legislativos e executivos, no presente momento, contudo, um merece um aprofundamento atento, pois, apesar de ainda não se ter concretizado em lei, encontra-se tramitando como projeto que procurará regular a “doutrinação ideológica”, no projeto de lei 867/2015, que inclui o programa “Escola sem Partido” entre as diretrizes de bases da Educação Nacional.

Esse questionamento perpassa por todo o século XX, desde meados do século passado, mais precisamente em 10 de dezembro de 1948, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, muito do espírito da norma no que diz respeito ao Direito à Educação ainda não foi devidamente implantado, no entanto chegou um momento em que o Estado Federativo, por meio do Ministério da Educação, Secretarias de Educação (em âmbito regional e local) e as gestões educacionais, precisa buscar sua plena efetivação, sem chance para nova postergação.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem expressa em seu preâmbulo e em seu artigo 26º a primordialidade da Educação como um direito social e fundamental, sem a qual outros direitos fundamentais, simplesmente, não se concretizarão, tornando-se, a sociedade, defasada quanto à satisfação desses direitos. A referida Declaração teve seus reflexos diretos em todas as Constituições das nações ocidentais independentes, consoante a Constituição Brasileira e a Constituição Portuguesa; trazendo expressamente em seus preâmbulos a necessidade e urgência de implementação dos direitos fundamentais nesta e dos direitos sociais naquela.

Assim determina o preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil,

*“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte*

*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.”  
(Preâmbulo da Constituição da República Federativa do  
Brasil)(GRIFOS)*

Note-se que o preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil traz os direitos sociais como valores supremos para a consolidação de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias; e, isso tudo, é possível afirmar, só passa a ser viável a partir do fortalecimento da Educação como um Direito Social, sem o qual se tornam inatingíveis tais objetivos da República.

A Constituição da República de Portugal, em seu preâmbulo, a título meramente ilustrativo, como nações irmãs, também determina a garantia aos Direitos Fundamentais, dentre os quais se inclui a Educação como garantia basilar para o sustento do próprio Estado Português como sendo um Estado de Direito Democrático e no respeito da vontade do povo português.

*“A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno”  
(Preâmbulo da Constituição da República Portuguesa)(GRIFOS)*

Portanto, na mesma direção, traz a Constituição da República Portuguesa, na consolidação de seu Estado e na garantia de direitos fundamentais, dentre eles o Direito à Educação.

Diante desse quadro inovador, em efervescência, a Educação nacional passou a necessitar de mudanças nunca antes admitidas, nem mesmo pensadas e, isso, trouxe uma série de dificuldades para que se pudesse alcançar uma gestão garantidora de direitos constitucionais, uma vez que a gestão escolar, que é a seção administrativa estatal mais próxima da comunidade escolar desconhecia ou ignorava a legislação atuando de forma, muitas vezes, autoritária ou, quando não era autoritária, baseada em relações fraternas, sem um equilíbrio sob o manto dos Direitos Humanos.



## 2.2. Gestão Democrática Educacional

Cotidianamente, diversos conflitos ocorrem no ambiente escolar, no interior de escolas, colégios, educandários, institutos, que muitas vezes requerem do gestor escolar um conhecimento que vai além dos estudados nos bancos universitários, fazendo com que o mesmo necessite de um conhecimento complementar e, caso não lhe seja promovido ou o busque por conta própria, poderá passar por situações de conflito tormentosas, podendo vir a tomar decisões precipitadas, não condizentes com as bases de uma gestão democrática alicerçada nos Direitos Humanos.

A busca inicial da conceituação do que seria Gestão (*amplu sensu*) e o conceito de gestão educacional, faz-se necessário, assim como o estudo de quais seriam as principais demandas conflituosas que a administração escolar e os atores desse ambiente, diariamente, vivenciam, para que se possa chegar a melhor solução dos mesmos.

Além disso, far-se-á a análise de quais seriam, além da Constituição Federal, os normativos legais pertinentes à possível solução de cada um desses casos.

Autores como, Heloísa Lück (2000) e José do Prado Martins (2007) não podem deixar de ser citados quando se propõe o estudo de desafios de uma gestão educacional democrática. Partindo destes autores, apresenta-se uma análise prévia do que viria a ser gestão educacional com viés democrático que, por ora, satisfaz o desejo do pesquisador de aprofundar-se no tema estudado.

Afirma, inicialmente, a professora Heloísa Lück (2000), a mudança de paradigmas na sociedade contemporânea, que deixa de ser autocrática para passar a ser democrática e, sem a qual, tornar-se-ia inalcançável a finalidade de uma gestão educacional democrática,

“Já é lugar comum à afirmação de que vivemos uma época de mudança. Porém, a mudança mais significativa que se pode registrar é a do modo como vemos a realidade e de como dela participamos, estabelecendo sua construção. No geral, em toda a sociedade, observa-se o desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo, a centralização, a fragmentação, o conservadorismo e a ótica do dividir para conquistar, do perde-ganha, estão

ultrapassados, por conduzirem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconsequente, à desresponsabilização por atos e seus resultados e, em última instância, à estagnação social e ao fracasso de suas instituições. (LUCK, 2.000)

Essa mesma mudança de paradigmas, que partiu do entendimento de que na atual sociedade não cabem mais determinados comportamentos viciados do passado, que levam ao descrédito da própria sociedade, entende, hoje, que atitudes positivas em prol da coletividade devem assumir o lugar desses referidos comportamentos, objetivando a melhor solução de problemas, priorizando a democracia. Continua a professora:

“Essa mudança de paradigma é marcada por uma forte tendência à adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos e globais, com os quais, para determinar as características de produtos e serviços, interação dirigentes, funcionários e ‘clientes’ ou ‘usuários’, estabelecendo alianças, redes e parcerias, na busca de soluções de problemas e alargamento de horizontes.” (LUCK, 2000)

Ficando, entretanto, a tentativa de conceituação da gestão educacional por conta do professor José do Prado Martins, que com a sua linguagem objetiva e simples, assim determina:

“(…) Na tentativa de conceituar administração em geral, é preciso considerá-la abstraída de seus determinantes sociais e, satisfeita esta condição, a administração em geral é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados. Portanto, a administração é uma atividade específica do ser humano, pois somente o homem é capaz de estabelecer objetivos livremente e utilizar-se dos recursos de modo racional.” (MARTINS, 2007)

Sendo, assim, é inegável que a gestão escolar, seja influenciada por questões políticas, econômicas e sociais, ficando por conta daquele que se predispõe a realizar esta elevada função, o qual deverá atuar sempre considerando a legislação pertinente, principalmente a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus princípios e garantias fundamentais e seus direitos sociais.

“Entretanto, a administração sempre ocorre em um contexto em que existem condicionamentos de ordem política, econômica e social que, no caso da sociedade capitalista, verificam-se sob o modo de produção capitalista. Nessa ótica, a administração é um processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos

humanos, materiais, financeiros e informacionais, visando à realização de objetivos.” (MARTINS, 2.007)

Dessa forma tenta-se determinar os parâmetros sociais, considerando a justiça educacional de forma a revelar seus princípios próprios, para se identificar uma gestão educacional democrática.

Ficando a questão da análise jurídica da gestão democrática, numa ótica jus-educacional ou do Direito Educacional, para autores como José Antônio da Silva (SILVA. 2.000), Hely Lopes Meirelles (MEIRELLES. 2.001), administrativistas de renome no Brasil; mas por que não alinhar esse ponto com a brilhante colocação do professor Carlos Roberto Jamil Cury, quando afirma que

“A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (artigo 37º) (BRASIL, 1988): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta”. (CURY, 2007)

Como não poderia deixar de ser, a gestão democrática educacional deverá ser embasada na participação e na deliberação pública, buscando um desenvolvimento e crescimento das personagens que daquele contexto fazem parte, de forma a torná-los cidadãos formadores de uma sociedade democrática, assim uma gestão democrática é a gestão de uma administração onde todos participem ou possam participar.

“Por que concreta? Porque o concreto (*cum crescere*, do latim, é crescer com) é o que nasce com e que cresce com o outro. Este caráter genitor é o horizonte de uma nova cidadania em nosso país, em nossos sistemas de ensino e em nossas instituições escolares. Afirma-se, pois, a escola como espaço de construção democrática, respeitado o caráter específico da instituição escolar como lugar de ensino/aprendizagem.” (CURY, 2007)

Portanto, a gestão escolar é o âmago da instituição, capaz de tornar o ambiente escolar extremamente prazeroso, estimulante, eficaz, tornando a convivência harmoniosa e contagiante, fazendo com que o ser humano seja atendido plenamente em sua dignidade; ou, por outro lado, fazer com que o ambiente se torne ameaçador, ditatorial, improdutivo e propenso a assédios de todas as ordens.

Momentos pelos quais se passa atualmente, de crise e falta de perspectivas, muitas vezes, faz pensar no retrocesso do quadro educacional nacional; greves em todos os entes federativos - federal, estadual, municipal; prédios sem condições de uso; má formação de profissionais da educação; falta de materiais básicos para a produção educacional; falta de funcionários de apoio; merenda de baixa qualidade; índices educacionais decepcionantes; atrasos nos salários dos profissionais; corrupção; violências de toda ordem. Todos esses fatores levam a um estado de instabilidade permanente, que deveria ser trabalhado diuturnamente pelos profissionais da educação, principalmente pelos gestores de unidades escolares, para que de forma sistemática ocorra a sua diminuição e até estagnação, pois todos prejudicam todo o desenvolvimento da Educação Nacional.

Pesquisas recentes, portanto, demonstram que a cada dia aumenta o número de conflitos no âmbito educacional, que muitas vezes vão parar, desnecessariamente, no Poder Judiciário, abarrotando-o, deixando-o ainda mais repleto, muitas vezes sem necessidade. Isso faz com que o Estado Brasileiro desperdice um alto valor econômico, desnecessariamente, em função da falta de sensibilidade ou de conhecimento jus-educacional dos gestores. Estes valores poderiam ser direcionados para a própria Educação, se tais problemas fossem sanados de forma menos traumática e custosa, ajudando na melhoria da qualidade do próprio Sistema Educacional.

### **2.3. Conflitos/Confrontos em Ambiente Escolar**

Em virtude do crescimento das demandas negativas apresentadas e das exigências que a sociedade e seu desenvolvimento impõem, o projeto de pesquisa, a que deu origem à presente dissertação, surgiu com a finalidade de incentivar um diálogo sobre as inúmeras orientações jus-educacionais passíveis de se tornarem questionamentos por parte da comunidade escolar. Com maior cuidado, entretanto, no que diz respeito à questão específica da “doutrinação ideológica”, uma vez que trata de um dos principais Direitos assegurados constitucionalmente, Direito este que justifica a escola com o seu porquê, sem o qual não haveria razão de ser da escola, o Direito à Informação.

Uma distinção há que ser feita, inicialmente, entre conflito e confronto, o primeiro é desejado, é esperado, porque haverá desenvolvimento, aprendizado, em sua solução; o confronto, por sua vez, não, é indesejado. No entanto, em um ambiente escolar, muitas vezes poderão ocorrer os dois e, em cada caso, a equipe gestora, liderada pelo gestor da escola, deverá saber lidar com cada um deles.

A Educação, portanto, não poderá temer o conflito, o debate, muitas vezes tendo inclusive, que buscá-lo, para que possa realizar a análise da realidade em busca de uma discussão criadora. O confronto é inevitável, devido à complexidade interpessoal dos atores ali envolvidos. Por isso, deve-se considerar os fatos ocorridos diariamente nesse ambiente, a valoração desses fatos como significativos para a sociedade e a sua assunção às normas correspondentes. Somente com a clareza dessa equação para a solução dos conflitos é que se poderá alcançar uma gestão democrática e cidadã, capaz de tornar a Educação um alicerce para toda a sociedade brasileira.

A relevância do assunto se faz presente, pois há algumas décadas, principalmente desde a promulgação da Constituição da República Federativa, em 1988, a gestão das instituições educacionais vem se tornando, em decorrência das multiplicidades nas relações sociais, uma função de extrema complexidade e, como não poderia deixar de ser, qualquer sociedade que se impõe complexa passa à necessidade de ser regulada por uma normatização própria, específica, para que injustiças não prevaleçam.

A gestão democrática tornou-se, portanto, elemento imprescindível e relevante para a melhoria do quadro social, mas muito polêmica, uma vez que se passaria à judicialização das relações ocorridas em ambiente escolar com uma jus-educação ou, talvez, por que não dizer um Direito Educacional, para regular fatos considerados importantes para harmonização de interesses na sociedade e nesse ambiente.

Assim, os profissionais que se encontram em uma situação de muita responsabilidade, seriam os participantes da equipe gestora, pois se responsabilizam pela gestão da instituição, situando-se entre o representante do Poder Executivo, a quem estão subordinados e muitas vezes cumprem ordens até contrárias à lei, sob imposição, consubstanciando-se em abuso de autoridade; e a comunidade escolar, que precisa ser

gerida e, assim sendo, a partir desses profissionais de gestão, certamente, seria o melhor caminho para se alcançar tal harmonização.

Assim, esta dissertação apresenta uma proposta de uma análise teórica e prática, ambicionando contribuir para o pensamento educacional em gestão para uma política pública satisfatória, em que se alcancem objetivos claros e que possibilitem tornar as relações nesse ambiente mais agradáveis, zelando pelo bem-estar de cada um dos participantes. Levando-se em conta que as equipes gestoras possam possuir recursos teóricos, em conformidade com a função que lhe é atribuída, a fim de que muitas demandas pudessem ser amenizadas ou, até mesmo sanadas, antes mesmo de se iniciarem, com uma fundamentação jus-educacional; e, as outras personagens da comunidade, também possam respaldar-se na busca de seus direitos educacionais.

Desde o final de década de 90 do século passado, quando terminou a sua primeira graduação no curso de Letras, pela Fundação Educacional da Região dos Lagos, mas precisamente no ano de 1998, quando iniciou imediatamente a função do magistério, o pesquisador já vivenciou situações de conflito no ambiente escolar, seja com quais forem as personagens envolvidas desse ambiente. Mas foi a partir do início do presente século que o mesmo passou a vivenciar com mais intensidade tais situações, quando iniciou o curso de Direito, na Universidade Estácio de Sá (Niterói-RJ/Brasil), e pôde interpretar ocorrências no âmbito educacional com uma visão jus-consultiva, muitas vezes até dando orientações jurídicas aos colegas da escola e, sempre, procurando amenizar a agonia pelo qual muitos passavam.

De frente da realidade apontada, a pesquisa procurará contribuir, no fornecimento às Ciências da Educação, no contexto brasileiro, com soluções as mais adequadas possíveis para a resolução de conflitos a serem sanados, em harmonia com as garantias e princípios fundamentais e direitos constitucionais, não se atendendo a realizações pessoais do pesquisador, tem como objetivo salientar uma temática imprescindível para melhoria da Educação no país, fazendo-o por meio da pesquisa científica.

Verificando a celeuma instaurada, buscar-se-á demonstrar a relevância de se melhorar as relações humanas no contexto escolar, dignificando a espécie humana como seres dotados de valores e princípios e, conseqüentemente, melhor orientando, consoante o

conhecimento jus-educacional, todos os envolvidos nesse contexto, principalmente aqueles que possuem em suas mãos a elevada função de gerir a administração escolar.

Assim, acredita-se realmente que o presente estudo vá contribuir para uma reflexão da gestão educacional e suas relações interpessoais no século XXI. Ao delinear-se a criticidade como base deste plano teórico, abre-se um amplo e irrestrito caminho para uma análise reflexiva sobre a indispensabilidade de se estudarem orientações jurídicas na atividade de gestão, enquanto função de intermediação entre o, muitas vezes, autoritário e distante, Poder Executivo e toda a comunidade escolar.

#### **2.4. Legislações Correlatas**

Na atualidade, a sociedade globalizada encontra-se em constante transformação, nela coexistem diversos atores, os quais mantêm inúmeras relações, de várias naturezas e diferentes origens, necessitando, por isso, cada vez mais, de formas as mais variadas de soluções de conflitos. Ambientes efervescentes, multifacetados, como os encontrados em um ambiente escolar, exigem conhecimentos cada vez mais variados, por parte daqueles que se predispõem a gerenciá-los, buscando sempre inovações e, dentre esses conhecimentos, poder-se-á citar de modo resumido as áreas pedagógica, administrativa, contabilística, tributária e, por que não, jurídica.

Aquele que se propõe a executar a árdua atividade de gerir uma instituição de ensino, além de dever ser conhecedor de determinados saberes, não poderá nunca distanciar-se da sensibilidade no que diz respeito ao ser humano, reconhecendo os seus pares, considerando os mesmos como pessoas, como cidadãos, como profissionais; pois, somente assim, conseguirá desenvolver satisfatoriamente uma gestão educacional democrática e cidadã.

Diante dessa constatação, de que o valor humano deve ser combinado com o conhecimento técnico, fica evidente que a Educação, pode ser definida nas palavras do mais aprimorado filósofo educacional no Brasil, o mestre Paulo Freire, em pelo menos duas concepções:

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não é fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” (FREIRE, 2008)

A dialogicidade na Educação é característica de altíssima relevância; a exposição de ideias e saberes, a dissonância devem sempre estar presentes e só assim se alcançará a realidade como forma de formação educacional, não se fugindo da “discussão criadora” – do conflito.

“A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos.” (FREIRE, 208)

Trata neste fragmento da continuidade da educação, que não pode ser estagnada, tratando-se de algo infindo, sem possibilidade de determinar um fim e, por isso, como elemento integrador de todas as outras ciências humanas. A Educação ficaria demasiadamente empobrecida se fosse estudada e pesquisada de forma a limitar-se somente em seu campo pedagógico, a um “único saber”, uma vez que como já afirmado, necessário se faz a interdisciplinaridade de todos os outros campos que tratam do homem como ser individual e pertencente a um grupo social. Assim sendo, importa ressaltar a propriedade do estudo da Educação diretamente interligada ao estudo dos Direitos Humanos, da Democracia e da Cidadania, tratando-a como um Direito Fundamental ao ser humano.

Nesses sentidos, principalmente quanto ao primeiro deles, a educação aparece como um dos mais valiosos dos Direitos Humanos, quando afirma ser a Educação a análise da realidade, e a realidade passa pela análise da sociedade e por toda uma gama de direitos fundamentais, que asseguram dentre eles a própria dignidade da pessoa humana.

Continua o mestre Freire,

“[...] a perspectiva da educação em Direitos Humanos, que defendemos, é esta, de uma sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa. Uma sociedade reinventando-se sempre com uma nova compreensão do poder, passando por uma nova compreensão da produção. Uma sociedade em que a gente tenha gosto de viver, de sonhar, de namorar, de amar, de querer bem. Esta tem que ser uma educação corajosa, curiosa, despertadora da curiosidade, mantenedora da curiosidade, por isso mesmo uma educação que, tanto quanto possível, vai preservando a menina que



“você foi, sem deixar que a sua maturidade a mate.” (FREIRE; GUIMARÃES; GADOTTI. 1995)

No entanto, diferentemente do que alguns podem pensar, a vertente objetiva dos Direitos Humanos, a normatizada, não surgiu concomitantemente com o conceito de ser humano, o que levou as sociedades anteriores, medievais, principalmente, com o Absolutismo e a Monarquia Feudal, a cometerem todos os tipos de atrocidades contra a própria humanidade como um todo e contra o homem de forma individualizada.

A ideia de Direitos Humanos somente ganhou notoriedade a partir das três grandes Revoluções: Revolução Francesa ou Social, Revolução Inglesa ou Industrial e a Revolução Norte-Americana. Mas foi na Revolução norte-americana e na Revolução Francesa, de 1789, que se estabeleceu uma Declaração onde se afirmava que “*todos os homens são iguais perante a lei*”. Inicialmente, sem considerar a individualidade de cada cidadão, o que muitas vezes só aumentou a desigualdade. Posteriormente, somente com a implantação de direitos sociais, como a Educação, é que se passou a diminuir esta desigualdade, aproximando-se de uma igualdade material.

Há, portanto, junto a qualquer atividade que se dita concatenada com uma Educação Democrática, a necessidade de se estabelecer uma ligação aos Direitos Humanos, de forma a unir-se a tecnicidade com valorização do ser humano, enaltecendo-se ao mais alto patamar a dignidade da pessoa natural como basilar para uma gestão educacional justa, garantista, de forma a resguardar o exercício da cidadania em um Estado que busca ser democrático e de Direito.

O primeiro momento em que se cogitou a existência de direitos próprios da qualidade de ser humano, foi nos mais remotos tempos, tempos passados, com os antigos plebeus, em meados do século V a.C., quando foi publicada a Lei das Doze Tábuas, estabelecendo nesse momento a obrigatoriedade da Lei escrita, importante conquista naquela época; mas antes os plebeus já haviam conseguido a instituição do Tribunal da Plebe, espécie de magistratura com poder de veto às decisões dos patrícios, senadores, com poderes de decisão. Assim, os plebeus criaram suas próprias reuniões – os Concílios da Plebe – onde puderam adotar resoluções, dando origem aos “plebiscitos”.

Dentre outras tantas grandes conquistas plebeia, houve outra de grande relevância, a chamada Lei Hortênsia, em 287 a.C., que dava força de lei aos plebiscitos, mesmo sem a aprovação final do Senado. Tendo assim ficado conhecido o povo plebeu: “Em meio a essas sedições, esse povo valoroso merece admiração. Lutou por sua liberdade, por sua honestidade, por sua dignidade de nascimento e também pelos cargos e suas honras, mas, acima de tudo, bateu-se de forma mais valente pela salvaguarda da liberdade.” (FUNARI, 2.001)

Assim, neste momento pode-se dizer que se iniciou a busca da cidadania por via do direito positivo, ou seja, escrita e, portanto, com maior grau de exigibilidade.

Tangenciando o direito de cidadania encontra-se a própria noção de liberdade, conceituada nesse tempo como a não sujeição a outra pessoa, conceito que foi fundamental para a criação pelos fundadores da cidadania moderna.

Uma fábula de Fedro, a título exemplificativo, retrata o valor da liberdade para os romanos:

*“Relatarei, sumariamente, a doçura da liberdade.*

*Um cão gordo e saciado encontra um lobo magro ao extremo; eles se cumprimentam e param:*

*- Diga-me, de onde vem tal exuberância? Que comida lhe deu esta corpulência?*

*Eu, que sou bem mais corajoso que vocês, morro de fome.*

*- O mesmo destino lhe espera, se você puder servir o dono de maneira idêntica responde, bondosamente, o cão.*

*- Em quê?, pergunta o outro.*

*- Vigiar a entrada, proteger a casa contra os ladrões, mesmo à noite.*

*- Estou, seguramente, disposto a isto! Por ora, sofro com a neve e a chuva, levou uma vida árdua nas florestas; como me seria mais cômodo viver sob um teto sem fazer nada, alimentar-me e saciar-me de comida!*

- *Siga-me, então.*

*No caminho, o lobo reparou no pescoço do cão, que a coleira tinha marcado.*

- *De onde vem isso, meu amigo?*

- *Não é nada.*

- *Conte-me, eu lhe peço.*

- *Acham-me muito fofinho, por isso prendem-me durante o dia para que eu repouse quando está claro e para que eu zele quando chega a noite. No crepúsculo, sou desatado e vou onde quero. Sem que eu tenha que me mexer, trazem-me pão; de sua mesa, meu dono me dá ossos e as pessoas atiram-me porções de tudo aquilo que não querem. Assim, sem me cansar, encho meu estômago.*

- *E, diga-me, se você quiser ir a algum lugar, você pode?*

- *Não, absolutamente.*

- *Seja feliz a seu modo, cão; não gostaria de um trono que me tirasse a liberdade.” )*

Desde aqueles tempos o direito à liberdade encontrava-se na base da cidadania romana. A busca da liberdade era um de seus pilares.

Gaius informa em “*Institutas*” que, defronte a lei, as pessoas são livres ou escravas, assim:

“Algumas pessoas são independentes (*personae sui iuris*), outras estão submetidas a outrem (*alieno iuri subiectae*). Destas pessoas submetidas, algumas estão sob poder (*in potestate*), sob o domínio marital (*in manu*) ou sob servidão (*in mancipio*). Examinemos as pessoas submetidas pois, se soubermos quem é subordinado, saberemos quem é independentemente. Vejamos primeiro os que estão no poder de outrem. Os escravos estão no poder de seus senhores. Este poder baseia-se no direito dos povos.”

Os filósofos modernos, no entanto, veem os pilares da liberdade como algo individual, se, numa sociedade, os homens são todos livres ou subordinados, então um

cidadão livre é aquele que não está sob o domínio de outro cidadão, podendo agir segundo seu próprio juízo e direito.

Esse conceito durou dezessete séculos até a ocorrência do confronto entre o Parlamento Inglês e a Coroa Absolutista de Carlos I (1642).

Àquele tempo, os cidadãos com liberdade no Parlamento, com representação no Parlamento, queriam controlar o poder militar, no entanto, o rei declarou que se uma lei emanasse do Parlamento, dos cidadãos que o compunham, o rei não a cumpriria, pois faria uso do direito de veto, já presente naqueles tempos. Esse Direito tratava-se do chamado *Negative Voice*, direito absolutista, que se baseava no princípio romano de que “*o que agrada ao príncipe tem força de lei*”, uma vez que o que não lhe agrada não poderia ser considerado lei.

Estando diante dessa situação, onde o rei poderia vetar uma lei por sua vontade, os cidadãos livres perceberam que o Parlamento e, extensivamente, os próprios cidadãos estariam subordinados *ad eternum* aos desmandos dos reis (*alieno iuri subiectae*), sem que pudessem ter seu próprio juízo. Passou-se, então, a uma questão social primordial em que a liberdade deveria ser condicionada pela subordinação ao rei, o que leva a uma maneira própria de encarar as relações entre a liberdade dos cidadãos e a constituição do Estado civil, devendo esta refletir a opinião dos cidadãos.

A partir dessa concepção surgiram as Revoluções do século XVII – Puritana Inglesa – e XVIII – Americana e Francesa, que trouxeram a noção de que só existe liberdade individual se existir cidadania; cidadania que deverá atender as suas próprias necessidades, uma vez que viver como súditos de um governador é viver na subordinação, no limite, como escravos.

Posteriormente, já, em meados do século XX, mais exatamente, no ano de 1948, no dia 10 do mês de dezembro, juntando-se aos princípios religiosos e os ideais libertários da Revolução Francesa, foi proclamada pela Resolução 217 da Organização das Nações Unidas – ONU – a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo o Brasil assinado nesta mesma data e, a partir desse momento, passa a existir um conjunto de conceitos essenciais, de modo a, pelo menos teoricamente, garantir a dignidade, a liberdade e a segurança de cada habitante do planeta azul.

Teoricamente, como se sabe, a Declaração, apesar de ter sido um marco na história da humanidade, como qualquer outra normatização que viesse a regular matéria de tamanha relevância, por si só, não pode ser considerada como instrumento assecuratório de direitos fundamentais, suficiente para a modificação do comportamento dos membros de uma sociedade, que não ocorreu, como se declarou durante a Segunda Guerra Mundial e no Holocausto.

Diante desses factos, a Declaração, muitas vezes, nenhum efeito surtiu, servindo de “letra morta”, obsoleta e fraca; far-se-á lei forte e obrigatória a partir do momento que a própria sociedade modificar o seu comportamento diante de seus cidadãos e, isso, certamente ocorrerá somente quando a Educação se tornar prioridade.

Aproximadamente, vinte anos depois da promulgação da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, mais precisamente em 22 de novembro de 1969, foi subscrita a Convenção Americana de Direitos Humanos – CADH; também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, tendo sido um Tratado Internacional entre os países-membros da Organização dos Estados Americanos, subscrita durante a Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos, na cidade de San José da Costa Rica, e entrado em vigor em 18 de julho de 1978, quase dez anos depois, e dez antes da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988.

Sendo atualmente uma das bases do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, os Estados signatários desta Convenção se *“comprometem a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que está sujeita a sua jurisdição, sem qualquer discriminação.”*

A Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB – trouxe, posteriormente, em 05 de outubro de 1988, 40 anos depois, em seu Título II, os Direitos e Garantias Fundamentais, reflexamente ao que expressa referida Declaração, dentre eles a Educação.

Dada essa condição, é relevante que entendamos a Educação como um Direito Humano consagrado dentre os Direitos Fundamentais e previsto na CRFB/88, mais precisamente em seu Título II, Capítulo II – Título: dos Direitos Sociais, artigo 6º, juntamente com o direito à saúde, ao trabalho, à previdência social, ao lazer, à

segurança, à proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados, estando aquele direito, não sem razão em primeiro lugar, em uma relação de Direitos nos quais o Estado Social de Direito deve garantir como liberdades positivas, aquelas em que o Estado deve atuar positivamente de modo a resguardar de forma ampla e irrestrita, objetivando uma melhoria nas condições de vida de toda a sociedade e, principalmente, dos menos favorecidos, concretizando a igualdade social.

Mais recentemente, na visão moderna de Educação, Educação para a cidadania, a sua realização não existe apenas em determinados espaços físicos previamente catalogados, como: escolas, educandários, institutos ou outro espaço qualquer direcionado à informação, formação e instrução. Estes não são os únicos com esta destinação. A Educação, portanto, deve ser entendida como algo muito maior, uma dimensão muito mais ampla do que simplesmente ensinar e instruir e, para isso, é preciso entender que estes espaços não podem ser os únicos para a realização desta atividade. Assim se pode levar a crer que os segmentos educacionais regulados oficialmente em lei, a saber; Educação Infantil, Educação Básica, Educação Universitária, não podem ser considerados suficientes para se esgotar o referido conceito.

A Educação *amplu sensu*, portanto, engloba todas as atividades realizadas para o aprimoramento do ser humano e, a *stritu sensu*, representa atividades ministradas em estabelecimentos escolares para desenvolvimento do conhecimento, da instrução, a partir de eixos cognitivos, competências e habilidades.

Diante da Educação *stritu sensu*, no entanto, faz-se necessário a organização do espaço para a obtenção de um resultado mais satisfatório, da realização de um processo educacional mais eficaz, e, com isso, surge a ideia de gestão educacional ou, melhor, gestão dos fatores que envolvem o espaço provido para o desenvolvimento do ser humano por meio do processo educativo. Passou-se então a ter a noção da responsabilidade, como função social, da gerência dos fatores educacionais. Sabendo-se que a gestão escolar possui um viés político-pedagógico, existe, contudo, concorrentemente, um viés jurídico-legal, havendo a necessidade da regulação, da

normatização, da gerência educacional, seguindo os princípios e normas constitucionais e sociais para uma educação mais humanizada.

Existe, contudo, uma crescente dificuldade em lidar com os factos que venham a ocorrer cotidianamente no ambiente escolar, devido às multifacetadas que os factos sociais podem adquirir, cada vez mais complexos, envolvendo vários atores como o Estado, as Unidades Educacionais públicas ou privadas, cada qual com suas peculiaridades, e a comunidade educacional formada por professores, alunos, pais, profissionais de apoio e interessados; como, por exemplo, questões de gênero, de assédio moral e sexual, violências físicas de toda ordem, dentre outros; muitas vezes esses fatos não podem e não devem ser resolvidos pela simples imposição da lei – em sentido estrito ou em sentido amplo –, requerendo, muitas vezes, que seja utilizado do bom senso e da ética, por parte dos protagonistas envolvidos neste ambiente, principalmente pelos gestores que titularizam o poder de gerir o espaço.

Mas é certo que, contudo, em outros casos, há a necessidade da utilização de uma determinada normatização, mesmo nos casos que, preferivelmente, se deva fazer uso da composição, por meio da tentativa de conciliação, composição *stritu sensu*, reparação ou outro instrumento capaz de atender tal finalidade sem que se busque de imediato o poder judiciário; o que, por si só, já se estaria usando de mecanismos previstos em lei para a solução do litígio.

A Gestão Educacional Cidadã deve estar diretamente relacionada com a ideia de um espaço educacional democrático, humanizado e eficiente, formadora de cidadãos. No que diz respeito à democracia podemos definir o espaço educacional como universal, que atenda a todos indistintamente, tornando o seio social mais igualitário e libertário para que possa alcançar uma sociedade mais justa e fraterna. Quando há um espaço humanizado procura-se alcançar a realização do homem, como espécie, colocando-o no âmago do processo educacional, como elemento principal, sem o qual impossível seria alcançar a excelência nesse espaço. Por fim, relaciona-se diretamente o espaço humanizado com o espaço eficiente, onde um dependerá do outro, somente se alcançará um espaço eficiente, excelente, se se colocar o ser humano como ponto nevrálgico da educação. Um espaço que não valorize o ser humano dando-lhe

dignidade para se desenvolver como cidadão, de forma completa, nunca poderá ser considerado um espaço eficiente.

Nesse diapasão poder-se-á conceituar gestão, segundo o vernáculo, como “1. Gerência de Negócios próprios, alheios ou políticos; Exercício; As pessoas que administram. [...] 2. Casa onde se exerce a administração.” (AURÉLIO, 2107).

Por sua vez, gestão educacional trata da ação e do tempo de gerir instituições de ensino e, sendo a Educação um direito de todos e um dever do Estado, uma atividade e uma função a ser exercida pelo Estado, Estado Administrador. Portanto, deve a gestão educacional estar conforme os Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil e com as normas e princípios que regem a Administração Pública Nacional.

A expressão Administração Pública entendida nas palavras do iminente administrativista, professor José Afonso da Silva

“[...] é o conjunto de meios institucionais, materiais, financeiros e humanos preordenados à execução das decisões políticas. Essa é uma noção simples de Administração Pública que destaca, em primeiro lugar, que é subordinada ao Poder político; em segundo lugar, que é meio e, portanto, algo de que se serve para atingir fins definidos e, em terceiro lugar, denota os seus dois aspectos: um conjunto de órgãos a serviço do poder político e as operações, as atividades administrativas.” (SILVA, 2000)

Complementando por outro administrativista, José dos Santos Carvalho Filho, que afirma

“O verbo administrar indica gerir, zelar, enfim uma ação dinâmica de supervisão. O adjetivo ‘pública’ pode significar não só algo ligado ao Poder Público, como também à coletividade ou ao público em geral.

O sentido objetivo, pois, da expressão – que aqui deve ser grafada com iniciais minúsculas – deve consistir na própria atividade administrativa exercida pelo Estado por seus órgãos e agentes, caracterizando, enfim, a função administrativa [...].

Trata-se da própria gestão dos interesses públicos executada pelo Estado, seja através da prestação de serviços públicos, seja por sua organização interna, ou ainda pela intervenção no campo privado, [...]. Seja qual for a hipótese da administração da coisa pública (*res publica*), é inafastável a conclusão de que a destinatária última dessa gestão há de ser a própria sociedade, ainda que a atividade



beneficie, de forma imediata, o Estado. É que não se pode conceber o destino da função pública que não seja voltado aos indivíduos, com vistas a sua proteção, segurança e bem estar. Essa a administração pública, no sentido objetivo.” (CARVALHO FILHO, 2.005)

Assim, a atividade de gerir recursos, humanos ou materiais, deve ser entendida juridicamente como uma atividade inerentemente principiológica, onde se deve entender princípios, segundo o Dicionário Aurélio Online, como: “1. O primeiro impulso dado a uma coisa; 2. Ato de principiar uma coisa; 3. Origem; 4. Causa primária; (...) 5. Frase ou raciocínio que é base de uma arte, de uma ciência ou de uma teoria.”

Sendo que o princípio de algo, seja como origem ou proposição fundamental, pode ser questionado. Outro sentido possível seria o de norma de conduta, seja moral ou legal. Na filosofia, é uma proposição que se coloca no início de uma dedução e que não é deduzida de nenhuma outra proposição do sistema filosófico em questão.”

Já para o renomado doutrinador Ruy Samuel Espíndola (*APUD* - Livro Rogério Greco, p. 56, Direito Penal do Equilíbrio) princípio teria a ideia ou o conceito, independentemente do campo do saber que se tenha em mente, da “estruturação de um sistema de ideias, pensamentos ou normas por uma ideia mestra, por um pensamento-chave, por uma baliza normativa, donde todas as demais ideias, pensamentos ou normas derivam, se reconduzem e/ou se subordinam.” (ESPÍNDOLA, 2.002)

Aduzindo, Ivo Dantas, quando busca conceituar princípios, dizendo (*APUD* - Livro Rogério Greco, p. 57, Direito Penal do Equilíbrio)

“Para nós, PRINCÍPIOS são categoria lógica e, tanto quanto possível, universal, muito embora não possamos esquecer que, antes de tudo, quando incorporados a um sistema jurídico-constitucional-positivo, refletem a própria estrutura ideológica do Estado, como tal, representativa dos valores consagrados por uma determinada sociedade.” (DANTAS, 1995.)

Assim, portanto, pelos conceitos estudados, conclui-se que o que se aplica a instituições públicas, em certa medida, se pode aplicar para instituições privadas, pois acima das duas encontra-se a organização estatal, uma vez que a Educação no Brasil é assumida como um Direito Universal e um dever do Estado.

Para, finalmente, concretizar a conceituação de princípios, necessário se faz a determinação de uma espécie de princípios demasiadamente importantes, Princípios

Fundamentais. Os princípios fundamentais, uma expressão adotada pelos legisladores constitucionais de forma genérica, vêm determinados pela Constituição do Brasil, portando, valor constitucional de aplicabilidade imediata e social, sendo por meio deles que se deve buscar a realização de uma gestão educacional mais democrática e participativa.

Diante da busca do melhor conhecimento, o constitucionalista José Afonso da Silva procura definir princípios fundamentais, como sendo

“Os princípios constitucionais fundamentais, [...], são de natureza variada. Não será fácil, pois, fixar-lhes um conceito preciso em um enunciado sintético. Recorreremos, no entanto, mais uma vez, à expressiva lição de Gomes Canotilho e Vital Moreira, segundo a qual os “princípios fundamentais visam essencialmente definir e caracterizar a colectividade política e o Estado e enumerar as principais opções político-constitucionais”. Revelam a sua importância capital no contexto da Constituição e observam que os artigos que os consagram “constituem por assim dizer a síntese ou matriz de todas as restantes normas constitucionais, que aquelas podem ser directa ou indirectamente reconduzidas”. (SILVA, 2000)

Para Gomes Canotilho, constitucionalista português, os princípios fundamentais “constituem-se dos princípios definidores da forma de Estado, dos princípios definidores da estrutura do Estado, dos princípios estruturantes do regime político e dos princípios caracterizadores da forma de governo e da organização política em geral.” (CANOTILHO; CORREIA & CORREIA. 2015)

## **2.5. O Direito à Educação na Constituição Brasileira**

Para início da análise, o constitucionalismo pode ser estudado como movimento ocorrido no final do século XVIII, dando origem às Constituições dos Estados Unidos de 1787 e da França de 1791, ambas inspiradas nos ideais de racionalidade do Iluminismo, movimento, principalmente, filosófico do século XVIII e, em consequência, na liberdade formal, *laissez faire*, doutrina ideológica nos campos político, jurídico e econômico dos séculos XVIII, XIX e no início do século XX.

O texto dessas duas primeiras Constituições, consideradas escritas e rígidas, escritas por serem constituídas em um texto único e rígidas por possuírem um certo grau de dificuldade em sua alteração; de orientação liberal, resumia-se à regulação de normas sobre a organização do Estado, do exercício e transmissão do poder e à limitação do

poder do Estado, assegurada pela enumeração de direitos e garantias fundamentais do indivíduo. Em sua origem, o Direito Constitucional refere-se à ordem jurídica fundamental do Estado liberal, tendo, portanto, as primeiras Constituições surgidas, impregnadas de valores do pensamento liberal.

Após um período de desenvolvimento, em uma etapa seguinte, o Direito Constitucional foi deixando para trás os ideais puramente liberais, passando as Constituições a assumirem uma nova roupagem, protetora dos Direitos Humanos. A partir dessa nova etapa, os direitos à Educação passaram a fazer parte do rol de Direitos Sociais Constitucionais.

O constitucionalista português, J.J. Gomes Canotilho (1993) , embasado nos pontos essenciais da concepção político-liberal da Constituição, criou a expressão “Constituição ideal”, várias vezes citadas pelos constitucionalistas brasileiros, tendo como elementos caracterizadores desse conceito, os seguintes:

- i. A Constituição deve ser escrita;
- ii. Deve conter uma enumeração de direitos fundamentais individuais (direitos de liberdade);
- iii. Deve adotar um sistema democrático formal (participação do “povo” na elaboração dos atos legislativos, pelo parlamento);
- iv. Deve assegurar a limitação do poder do Estado mediante o princípio da divisão de poderes.

Essa ampliação de propriedades do Estado Constitucional, levou a um aumento da importância do Direito Constitucional nos estudos jurídicos, conforme dito, as normas de uma Constituição no Estado liberal restringiam-se a determinar a estrutura do Estado, o modo de exercício e transmissão do poder e a reconhecer direitos fundamentais de liberdade aos indivíduos.

No Estado moderno social, a doutrina constitucionalista aponta o fenômeno da expansão do objeto das Constituições, que têm passado a tratar de temas cada vez mais abrangentes, vindo, inclusive, a determinar finalidades para a ação estatal. Isso

pode explicar a elaboração de Constituições de conteúdo extenso, prolixas, e preocupadas com os objetivos estatais, estabelecendo programas e linhas de direção para o futuro, Constituições dirigentes e programáticas.

A Constituição não subsiste de forma independente, isolada de outras ciências, como a Política, a Sociologia e a Filosofia, todas de bases sociais. Com maior ou menor influência, essas ciências possuem laços de interconexão como que faz com que se possa ter diferentes conceitos para o termo Constituição.

Constituição, em sentido sociológico, é aquela que afirma que a Constituição é um fato social, não exatamente uma norma. Ferdinand Lassalle, seu principal estudioso, defendia que o texto positivo, escrito, da Constituição seria o resultado social do país, das forças sociais que imperam na sociedade, em um determinado contexto histórico, cabendo à Constituição escrita, unicamente, reunir e sistematizar esses valores sociais num documento formal, que só serviria se atendessem a esses mesmos valores.

Na concepção política, a Constituição seria uma decisão fundamental, a decisão do titular do poder constituinte. Para Carl Schmitt a validade de uma Constituição não se apoia na justiça de suas normas, mas na decisão política que lhe dá existência. A constituição, passa a existir, assim, a partir de um ato constituinte, fruto de uma vontade política fundamental de produzir uma decisão eficaz sobre o modo e a forma de existência política de um Estado.

E, a Constituição em seu sentido jurídico, é a perspectiva estritamente formal, apresentando-se como pura norma jurídica. Hans Kelsen seu principal defensor, entendia que a Constituição seria norma, norma pura, como puro dever-ser, sem qualquer consideração de cunho sociológico, político ou filosófico, defendendo que não compete ao jurista o estudo dessas ciências. Kelsen desenvolveu a denominada Teoria Pura do Direito.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, após a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte criada em 1º de fevereiro de 1987 e concluída em 05 de outubro de 1988, após um longo período de exceção, com o fim dos governos militares e a abertura para a redemocratização do país, pretendeu dar ao Estado Brasileiro uma feição social-democrata, criando um Estado

Democrático-Social de Direito, com um amplo leque de obrigações para o Estado, substanciado em prestações positivas, onde o Estado deve agir, passíveis de serem exigidas pelo povo em geral, com caráter de direitos subjetivos, como, por exemplo, o próprio Direito à Educação.

A Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/88 -, em seu Título I é composta de quatro artigos – artigos 1º, 2º, 3º e 4º -, dentre os quais encontram-se os princípios fundamentais do Estado Brasileiro, que desde o início, artigo 1º, já estabelece a forma do Estado Brasileiro e de seu governo e, mais relevante no momento, proclama-se o regime político democrático fundado na soberania popular e institui-se a garantia da separação dos poderes.

Nesses princípios fundamentais também se encontram os valores e os fins mais gerais orientadores do ordenamento constitucional nacional, que funcionam como diretrizes para todos os órgãos mediante os quais atuam os poderes constituídos, inclusive e, principalmente, as gestões escolares, com a participação direta junto a sociedade mais amplamente e, mais restritamente, com as comunidades locais.

O artigo 1º da Constituição em sua “cabeça” traz os princípios fundamentais relativos à existência, forma, estrutura e tipo de Estado:

*“Artigo 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.”*

Trata-se das características mais essenciais de um Estado e, por certo, do Estado brasileiro, afirmando que é uma federação (forma de Estado), uma república (forma de governo), adotando o regime político democrático (soberania do povo) e, por fim, um Estado de Direito (a noção de limitação do poder e de garantia de direitos fundamentais aos cidadãos).

O parágrafo único do presente artigo corrobora o princípio fundamental da democracia no Estado Brasileiro e a forma de governo, ao afirmar

*“Parágrafo Único – Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”*

No caput deste artigo e em seu parágrafo único é possível destacar três grandes valores correspondentes a todo Estado que se diz cidadão, quais sejam: princípio democrático, princípio republicano, princípio soberano, princípio federativo.

Deste parágrafo podemos tirar a conclusão de que a gestão educacional deverá ser necessariamente democrática, pois a gestão é um poder e, inevitavelmente, os gestores deverão ser escolhidos por meio de uma eleição também democrática ou a gestão deverá ser realizada diretamente por todos envolvidos no ambiente educacional, o que, na maioria das vezes, torna-se inviável, levando a crer que a única forma de gestão educacional seria realmente a representativa ou a semi-representativa.

As Comissões Educacionais de representantes previstas em alguns instrumentos legais, na prática, infelizmente não vem mostrando bons resultados, ou pela falta de interesse da comunidade escolar em sua participação ou pela participação com interesses inescrupulosos, não considerando a administração pública com a finalidade pública, mas com a finalidade pessoal, individual, egoística, o que leva muitas vezes a improbidade administrativa, o que pode levar a já burocrática máquina estatal tornar-se ainda mais burocrática.

Em seus incisos, o artigo 1º, enumera os cinco maiores valores que orientam nosso Estado, dentre estes, os cinco devem servir como parâmetros para a aplicação em uma gestão democrática. Busca-se nesses incisos a confirmação da soberania; o fortalecimento da cidadania; a valorização da dignidade da pessoa humana; a busca dos valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa e do pluralismo político. Partindo da prerrogativa de que esses valores devem servir para gerir a Pátria-Mãe, não há motivo para que os mesmos não sejam utilizados para gerir uma instituição educacional.

A Dignidade da Pessoa Humana é um princípio maior, prevista no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, que reúne os fundamentos do Estado Democrático de Direito, inerente à República Federativa do Brasil. A finalidade do referido princípio é assegurar ao homem, como espécie, um mínimo de direitos que deverão ser respeitados pela sociedade e pelo poder público, de forma a resguardar de forma ampla o bem estar social do cidadão.

Para o eminente doutrinador Ingo Wolfgang Sarlet dignidade se conceitua como

“Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma saudável além de propiciar e promover sua participação às condições existenciais mínimas para uma saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos” (SARLET, 2.001)

Sendo a dignidade da pessoa humana um princípio absoluto e fundamento da República, é erigido a um valor maior e central, que busca a preservação da liberdade individual e da personalidade, é um princípio alicerce, balaústre, que corrobora todo o ordenamento jurídico pátrio, não havendo a mínima possibilidade de mitigação ou relativização, podendo, caso ocorra, vir a gerar a instabilidade do regime democrático, possuindo, portanto, caráter absoluto.

Assim entende a professora Flávia Piovesan

“A dignidade da pessoa humana (...) está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora ‘as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro.’ (PIOVESAN, 2.000)

Continua a professora

“É no valor da dignidade da pessoa humana que a ordem jurídica encontra seu próprio sentido, sendo seu ponto de partida e seu ponto de chegada, na tarefa de interpretação normativa. Consagra-se, assim, dignidade da pessoa humana como verdadeiro super princípio a orientar o Direito Internacional e o interno.” (PIOVESAN, 2004)

O estudado princípio, como entende o STF, é a base da própria ordem republicana e democrática consagrada no Estado Democrático Brasileiro e no Direito Constitucional Positivo.

“(...) o postulado da dignidade da pessoa humana, que representa - considerada a centralidade desse princípio essencial (CF, art. 1º, III) - significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso País e que traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo (...).

(HC 95464, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 03/02/2009, DJe-048 DIVULG 12-03-2009 PUBLIC 13-03-2009 EMENT VOL-02352-03 PP-00466)”

Todo o artigo 3º da CRFB/88, enumera os objetivos fundamentais do Estado brasileiro e também são considerados como princípios fundamentais, devendo por isso servir como objetivo a ser perseguido pela gestão educacional. Pode-se arrolar entre esses objetivos a busca pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária; pela garantia do desenvolvimento nacional; pela erradicação da pobreza e da marginalização com redução das desigualdades sociais e regionais e, por fim, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Poder-se-ia dizer inclusive que sem uma Educação Democrática, e esta só se faz, com gestão democrática tornar-se-ia praticamente impossível alcançá-los.

O inciso I do artigo 3º, por sua vez, subdivide-se em três princípios fundamentais, mas nem por isso menores: princípio da livre organização social, princípio de convivência justa e princípio da solidariedade, todos devendo ser utilizado em uma gestão que se diga democrática. Seguidos dos princípios fundamentais da independência e do desenvolvimento nacional (artigo 3º, II); princípio da justiça social (artigo 3º, III) e princípio da não discriminação (artigo 3º, IV).

Por fim, o artigo 4º da CRFB/88, traduz 10 princípios fundamentais a serem perseguidos pelo Estado brasileiro na ordem internacional, dentre os quais mais uma vez há referência aos Direitos Humanos, que deverão ser buscados inclusive, e principalmente, na ordem internacional.

Por fim, os Direitos Fundamentais a partir do século XX e início do século XXI, alcançaram uma grande evolução, com grande amplitude e intensidade, com intenção de proteger o indivíduo em sua mais abrangente dignidade, fazendo-se necessário que se aumente ao grau máximo o conceito desses valores, promovendo a independência da sociedade, de forma que essa dê mais um passo à frente a fazer com que a espécie humana, de forma igualitária, possa distribuir o que foi conquistado, muitas vezes, pelo sacrifício de todos.



Infelizmente, frente a uma sociedade onde a desigualdade ainda se faz presente; frente a uma situação capitalista egoística e outras ideologias em que se valoriza o individualismo; frente aos confrontos contemporâneos onde vidas são casualmente aniquiladas; frente o individualismo cruento face o coletivo fraterno; em que põe o planeta em risco iminente, só há uma solução, solução que não se pode afastar, pelo contrário, deve buscar um projeto mais humanístico e solidário para a espécie humana.

É necessário, portanto, uma análise sob a ótica dos Direitos Humanos para se entender melhor o planeta como uma única comunidade global, talvez seja uma forma utópica de se pensar, principalmente após acontecimentos de grande relevância, como o terrorismo que amedronta, quanto ditadores que impõem as suas ordens e maldades, sob a lâmina da espada. Temos que aprender a admitir e aceitar o outro não como alguém além de nós, fora do coletivo, mas alguém que faz parte desse coletivo, que pode e deve estar junto somando e unindo.

O ser humano é um ser inerentemente dialógico, ser que está em constante comunicação, e, por isso, deve fazer parte do coletivo de forma a acrescentar, orientando os trâmites da história social e da existência individual, sua como indivíduo e do outro também; e, justamente, por essa razão, deve estar em constante processo de socialização.

Cabe, por fim, tanto àqueles que se apresentam como educadores, na elevada função de estar junto ao educando, fazendo-os pessoas mais preparadas para a formação/construção de uma sociedade melhor, mas também e, principalmente, pois também são educadores, aos gestores de instituições de ensino, o papel de formação e transformação para a dignidade da pessoa humana, fazendo uso desse valor hermeneuticamente, onde a todo momento e em qualquer situação, possa avaliar e analisar a fim de que se chegue a uma decisão nos conformes com esse referido valor.

A partir da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente, onde se buscou a ampliação desse referido princípio de forma conjunta ao princípio da solidariedade humana, extraindo do papel, do campo teórico para o prático, do simples jogo de valores semânticos, fazendo valer que a civilização somente evoluirá quando todos, com unicidade, juntos, assumirem uma idealização para a vida que alcance,

como seres socializáveis, o caminho para um mundo melhor Apesar do pensamento poder parecer romântico, como valor artístico-social, somente assim se alcançará o maior Direito de todos: o Direito de ser feliz – O DIREITO À FELICIDADE.

## 2.6. Declaração Universal dos Direitos Humanos

“Sabem do que são feitos os direitos, meus jovens?  
Sentem o seu cheiro?  
Os direitos são feitos de suor, de sangue, de carne humana apodrecida nos campos de  
batalha, queimada em fogueiras!  
Quando abro a Constituição no artigo quinto, além dos signos, dos enunciados vertidos em  
linguagem jurídica, sinto o cheiro de sangue velho!  
Vejo cabeças rolando de guilhotinas, jovens mutilados, mulheres ardendo nas chamas das  
fogueiras! Ouço o grito enlouquecido dos empalados.  
Deparo-me com crianças famintas, enrijecidas por invernos rigorosos, falecidas às portas  
das fábricas com os estômagos vazios!  
Sufoco-me nas chaminés dos Campos de concentração, expelindo cinzas humanas!  
Vejo africanos convulsionando nos porões dos navios negreiros.  
Ouço o gemido das mulheres indígenas violentadas.  
Os direitos são feitos de fluido vital!  
Pra se fazer o direito mais elementar, a liberdade, gastou-se séculos e milhares de vidas  
foram tragadas, foram moídas na máquina de se fazer direitos, a revolução!  
Tu achavas que os direitos foram feitos pelos janotas que têm assento nos parlamentos e  
tribunais?  
Engana-te! O direito é feito com a carne do povo!  
Quando se revoga um direito, desperdiça-se milhares de vidas...  
Os governantes que usurpam direitos, como abutres, alimentam-se dos restos mortais de  
todos aqueles que morreram para se converterem em direitos!  
Quando se concretiza um direito, meus jovens, eterniza-se essas milhares de vidas!  
Quando concretizamos direitos, damos um sentido à tragédia humana e à nossa própria  
existência!  
O direito e a arte são as únicas evidências de que a odisseia terrena teve algum  
significado!”

Raquel Domingues do Amaral é Juíza Federal.

O conceito de Direitos Humanos encontra-se intimamente ligado ao contexto de cada período histórico; nos primórdios da humanidade, quando não havia escrita e a fala humana era pouco desenvolvida, os ‘direitos humanos’ já eram existentes, certamente de modo bem diferente do que se propõe nos dias de hoje, mas o homem já entendia que a relação homem *versus* homem deveria ser respeitada, até mesmo como garantia da vida das espécies, em geral, que deveria ser preservada, só podendo ser finalizada por motivos relevantes, mesmo que fosse relevante para a época e nem tanto para os dias de hoje; e, assim, foi durante séculos. No início da era cristã, o princípio do amor

ao próximo, significou uma revolução sociocultural, uma novidade contrária a todos os princípios anteriores – apesar do mais perfeito ser da espécie humana ter sido condenado a mais terrível das penas capitais, a crucificação.

Mas é nos idos dos séculos XVII e XVIII, com o fortalecimento da burguesia como classe social, numa concepção mais bem elaborada dos seres humanos, como seres dotados de liberdade e igualdade, direitos expressamente reconhecidos, que o primeiro dos instrumentos regulatórios criou-se a Declaração de Independência Norte-Americana de 1776, que determinava serem os seres humanos “*naturalmente iguais, livres e independentes*”.

Posteriormente, em 26 de agosto de 1789, surgem ideias novas e afirmativas de direitos humanos a partir de um novo entendimento do que seria humano, ou melhor, do que seria vir a ser um “ser humano”; na Revolução Social também denominada de Revolução Francesa foi publicada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com afirmação de que “*todos os homens são iguais perante a lei*” e que “*a lei deve proteger a liberdade pública e individual contra a opressão daqueles que governam*”, concepção de igualdade da classe burguesa – nova classe que chegava ao poder político.

Juntamente, com essa nova concepção, surgia outros direitos do homem expressos que com o regime absolutista anterior eram inimagináveis, os valores burgueses se estabeleciam, o que viria a prevalecer até os dias de hoje.

A Declaração Francesa deu origem a Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 10 de dezembro de 1948, já no século XX, há quase um século e meio depois, a qual se busca até os dias de hoje que se faça cumprir, no plano internacional ou local, nas questões globais ou nas da vida cotidiana, os direitos humanos ocupam o cenário diário, projetos e sonhos. Confirmados ou esquecidos, enobrecidos ou ignorados, tendem a fazer parte da vida contemporânea, individual, comunitária ou coletiva.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é constituída, no plano internacional, atualmente, por uma rica engenharia ramificada de tratados, resoluções, pactos e declarações, com características políticas, éticas e normativas. Os Estados signatários

comprometeram-se formalmente a incorporar em suas normatizações e políticas públicas a proteção e promoção desses direitos.

Em 1993, na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, foi ratificado a relação entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos, momento em que a declaração realizava 45 anos e os princípios da universalidade, da indivisibilidade, da interdependência e da inter-relação dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais, civis e ambientais foram reafirmados.

No plano nacional e contemporâneo, em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição-Cidadã, incorporou o hall de direitos humanos, vindo no decorrer desses vinte e nove anos tentando implementar os respectivos direitos sem, contudo, obter o resultado satisfatório esperado. Esse estudo será aprofundado na pesquisa mais à frente.

Em um Congresso Internacional sobre Ensino dos Direitos Humanos, celebrado em Viena, em 1978, dez anos antes, portanto, da promulgação da Constituição Cidadã de 1988, Amadou-Mahtar M'Bow, diretor-geral da UNESCO, afirmou que:

*“ensinar cada um a respeitar e fazer respeitar os próprios direitos humanos e os dos demais, e possuir, quando for necessário, a coragem de afirmá-los em quaisquer circunstâncias, inclusive nas mais difíceis: tal é o principal imperativo do nosso tempo.”*

E, assim, preleciona o artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos do Homem,

*“I – Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.*

Referido núcleo é buscado há décadas no Brasil sem, contudo, se alcançar com êxito a sua realização. Pois, apesar de haver previsibilidade constitucional da universalidade da Educação e, por conseguinte, da instrução, esta não alcança a todos e nem se pode considerar que seja buscada com a qualidade desejada.

*II – A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e*

*pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades da Nações Unidas em prol da manutenção da paz.*

Este outro núcleo, infelizmente, também não é satisfatório, pois apesar de se intencionar a plena realização da personalidade e do fortalecimento do respeito aos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais, não se consegue alcançar este objetivo.

*III – Os pais têm prioridade de direito na escolha do tipo de instrução que será ministrado a seus filhos.”*

Havendo, portanto, uma dificuldade inicial constante na busca de se fazer cumprir os direitos humanos com normatividade necessária, nada adianta uma Declaração tão bem elaborada se se tornar dificultosa a sua aplicação prática. A educação como um dos mais valiosos direitos humanos é considerada um direito social integrante da denominada segunda geração de direitos, constituídos a partir do século XIX, principalmente a partir da Revolução Francesa.

O professor Sérgio Haddad, assim se posicionou na introdução do Relatório sobre o Direito à Educação, realizado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, em 2004:

*“Conceber a Educação como Direito Humano diz respeito a considerar o ser humano na sua vocação ontológica de querer “ser mais”, diferentemente dos outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência no mundo. Para tanto, utiliza-se do seu trabalho, transforma a natureza, convive em sociedade. Ao exercitar sua vocação, o ser humano faz História, muda o mundo, por estar presente no mundo de uma maneira permanente e ativa.”(HADDAD, 2.013)*

Assim, entendeu o professor que o ser humano é naturalmente a espécie capaz de superar sua condição de existência e sempre buscar a sua melhor qualidade de vida e de todos que participam da mesma sociedade, fazendo dessa forma a sua história, transformando o mundo sempre para um estágio mais avançado, fazendo valer a liberdade, a igualdade, a fraternidade, bem busca da felicidade como um direito de todos.

E nisso, continua o professor,

*“A educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana. Não apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, a educação pensada num sistema geral, que implica na educação escolar, mas que não se basta nela, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte do ser humano. Isto pode ocorrer no âmbito familiar, na sua comunidade, no trabalho, junto com seus amigos, nas igrejas, etc. Os processos educativos permeiam a vida das pessoas.” (HADDAD, 2.013)*

Um programa de educação em direitos humanos, assim, com caráter humanístico, deve buscar, primordialmente, a qualificação dos próprios gestores educacionais, sejam eles gestores de quaisquer instituições – escolas, colégios, institutos, seminários, educandários –, assim como dos agentes educacionais como um todo, na medida de suas responsabilidades, os responsáveis por ONGs, Igrejas, governos (Secretários ou Ministros), partidos políticos.

Fica claro, então, que o conceito de Educação extrapola o conceito de Educação Escolar; onde esta se limita ao espaço escolar, espaço físico da escola ou da instituição escolar e aquela, mais ampla, extrapola as cercas da instituição; mas certamente um dos pontos de maior importância é o ambiente escolar, uma vez que, muitas vezes o educando passa o maior tempo do seu dia em seu interior, sofrendo influências dele, tendo mais contato, muitas vezes, com os professores, gestores, funcionários; do que com a própria família; e, nesse ponto, torna-se imprescindível a formação do gestor para uma educação em direitos humanos.

Complementa assim o professor Sérgio Haddad,

*“Os sistemas escolares são parte deste processo educativo em que aprendizagens básicas são desenvolvidas. Ali, conhecimentos essenciais são transmitidos, normas, comportamentos e habilidades são ensinados e aprendidos. Nas sociedades modernas, o conhecimento escolar é quase uma condição para a sobrevivência e bem-estar social.” (HADDAD, 2013)*

Desta forma, o bem-estar social, passa, necessariamente, pelos bancos escolares. O sujeito, conhecedor de seus direitos, formado para a busca desses direitos e para o cumprimento de seus deveres, não se deixa explorar, impondo a sua convicção e convivendo em sociedade, de forma mais satisfatória.

Assim, uma vez no poder do Estado Francês, a burguesia buscou exatamente esta qualidade do bem-estar social, proclamando a universalidade dos direitos, no entanto, o homem ainda não conseguiu de forma ampla alcançar tal estado, tornando esses direitos extensivos a todas as pessoas e povos, dentre eles o Direito à Educação.

No Brasil, por exemplo, essa busca ocorreu no Direito à Educação, nas últimas décadas, principalmente, por dois caminhos:

1. A ampliação dos anos de obrigatoriedade escolar, numa perspectiva de universalização do ensino fundamental, levando-o ao maior número de pessoas possível, ocorrendo a expansão da escolarização;

2. A busca da igualdade, com a construção de uma educação comum a todos.

Um caminho indo desaguar quase que peremptoriamente no outro. Não há que se falar em universalidade sem que se fale em igualdade.

O primeiro caminho, com a expansão do sistema e a presença dos diversos grupos sociais e culturais nos bancos escolares, uma vez que a universalização do ensino básico, inevitavelmente, acaba por universalizar também o ensino superior, coloca em evidência a desigualdade quanto à formação, a heterogeneidade dos anos finais da educação básica e do ensino superior, ocasionando problemas que precisam ser cuidados pelo gestor educacional, determinando a qualidade da educação, como, por exemplo, o alto índice de evasão e de reprovação, ocasionando distorções idade-série, por exemplo.

Destacando-se o conceito de Educação já evidenciado por Haddad, a educação escolar, deve ter como objetivo a construção de uma cidadania participativa, a formação de sujeitos de direitos, o desenvolvimento do ser humano.

Entretanto, ainda hoje, a lei positiva não reflete a realidade social. O que a lei expressa não é o que a população vivencia. Em muitos países a lei consagra os direitos inalienáveis, princípios e garantias, sem distinção entre classes sociais, mas que, no entanto, não assegura a toda a população uma vida justa e digna. A esses direitos fundamentais inclui-se o Direito à Educação baseada nos Direitos Humanos.

Como apresenta a professora Marilena Chauí

*“(…) a prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no social e no político, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político.” (Frei Beto apud Marilena Chauí, p. 46, 1998)*

Sendo assim, num mundo assolado pela miséria de quase metade de sua população, o Estado não deverá se colocar em uma situação passiva, ações positivas deverão ser realizadas, devendo intervir positivamente de modo a garantir a todos os direitos sociais, econômicos e culturais. Há direitos sociais, econômicos e culturais que dependem, para a sua viabilização, da ação política e administrativa do Estado.

Direitos como direito ao trabalho, direito à greve, direito à saúde, direito à educação, direito à moradia, direito ao lazer; devem ser proporcionados pelo Estado em ação positiva. Para esses direitos não bastará somente o reconhecimento, mas é necessária a intervenção do ente estatal de forma a assegurá-los, caso contrário não se alcançará a universalidade e a igualdade nos direitos humanos.

Sendo necessária a intervenção estatal, os direitos sociais somente serão implementados com ações positivas e somente será possível alcançar um Estado democrático por meio dessas ações.

A ausência dessas ações remete a um estado de coisas indesejáveis em quaisquer sociedades contemporâneas, como: torturas a prisioneiros, censura à imprensa, invasão de privacidade, discriminação racial e social, adoção da pena de morte, analfabetismo elevado, corrupção, entre outras. Assim, a legislação na sua forma objetiva – letra escrita – que garante direitos humanos, precisa ser somada pela mesma legislação na forma subjetiva, com a participação dos seus protagonistas, principalmente, na formação e no estudo aos gestores educacionais, para uma educação para os direitos humanos.

Essa educação para os direitos humanos precisa estar centrada no sentir, no pensar e no agir, principalmente, de forma a demonstrar com a prática, com o comportamento, priorizando os que se encontram em um papel de direcionamento do processo



educacional, que possuem por dever profissional, a aplicação de leis que assegurem plenamente o respeito aos direitos humanos.

Educar para os direitos humanos é acossar todo o comportamento que possa ameaçar os Direitos da Pessoa. Uma questão delicada é saber como tornar a Educação competente para a aplicação dos direitos humanos sem que ocorra a sua divisão partidária. A esse conflito se anota o projeto de lei que trata da “escola sem partido”, projeto este que causa muitas controvérsias em âmbito nacional e que ainda está por causar muitas outras, certo é que tudo deverá ser analisado em conformidade a presente Declaração.

## **2.7. A Educação em Direitos humanos e seu Desenvolvimento no Brasil**

No Brasil, a educação em direitos humanos vem se desenvolvendo com mais empenho a partir do final da década de 80, do último século, época em que se iniciava uma redemocratização. Inclusive com a promulgação da nova Constituição que se encontra em pleno vigor até os dias de hoje, tendo em um primeiro momento, atividades desenvolvidas por Organizações não-Governamentais, com a principal preocupação da afirmação de direitos civis e políticos e a construção de uma cidadania democrática, ativa e participativa.

Posteriormente, diferentes órgãos públicos, estaduais e municipais, vão se envolvendo nesse processo. Durante os anos 90, então, o governo federal assumiu um protagonismo importante neste campo e a formulação de políticas públicas se ampliou.

No início do presente século, a educação em direitos humanos vem se consolidando cada vez mais no Brasil, tanto no âmbito das políticas públicas como das organizações da sociedade civil. Um marco importante foi a criação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (primeira edição em 2003 e segunda em 2006), criado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência da República.

Na década que se encontra em curso, foram aprovadas, pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo ministro da Educação, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, publicados no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2012 (que serão estudadas pormenorizadamente à frente).

A expressão “educação em direitos humanos” é objeto de debates e existem diferentes conceitos que buscam sentidos e destaques conceituais e políticas diferentes. Algumas estão centradas na perspectivas de igualdade e outras, mais recentes, procuram articular a perspectiva da igualdade e da diversidade.

Segundo as Diretrizes Nacionais, a educação em direitos humanos tem por base os seguintes princípios:

*“Artigo 3º - A educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:*

*I – dignidade humana;*

*II – igualdade de direitos;*

*III – reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;*

*IV – laicidade do Estado;*

*V – democracia na educação;*

*VI – transversalidade, vivência e globalidade; e*

*VII – sustentabilidade socioambiental.”*

Sendo assim, os direitos humanos, a Educação dentre eles, têm caráter político, pois dizem respeito à nossa convivência social e, como direitos sociais, possuem cunho universal, sendo também direitos universais, que devem ser assegurados a todos, indistintamente, dentro do mesmo território. Estes direitos devem assegurar também a soberania entre os povos e nações, devem servir para assegurar a autodeterminação dos povos de forma que não devem ser utilizados como meio de impor a outros povos e nações modelos políticos. Cada Nação deverá ter a opção de escolha da forma de governo, da forma de Estado e do sistema de governo.

Por fim, nenhum direito estará assegurado se, em primeiro lugar, não forem oferecidas garantias ao direito à vida, pois é o direito fundamental. Não apenas o direito de nascer, mas também o de viver em liberdade e com dignidade, o que pressupõe, no mínimo, que estejam socialmente assegurados uma tríade de direitos embasados no direito à alimentação de qualidades mínimas, direito à saúde preventiva e/ou curativa de forma o mais abrangente e direito à educação de qualidade, que dê as mesmas condições de acesso em diferentes níveis de escolaridade.

Este ideal somente será alcançado no momento em que gestores escolares, à frente de suas instituições de ensino, quando os movimentos sociais com as suas lideranças, as empresas públicas ou privadas (colégios particulares), o Estado (por seus representantes – Secretários e Ministros); se tornarem capazes de atuar no exercício de suas funções a educar pessoas e grupos numa atitude que os faça sentir, pensar e agir consoante o pleno respeito aos direitos humanos.

Dessa forma propõe Frei Beto, conhecido professor, sociólogo e antropólogo brasileiro, de forma ampla e abrangente,

*“Como fazer isso [...] Que tal uma simulação pedagógica onde um branco se sinta na situação de um negro discriminado pela cor de sua pele? Ou uma comunidade europeia subjugada, num exercício pedagógico, a prática e costumes próprios de uma comunidade africana ou indígena? Quando nos situamos no lugar do outro, isto representa uma mudança em nosso lugar social e se reflete na mudança de nosso lugar epistêmico. Do lugar do outro ninguém retorna o mesmo. O difícil é estender pontes a essa ilha egocêntrica que nos faz ver o mundo e as pessoas pela ótica centrada nos direitos humanos.” (Frei Beto, 1998)*

Para o citado sociólogo, portanto, o Altruísmo, consoante corrente filosófica difundida no final do século XVII e início do século XVIII (1798 – 1857), por Auguste Comte, é, talvez a melhor forma de se buscar a Educação nos Direitos Humanos, pois trata-se de uma tendência ou inclinação de natureza instintiva que incita o ser humano a se preocupar com o semelhante e que deve ser aprimorada pela Educação positivista, evitando, portanto, a ação antagônica dos instintos naturais do egoísmo.

## 2.8. Preâmbulo e Considerações na declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu corpo sete considerações que servem, até os dias de hoje, para determinar uma relação principiológica com os ordenamentos jurídicos ocidentais contemporâneos.

Primeiro – *“CONSIDERANDO que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça da paz no mundo,”*

Assim como as Diretrizes Nacionais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de onde as diretrizes foram retiradas, o primeiro CONSIDERANDO inicia-se afirmando a importância da dignidade da pessoa natural e a inalienabilidade dos direitos fundamentais como a igualdade, liberdade, a justiça e a paz; não só dos homens em sua individualidade, mas também da família e do grupo social a que participem. Este talvez seja o alicerce de todos os direitos humanos, início de onde todos os direitos humanos partem e devem se firmar e propagar na humanidade.

Segundo – *“CONSIDERANDO que o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade, e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade,”*

O segundo CONSIDERANDO destaca a importância da humanidade, lembrando constantemente das atrocidades já praticadas pela espécie humana, muitas vezes em atos contrários à sua própria existência. Não dá mais para o homem agir sob a proteção de Deus, consoante o próprio Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, apesar de se declarar um Estado laico o que ocasiona uma contradição, e da própria vontade do homem, a destruir o semelhante, os animais, a natureza, o meio ambiente; em nome de uma evolução de poucos em detrimento de muitos.

Terceiro – *“CONSIDERANDO ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,”*

O terceiro CONSIDERANDO afirma a presença ativa de todas as Nações na criação de sua própria legislação em conformidade com as suas peculiaridades, considerando que cada uma possui um papel relevante na constituição de um globo terrestre equilibrado e pacificado, mas sem, contudo, em quaisquer situações abrir mão do exercício dos Direitos Humanos da forma mais ampla e evidente possível.

Quarto – *“CONSIDERANDO ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,”*

O quarto CONSIDERANDO afirma o equilíbrio e a paz no globo terrestre para o desenvolvimento de relações amistosas, a fim de que inexistam conflitos de quaisquer tipos; bélicos, políticos, econômicos e os povos possam assegurar para as futuras gerações uma convivência harmônica.

Quinto – *“CONSIDERANDO que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,”*

O quinto CONSIDERANDO entende que as nações presentes na Organização das Nações Unidas – ONU –, ampliando a outras nações que desse rol não façam parte, possam colocar em prática, reafirmando os direitos do homem e da mulher como questões de gênero, de forma igualitária, promovendo o progresso social e consequente melhores e mais amplas condições de vida.

Sexto – *“CONSIDERANDO que os Estados Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades,”*

O sexto, e penúltimo CONSIDERANDO, ratifica a afirmação dos direitos e liberdades fundamentais do homem pelas Nações presentes na ONU, para a garantia do respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem assim como a observância desses direitos e liberdade em âmbito interno de cada Estado.

Sétimo – *“CONSIDERANDO que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,”*

O último CONSIDERANDO, o sétimo, entende que a interpretação para o bem da humanidade desses direitos e liberdades são de extrema relevância para o cumprimento amplo desse compromisso firmado entre todas as nações.

Fechando o seu preâmbulo da seguinte forma: (já expresso no corpo da dissertação e renovado aqui para o fim de uma explicação pormenorizada).

*“A Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a presente ‘Declaração Universal dos Direitos do Homem’ como o ideal comum a ser atingido por todos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.”*

É inegável, entretanto, que em diversos momentos vieram a ocorrer atos atentatórios à violação dos direitos determinados nessa declaração, em períodos de exceção, principalmente. A Humanidade avança e, avança, muitas vezes, de forma não linear com impulsos progressistas e retrocessos – como a própria Constituição Francesa de 1800 que eliminou o Declaração de Direitos. Mas, posteriormente, apesar do Código Napoleônico ser centralizado no Direito à Propriedade, os Direitos Humanos Burgueses cumpriram bem o seu papel humanista, encarregando-se de reafirmar alguns poucos artigos, mas relevantes, na Constituição Napoleônica, que asseguraram os Direitos Humanos diante de uma realidade peculiar novecentista.

Assim afirma o professor e congressista Chico Alencar em referência ao homem,

*“O bicho homem, com visão infinitamente menor do que as águias, plasticidade corporal tacaña se comparada à dos felinos, olfato ridículo em relação ao dos cães, operosidade e organização mínimas diante das abelhas e formigas, resistência física sofrível cotejada com a de qualquer animal selvagem, (des)integração com a natureza que deixaria os insetos espantados, está aí, aparentemente soberano, já saindo do planeta para os espaços siderais. E estabelecendo regras de convívio social, padrões de comportamento, limites – nem sempre respeitados – ao seu desejo de poder e mando.” (ALENCAR, 1998 )*

E apesar da flagrante inferioridade corporal, mantém o ser humano um poder sobre todos os outros animais existentes no planeta, mantém pelo uso de uma qualidade

inerente a ele, a inteligência. Qualidade esta que faz com que ele possa, mesmo sendo fisicamente limitado, tornar-se soberano sobre outras espécies, e fazer com que estabeleça regras de convívio social, padrões de comportamento, mas que nem sempre são obedecidos conforme desejaria.

Continua ainda o eminente professor e congressista, Chico Alencar, assim: “O Direito, pouco a pouco, vai deixando de ser um privilégio dos poderosos, dos influentes, dos bem-armados e bem-falantes. Vai deixando de ser exclusivo de poucos.”

Afirma-se, portanto, a dimensão que deve tomar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, devendo alcançar escalas o mais universais possíveis, inclusive alcançando lugares outros fora do planeta Terra, onde quer que o homem venha a chegar. Mas, sem querer ser demasiadamente ingênuo, é relevante salientar que a Declaração é um importante documento histórico, uma carta de intenções e uma denúncia de tudo o que, ao longo de milênios, a Humanidade deixou de fazer. É um documento impresso em papel, que poderá transformar ou comover, mas será ‘letra morta’, caso cada Nação não implemente em seu território os seus valores dignificados em seu texto. Infelizmente, é o que, atualmente, tem ocorrido em muitos países.

Corrupção, crise social sobre os mais fracos (talvez somente sobre estes), políticas antidemocráticas, violências de todos os tipos – religiosas, xenofóbicas, homofóbicas, econômicas; são partes dos noticiários diários em grande parte do planeta que ofendem diretamente a Declaração. Mesmo esta sendo sexagenária; sem, contudo, ser imatura nem ultrapassada, ainda não há o seu cumprimento na integralidade. Sem dúvida não atende de forma suficiente todos os conflitos do século XXI, pois é temporal e datada de meados do século passado.

Entretanto, sempre vale uma leitura e uma interpretação crítica e complementadora, extensiva; fazendo uso de um pensamento atualizado, para que não se reconheça os Direitos Humanos como um dogma, como uma declaração de artigos acabados, definitivos, a Declaração ainda é muito boa e vai continuar assim por muito tempo, merecendo ser interpretada a depender de cada período histórico, aplicada, vivenciada e cumprida.

## 2.9. A Declaração Artigo por Artigo sob uma ótica Educacional

Analisando-se a Declaração de 1948, artigo por artigo, considerar-se-ia de forma rápida alguns pontos importantes e relevantes que devem ser apresentados e praticados em um ambiente educacional, principalmente por aquele que se coloca na função de gestor deste espaço, passando seus conhecimentos para os demais membros da equipe gestora e, de forma mais abrangente, para os demais atores integrantes desse ambiente. Assim a Declaração dos Direitos Humanos, nos seus cinco primeiros artigos, afirma princípios universais de primeira, segunda e terceira gerações – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – basilares da Revolução Social da França do século XVIII e presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

*Artigo 1º. Todas os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.*

O primeiro deles traz expressamente a qualidade de todos os seres humanos nascerem livres e iguais em dignidade e direitos, assegurando, já no início, um princípio secular e universal, presente no ordenamento jurídico pátrio – A dignidade da pessoa humana. Infelizmente, não raras vezes, encontra-se cotidianamente o desrespeito a esse princípio, ao que se deve atentar para que não ocorra o vilipêndio de tão relevante princípio. No mesmo artigo assegura-se a razão e a consciência devendo toda ação humana ser pautada pelo espírito de fraternidade.

*Artigo 2º.*

*1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.*

No item 1 do artigo 2º, assegura-se a capacidade de todo ser humano gozar dos direitos e liberdades afirmados pela Declaração, sem que haja discriminação de qualquer espécie, natureza ou condição. Trata-se do primeiro momento na Declaração



em que se assegura a Igualdade como um Direito basilar para que se possa alcançar da forma mais ampla/alargada os Direitos Humanos.

*2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.*

No item 2 do artigo 2º, é assegurada também a igualdade entre as pessoas, mas neste momento de igualdade relacionada ao Estado, afirmando que independentemente do país ou território a que pertença, sem distinção na condição política, jurídica ou internacional; tratando-se de país ou território independente ou não, soberano ou não, sempre deverá ser assegurado a liberdade como direito fundamental.

Nos três artigos seguintes, existe o acautelamento do direito primeiro, Direito à Vida, nem por isso absoluto, mas que sempre deverá ser digna.

*Artigo 3º. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.*

Não haveria razão de ser se o Direito à Vida fosse protegido, mas não o fosse o Direito à Liberdade e à Segurança Pessoal. Um está diretamente atrelado ao outro. Diante do Direito à Vida, além da Liberdade e da Segurança Pessoal, evidentemente poderia se destacar o Direito à Educação, sem a qual a Vida se torna indigna e sem bem estar social.

*Artigo 4º. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.*

Seguido da proteção ao direito de uma vida digna, o artigo 4º proíbe o tráfico de escravos e a escravidão, em todas as suas formas, corroborando que ninguém possa vir a ser escravizado ou traficada, questões estas tratadas no ordenamento pátrio como crimes hediondos (lei 8072/90). A falta do Direito à Educação certamente leva a uma espécie de escravização, no mínimo à escravidão intelectual.

*Artigo 5º. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.*

Assim como o direito de não ser escravizado ou traficado é tratado como crime hediondo, a tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante, também o é. Mas, infelizmente, ambos, são muitas vezes desrespeitados pelos próprios agentes do Estado, por quem na verdade deveria assegurá-los. Havendo, portanto, um contrassenso na garantia da não tortura.

*Artigo 6º. Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.*

O artigo 6 trata do Direito de ser reconhecido como pessoa. Parece ser evidente, nos dias de hoje, que qualquer ser humano deve ser considerado como pessoa, mas na história da humanidade nem sempre foi tão evidente assim; em épocas passadas pessoas não o eram consideradas como tal, eram consideradas como *res*, coisa, objeto de valor, comercializável. Por isso a razão de ser desse artigo.

O filósofo francês Emmanuel Mounier, criador do pensamento personalista (não individualista), da época da Declaração passou assim a definir pessoa

*“Não existem pedras, árvores, animais e pessoas, sendo, estas, árvores que andam ou animais mais astutos. A pessoa é o mais maravilhoso objeto do mundo, objeto que conhecemos de fora, como todos os outros. É a única realidade que conhecemos e que, simultaneamente, construímos de dentro.” (ALENCAR apud Mounier, 1998)*

E para a formação de uma sociedade de pessoas, como tal, entende Emmanuel Mounier

*“O primeiro ato da pessoa deve ser, pois, a criação com outros de uma sociedade de pessoas, cujas estruturas, costumes, sentimentos e até instituições estejam marcados pela sua natureza de pessoas. Sociedade que apenas começamos a entrever (...) e que funda-se numa série de atos originais: (...) sair para fora de nós próprios (...) compreender (...) assumir o destino, os desgostos e as alegrias dos outros (...) dar (...) ser fiel.” (ALENCAR apud MOUNIER, 1998)*

Os cinco artigos seguintes tratam da Justiça e da forma como deve ser igualmente tratada diante de todos, na condição de seres humanos.

*Artigo 7º. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer*

*discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.*

O artigo 7º assegura o direito de todos serem tratados de forma igualitária diante da lei. Ninguém poderá ser discriminado, todos devem ter igual proteção da lei ou de ato que possa violar a Declaração. Todos possuem o Direito de ser julgados com base em provas jurídicas e condenados conforme essas provas. Deste artigo se extrai a ideia da negativa das prerrogativas parlamentares que muitos fazem mau uso, escondendo-se atrás dela para cometer os mais diversos abusos ou crimes de lesa pátria.

*Artigo 8º. Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.*

O artigo 8º cita e assegura os Direitos Fundamentais, dentre eles, mais uma vez, encontramos o Direito à Educação, reconhecido, principalmente, pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os artigos 9º, 10º e 11º tratam da Justiça Criminal. Trata de Princípios Constitucionais da Presunção da Inocência, do Devido Processo Legal, do Contraditório, da Ampla Defesa, do Juízo Natural, do Não Tribunal de Exceção, da Anterioridade Legal; todos afeitos à justiça penal garantista, típica de um Estado Democrático de Direito, mas que, infelizmente, algumas vezes precisam ser aplicados ao âmbito educacional, pois determinados atos ocorridos tornam-se verdadeiros “casos de polícia”.

*Artigo 9º. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.*

O artigo 9º trata do direito à liberdade de locomoção, uma vez que para alguém possa ser preso necessário que seja parte em um devido processo legal penal, com amplo direito de defesa e de contraditório. Dentro de uma instituição de ensino, por exemplo, ninguém poderá sofrer qualquer coação a seu direito de ir e vir, sob pena de quem assim o fizer está infringindo um direito fundamental e, caso seja autoridade pública, responder por abuso de autoridade.

*Artigo 10º. Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.*

Assim como artigo 9º assegura o direito à locomoção, o artigo 10º assegura que todos em um ambiente escolar devam ser submetidos a um mesmo procedimento para a aplicação de uma medida socioeducativa, não podendo haver distinção. Uma simples advertência poderá ser tratada como medida socioeducativa e deverá ser tratada de forma similar para casos similares.

*Artigo 11º.*

*1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.*

O item 1 do artigo 11º trata do princípio da presunção da inocência, tão mencionado pelas elites com o seguinte bordão “todos são inocentes até que se prove o contrário”, principalmente quando há a investigação de atos contra o patrimônio público, mas esquecido quando se trata das classes menos favorecidas. O que se deve ter é um tratamento equânime independentemente da classe para que se use.

*2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.*

O item 2 do artigo 11º, por sua vez, trata do princípio da legalidade penal e do princípio da irretroatividade maléfica, isto é, ninguém poderá responder criminalmente por ato que no momento de sua prática não era crime ou apenado por sanção que no momento da prática do ato não existia, exceto se essa sanção for mais benéfica do que uma outra anteriormente prevista.

O artigo 12º traz a proteção à vida privada, à família, ao lar, à correspondência, à honra e à reputação.

*Artigo 12º. Ninguém será sujeito à interferências em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.*

O artigo 12º cuida da vida privada, da inviolabilidade da vida privada em ambiente familiar, da inviolabilidade da correspondência e, mais, a proteção à honra e à reputação, tendo todo ser humano a proteção da lei contra estas interferências ou ataques; esse tipo de violação ocasiona o arbitramento de indenização por danos morais, assegurado em, praticamente, todo o ordenamento pátrio.

Os artigos 13º, 14º e 15º traz proteção aos Direitos dos Imigrantes, infelizmente tão em voga nos dias de hoje devido às guerras ocorridas no Oriente Médio. A estes artigos é necessário fazer referência à recém promulgada Lei do Imigrante – Lei 13.445 de 24 de maio de 2017.

*Artigo 13º.*

- 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.*
- 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.*

*Artigo 14º.*

- 1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.*
- 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.*

*Artigo 15º.*

- 1. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade.*
- 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.*

O artigo 16º traz a proteção ao casamento e à família como instituição basilar do Estado. Hodiernamente, muitas são as formas de união entre pessoas – hetero ou homo afetivas, ambas asseguradas como famílias protegidas pelo Estado, assim como as relações sucessórias estabelecidas. O casamento é apenas uma das formas de união constituidora de família. O âmbito escolar deve abrir para discussões a respeito dessas relações complexo-familiares, orientando e educando para uma sociedade múltipla e variada.

*Artigo 16º.*

*1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.*

*2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.*

*3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.*

O artigo 17º assegura o direito à propriedade; propriedade esta que poderá ser material ou intelectual e, no que diz respeito ao Direito à Educação corrobora mais uma vez a garantia de uma Educação de qualidade para que todos de forma indiscriminada possam ser sujeitos de direito à propriedade intelectual, pois sem instrução não se alcança a intelectualidade.

*Artigo 17º.*

*1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.*

*2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.*

O artigo 18º remete à ideia da liberdade de pensamento, consciência e religião. Mais uma vez há referência ao Direito à Liberdade, desta vez à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; tratando-se da liberdade de expressar sua opinião livremente, pois de nada adiantaria tais liberdades se não pudessem ser livremente expressadas por meio de opiniões.

*Artigo 18º. Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.*

O artigo 19º remete à ideia da liberdade de opinião e expressão, e à liberdade de, sem interferência, ter opiniões e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, tornando clara a atemporalidade do projeto de lei “escola sem partido”, que trata de tal direito restringindo-o, indo na contra mão dos Direitos Humanos. Uma forma de impedir que o conhecimento seja transmitido de forma livre e franca.

*Artigo 19º. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.*

O artigo 20º remete às manifestações cada vez mais presentes nestes tempos de crise e de reformas. Este direito deverá ser tolerado e até mesmo, em alguns casos, incentivado, de forma que se fortaleça a democracia política.

A cultura política ocidental, infelizmente, ainda hoje, após a primeira década do século XXI, não é da participação em massa, existindo, contudo, um crescimento considerável desses movimentos. Atualmente, ainda é a cultura da delegação, da representação, havendo, com isso, uma crise da cidadania, uma debilidade da referida representação, uma descrença nas instituições, a falência de um Estado que se propõe a realizar o bem comum. O que há é a prevalência do privado sobre o público, mesmo que de forma ilícita, muitas vezes levando a um estado de corrupção desenfreada e, consequente, degeneração crescente dos serviços.

É lamentável que as instituições de ensino sofram com a decadência estatal.

*Artigo 20º.*

*1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.*

*2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.*

O artigo 21º trata da atividade eleitoral, garantindo a representação política e a não existência de regime de exceção. Esta liberdade de voto deveria ser exercida também em âmbito escolar, com a escolha do seu gestor em todas as instituições de ensino; é certo que em muitas isto já ocorre, mas não em todas. Geralmente nos governos mais autoritários e, muitas vezes, com pouco compromisso com a res pública ocorre a indicação de gestores ao sabor dos governantes.

*Artigo 21º.*

*1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.*

*2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.*

*3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.*

O artigo 22º determina a existência de um Estado Garantista, garantidor de direitos sociais, o Estado a serviço da sociedade, garantindo a todo ser humano o direito à segurança e a realização econômica, social e cultural; sendo a existência dos governos para garantir a plena realização do ser humano. Nesse ponto evidencia-se a defesa por uma Educação baseada nos Direitos Humanos.

A expressão final desse artigo é primordial para o entendimento da importância de toda a Declaração universal dos Direitos Humanos – “...indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.” Como já afirmado a dignidade da pessoa humana é a base de todo ordenamento jurídico de um Estado que se diz Democrático de Direito, havendo, portanto, uma indispensabilidade desse valor supremo da pessoa humana, o Direito de ser reconhecida como tal e de ver assegurada a sua dignidade e o livre desenvolvimento da sua personalidade.

*Artigo 22º. Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.*

Mais um artigo protetivo da Educação como Direito Social, pois somente por meio dela se alcança o direito ao trabalho tal qual está assegurado, em condições justas e favoráveis, libertária, garantidora da dignidade do trabalhador, de forma equânime entre todos que possuam a mesma formação. Nesse artigo, artigo 23º, infelizmente, ainda se verifica uma evidente discriminação quanto ao trabalho da mulher, que, no entanto, deve ser desconstruído e o melhor ambiente seria o educacional.

*Artigo 23º.*

*1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.*

*2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.*



*3. Todo ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.*

*4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.*

Os artigos 24º e 25º tratam do bem estar social. Tratam da afirmação do essencial à vida digna, numa relação paradoxal – ninguém nega que todos devem ter esses direitos, ninguém pode negar que muitos não os têm.

No Brasil, está ocorrendo um movimento de reforma trabalhista, na qual muitos dos direitos trabalhistas conquistados durante décadas pelos trabalhadores estão correndo o risco de serem extirpados, uma perda imensurável para a sociedade, pois é certo que um trabalhador mal remunerado e sem descanso e lazer, não produz a contento, deixando de render o que poderia.

*Artigo 24º. Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.*

Assim como também ocorre um movimento de Reforma Previdenciária, que também extingue diversos direitos conquistados durante décadas do século XX, direitos que colocam o trabalhador em uma delicada situação similar a da escravidão aumentando consideravelmente os anos de trabalho para a conquista da aposentadoria; além de, em alguns casos, ocorrer a redução salarial com o aumento da contribuição previdenciária.

*Artigo 25º.*

*1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.*

*2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.*

O artigo 26 trata da razão de ser dessa pesquisa, sem, contudo, destacar a importância desse mesmo artigo em tantos outros, inclusive da mesma Declaração.

O Direito à Educação é a base de uma sociedade justa, igualitária, libertária, fraterna; onde todos possam se sentir como pessoa, usufruindo de direitos, inclusive fundamentais, como o próprio direito à vida, sem o qual não haverá substancialmente o próprio direito à dignidade humana; e importante que se busque a todo momento uma Educação considerando toda a Declaração, interpretando-a a valorizar o ser humano, colocando-o no centro da discussão, não há chance mais para regimes de repressão onde o homem, como valor humano, fique em segundo plano.

## **2.10. Metas para um Programa Educacional centrado nos Direitos Humanos**

O professor, educador e sociólogo, Frei Beto, em um de seus artigos relacionados aos Direitos Humanos – “Educação em Direitos Humanos” -, de forma brilhante, enumera sete metas para que se possa alcançar um programa educativo, a partir dos quais se pretende fazer uma análise sob a ótica do gestor educacional.

*“1. Um programa educativo em direitos humanos deve englobar os direitos da liberdade (proclamados pelas revoluções burguesas do século XVIII), os direitos da igualdade (exigidos pelas conquistas sociais do século XIX) e os direitos da solidariedade (reconhecidos no século XX após a Segunda Guerra). Entre os direitos da solidariedade destacam-se o direito à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação, ao ambiente natural ecologicamente equilibrado, à paridade nas relações comerciais entre países e à utilização do patrimônio comum da humanidade.”(FREI BETO, 1998)*

O sociólogo inicia com a afirmação e exemplos das três gerações de direitos humanos assegurados a partir do século XVIII, com a Revolução Francesa, quando a classe burguesa até aquele momento, explorada pela monarquia, mas fortalecida economicamente e sem qualquer interferência no poder político monárquico francês. Buscou, em um primeiro momento, assegurar a liberdade, liberdade de livre negociação, de livre comercialização, para que pudesse continuar suas atividades sem qualquer impedimento; em um segundo momento, concluindo que somente o direito à liberdade não seria suficiente, pois o homem burguês passou a explorar o próprio homem burguês, passou-se a busca pela igualdade com os direitos sociais e, mais

tarde, somente no século XX, buscou-se os direitos da terceira geração, geração da fraternidade com previsão de direitos coletivos, que atendessem a uma coletividade determinada ou indeterminada.

Mais modernamente outros direitos passaram a ter o mesmo valor, direitos como o direito à democracia e direito à felicidade, tornaram-se parte um todo maior. Para todos os povos, à escala mundial, para que se possa acabar com atrocidades que afetam o planeta como um todo como a corrupção, o terrorismo, a tortura, o genocídio. Impossível que, ainda, vivamos com tais monstruosidades em pleno século XXI; e, é certo, que o fim dessas mazelas passe pela Educação em Direitos Humanos.

*“2. A educação em direitos humanos deve humanizar, o que significa suscitar nos educandos capacidade de reflexão e de crítica, bem como a aquisição do saber, o acolhimento do próximo, a sensibilidade estética, a capacidade de encarar os problemas da vida, o cultivo do humor, etc.” (FREI BETO, 1998)*

A partir desse item passa-se a determinar a função da escola e, mais especificamente, do gestor escolar, na difícil função de organizar os meios para se alcançar um fim na busca dos direitos humanos dentro do ambiente escolar. É o gestor escolar que precisa utilizar os meios que possui ou, até mesmo, buscando outras alternativas, para conseguir alcançar uma educação em direitos humanos. Passando esta educação em direitos humanos, num primeiro momento, na mais ampla humanização do homem para que ele aumente a sua capacidade de reflexão e de crítica, adquirindo sabedoria e, só então, passe ao sentimento altruístico, acolhendo o próximo, no mais puro sentimento cristão, “amando o próximo como a si mesmo” e, por meio da felicidade, encare os problemas de uma forma inovadora, com humor e uma sensibilidade estética, vivendo em sociedade de forma mais democrática e prazerosa.

*“3. Como recomenda Paulo Freire, a educação em direitos humanos deve ser dialógica, adotando o educador posturas que levem à colaboração, união, organização, síntese cultural e reconstrução do conhecimento. Deve-se superar comportamentos comuns na educação tradicional, tais como sedução, manipulação, concorrência, invasão cultural e imposição de valores e de conhecimentos. Segundo Antônio Carlos Ribeiro Fester, um dos mais importantes educadores em direitos humanos no Brasil, o programa deve adotar a pedagogia da indignação e jamais do conformismo. As metodologias devem induzir os educandos à participação social; à contradição; à visão universal*

*que supere etnias, classes, nações, etc. estimulando a criatividade, fortalecendo os vínculos com a comunidade e tendo como referência a realidade na qual se vive hoje.” (FREI BETO, 1998)*

Trata o item 3 do direito a dialogicidade, da conflituosidade – como forma de conhecimento e autoconhecimento -, onde a troca de conhecimentos entre todos os envolvidos deve existir, o educador e o gestor, mais uma vez, devem-se preocupar com a difusão do conhecimento, não sendo os únicos conhecedores dos múltiplos conhecimentos que envolvem uma disciplina. Troca essa que deve ser sem preconceitos, livre, escoreita, onde os envolvidos possam se tratar de forma igualitária, humana, sendo o gestor o responsável por proporcionar meios para que o ambiente ofereça um rico laboratório de desenvolvimentos humanos.

*“4. Direitos Humanos não são um tema específico. Os princípios dos direitos humanos devem estar presentes em todas as disciplinas curriculares. Como observa Fester, “não se trata de separar quinze minutos de uma aula, uma aula do mês ou um trecho do conteúdo para tratar a questão dos direitos humanos. Estes devem ser o ponto de partida e o ponto de chegada do planejamento escolar, estar presentes em toda a vivência curricular.” (FREI BETO, 1998)*

Isto é primordial! Poderia-se dizer mais, os princípios dos direitos humanos devem estar presentes na vida de todos aqueles que se propõem a trabalhar em Educação, no ambiente escolar. Desde o portão de entrada, a partir do primeiro momento que se adentra ao ambiente se deve trabalhar os direitos humanos; o cumprimento inicial deve carregar uma carga humana, deve ser afetuoso, respeitoso, igualitário, liberto e fraterno; até o tchau libertador, que leva o educando para o mundo extra muros educacionais, mas que a cada dia que isso ocorra, a cada dia que ele se despeça da escola, já pensando em voltar prazerosamente no dia seguinte, possa levar consigo mais uma dia de aprendizado em direitos humanos. Os direitos humanos devem existir em cada canto da escola, seja com quem quer que participe desse ambiente, deve estar impregnado.

*“5. A metodologia deve abranger a noção dos direitos humanos, o conhecimento de seus documentos fundamentais e o resgate da história recente do respeito e do respeito aos direitos humanos no mundo; dos horrores do nazismo aos Esquadrões da Morte da América Latina, do racismo emergente hoje na Europa à matança de crianças no Brasil.” (FREI BETO, 1998)*

A educação em direitos humanos, segundo Fester (...) , compreende as seguintes etapas: sensibilização, problematização, construção coletiva da interdisciplinariedade, acompanhamento sistemático do processo nas escolas e formação permanente dos professores. A contextualização na Educação, assim como a formação dos educandos para trabalhar nos temas da conceituação e com o histórico dos direitos humanos, pode relacionar os problemas locais da comunidade e da nação. Isso se deve ao oferecimento do gestor com o apoio do órgão público democrático correspondente.

*“6. A educação em direitos humanos é uma educação para a justiça e a paz. Uma pessoa só pode dimensionar bem seus próprios direitos na medida em que reconhece os direitos alheios, sobretudo aqueles que são fundamentais à sobrevivência. Assim, no centro do processo pedagógico devem estar, como eixo, aqueles que mais têm os direitos essenciais negados: os pobres e as vítimas da injustiça estrutural. Nessa linha, assumir os direitos dos pobres é, com frequência, entrar em choque com os interesses daqueles que consideram os lucros do capital privado acima dos direitos coletivos ou as razões de Estado acima do direito individual. Esta dimensão conflitiva do processo educativo deve ser encarada como parte mesma de uma pedagogia que não quer apenas conscientizar, mas formar agentes transformadores, cidadãos empenhados na erradicação das injustiças e na construção de um mundo verdadeiramente humano” (FEI BETO, 1998)*

Dentre outras instituições públicas e privadas, a escola é uma das que deve assumir o papel de formadora de cidadãos conscientizados, transformadores, empenhados na erradicação das injustiças e na construção de um mundo “verdadeiramente” humano; em que as pessoas possam entrar em seus quadros, passar por eles e sair uma pessoa melhor, comprometida com a busca de seus direitos e cumpridora de suas obrigações sem, contudo, esquecer-se do outro como ser humano, igualitário e fraterno.

*“7. A metodologia adequada à educação em direitos humanos é a da educação popular inspirada no método Paulo Freire. Ela considera o educando como o centro do processo educativo e, indutiva, vai da prática à teoria para retornar e melhor qualificar a prática. Parte de casos concretos e utiliza recursos como dramatização, simulação de casos, papelógrafo, desenhos, jogos, pesquisas e, sobretudo, valoriza a narrativa oral e existencial dos educandos. Ela se direciona do local ao internacional; do pessoal ao social; do detalhe ao geral; do fato ao princípio; do biográfico ao histórico. O educador não educa: ajuda a educar e, ao fazê-lo, predispõe à reeducação. E todo o processo educativo tem como ponto de partida e de chegada a ação dos sujeitos educados*

*(educandos e educadores) na transformação da realidade em que se inserem.” (FREI BETO, 1998)*

“E todo o processo educativo tem como ponto de partida e de chegada a ação dos sujeito educados (educandos e educadores) na transformação da realidade em que se inserem”(…), sem dúvida! Mas sem esquecer que o gestor educacional é também um educador e, enquanto atua como tal, naquele momento, está em uma função de gestão para organizar esse processo educativo, sendo melhor, portanto, que possua essas características.

Pode-se encerrar e enlaçar as metas entre si, utilizando-se das palavras do professor Chico Alencar, quando afirma *“Mas não basta a generosa manifestação. É preciso agir, assumir a palavra, que é vã se não se traduzir em obras.” (p.43)*

Assim, o desafio passa pelo cotidiano escolar, dia a dia, passando pela família e pela comunidade, praticando os Direitos Humanos de forma consciente, reaplicando nossa dimensão social e política; trazendo para o interior das instituições de ensino todo valor humano, principalmente, os realizados nos princípios da igualdade, da liberdade e da fraternidade.

*“Sociedade que empurre o Estado a implementar políticas para as maiorias e que, assim, vá superando as chagas da miséria, da exclusão, da perda de sentido da existência. Sociedade de pessoas reais, plurais.” (ALENCAR, 1998)*

Por fim, mas sem que se chegue ao fim, pois quando se trata de direitos humanos esse fim nunca chega, vale ressaltar que a interrelação entre direito à educação e educação em direitos humanos, antes com considerável afastamento conceitual, com reflexões iniciais independentes, foram se aproximando. Hoje, já se consideram como campos de conhecimento, inclusive jurídicos, sobrepostos, onde uma passou a ser requisito imprescindível da outra, conforme afirma a professora Vera Maria Ferrão Candau

*“[...] direito à educação e educação em direitos humanos [...] foram se aproximando progressivamente e foi sendo assumida a perspectiva que considera a educação em direitos humanos como um componente do direito à educação e elemento fundamental da qualidade da educação que desejamos promover.” (CANDAU, 2012)*

Portanto, esses dois conhecimentos constroem-se de forma a buscar uma educação interessada na formação de cidadãos, sujeito de direitos, afirmando a democracia, a

justiça e a diversidade na sociedade brasileira. É necessário a cada dia a arquitetura de uma cultura dos direitos humanos, de forma consistente e prática, para que daqui a algum tempo se possa ter uma vivência maior dos direitos humanos nas práticas pedagógicas.

### **2.11. Princípio do Não-Retrocesso nos Direitos Humanos**

Assim define Joaquim José Gomes Canotilho, o princípio da proibição do retrocesso social, como sendo

*“O núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas deve considerar-se constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais, quaisquer medidas estaduais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática numa ‘anulação’, ‘revogação’ ou ‘aniquilação, pura e simples desse núcleo essencial. A liberdade de legislar tem como limite o núcleo essencial já realizado.” (CANOTILHO, 1.999)*

Em um momento histórico pelo qual passamos, onde a cada instante se descortina a intenção do Estado por meio de seus governantes; seja federal, estadual ou municipal; de supressão de direitos sociais já conquistados, o princípio do não-retrocesso dos direitos sociais tornou-se de elevada importância, pois nenhum direito social, principalmente os referentes à Educação, de forma direta ou indireta, poderão ser suprimidos, sem que outro de mesma qualidade seja oferecido.

O princípio do não-retrocesso, também conhecido como a aplicação progressiva dos direitos sociais, onde se visa a garantia e o progresso de realizações alcançadas pela sociedade, foi expressamente recepcionado pelo ordenamento jurídico pátrio por meio do Pacto de São José da Costa Rica, caracterizando-se pela impossibilidade de supressão de quaisquer direitos sociais assegurados pela Constituição, proporcionando ao cidadão o “*acúmulo do patrimônio jurídico*”.

A razão da existência do referido princípio, isto é, a proibição do retrocesso social em um Estado Democrático, principalmente ao que se refere aos direitos fundamentais sociais, evita, ou pelo menos se pretende, que o legislador infraconstitucional negue a essência da norma constitucional, deixe de torná-la na prática, a sua aplicabilidade. A

afirmação da proibição do não-retrocesso na ordem jurídica ocorre para impedir que houvesse a violação da essência da Constituição e, conseqüentemente, a própria justiça social.

A partir da tutela dos direitos fundamentais sociais, principalmente quanto àqueles que dizem respeito à dignidade da pessoa humana, firmou-se a negação do legislador em suprimir ou reduzir qualquer direito social assegurado constitucionalmente, sob pena de quebrar a confiança e a segurança dos cidadãos e incorrer em inconstitucionalidade.

Defensores desta teoria encontram-se os doutrinadores Luís Roberto Barroso, Flávia Piovesan e Ingo Wolfgang Sarlet, dentre outros.

Para Luís Roberto Barroso, apesar do referido princípio não está expresso, este princípio possui ampla aplicabilidade, pois é consequência do sistema jurídico-constitucional, uma vez que ao implantar um mandamento constitucional, este mandamento é incorporado ao patrimônio jurídico do cidadão, não podendo ser reduzido ou, quiçá, suprimido.

Leciona Ingo Wolfgang Sarlet que

*“A garantia de intangibilidade desse núcleo ou conteúdo essencial de matérias (nominadas de cláusulas pétreas), além de assegurar a identidade do Estado brasileiro e a prevalência dos princípios que fundamentam o regime democrático, especialmente o referido princípio da dignidade da pessoa humana, resguarda também a Carta Constitucional dos ‘casuísmos da política e do absolutismo das maiorias parlamentares’”.(SARLET, 2.008)*

E acrescenta quanto ao não-retrocesso dos direitos fundamentais sociais

*“Negar reconhecimento do princípio da proibição de retrocesso significaria, em última análise, admitir que os órgãos legislativos (assim como o poder público de modo geral), a despeito de estarem inquestionavelmente vinculados aos direitos fundamentais e às normas constitucionais em geral, dispõem do poder de tomar livremente suas decisões mesmo em flagrante desrespeito à vontade expressa do Constituinte.” (SARLET, 2.008)*

Apesar do princípio da proibição do retrocesso social ainda não está suficientemente difundido entre nós, tem encontrado crescente aceitação dentre a doutrina mais comprometida com a concepção da existência de um Estado Democrático de Direito ou, numa concepção mais moderna, da existência de um Estado de Direito



Democrático, direito para todos, direitos fundamentais sociais para todos; aquele já consagrado pela Constituição de 1988.

Assim encerra Sarlet, enfocando nos Direitos Humanos

*“[...] não restam dúvidas de que toda a atividade estatal e todos os órgãos públicos se encontram vinculados pelo princípio da dignidade da pessoa humana, impondo-lhes, neste sentido, um dever de respeito e proteção, que se exprime tanto na obrigação por parte do Estado de abster-se de ingerências na esfera individual que sejam contrárias à dignidade pessoal, quanto no dever de protegê-la contra agressões por parte de terceiros, seja qualq for sua procedência. Assim, percebe-se, desde logo, que o princípio da dignidade da pessoa humana não apenas impõe um dever de abstenção (respeito), mas também condutas positivas tendentes a efetivar e proteger a dignidade do indivíduo.”*  
(SARLET, 2.008)

Por fim, mais uma vez então, afirma-se que todo cidadão, em sua individualidade ou no seu coletivo, é merecedor de respeito em sua primordialidade, em sua expressão máxima e, o ato de alcançar os primados da dignidade da pessoa humana, em um Estado democrático, é um exercício efetivo de cidadania e democracia.

## **2.12. Direito à Educação em Instrumentos Legislativos infra Constitucionais**

A atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, é, particularmente, minuciosa, sendo analítica, no que diz respeito a declaração do Direito à Educação. A Constituição-cidadã representou e, ainda, representa, uma melhora significativa de qualidade em relação às legislações anteriores, possuindo maior detalhamento e precisão quanto a sua redação, introduzindo, até mesmo, os instrumentos jurídicos passíveis de utilização nos casos de não observância ao referido Direito.

Instrumentos estes auto e hétero resolutório, ficando este por conta da decisão por parte do Estado-Juiz e aquele por composição das próprias partes. Expressamente previstos nas seguintes leis:

1. Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015
2. Lei da Arbitragem – Lei 9.307/1996
3. Lei da Mediação e Conciliação – Lei 13.140/2015

No entanto, tamanho acautelamento não foi suficiente para assegurar o acesso, a permanência e o sucesso dos educandos na escola, continuando como uma promessa não realizada.

A Declaração do Direito à Educação vem expressa como um dos Direitos Sociais de maior relevância no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, que assim traz:

*“Artigo 6º - São direitos sociais a educação [...] na forma desta Constituição.”*

Pela primeira vez na história do constitucionalismo brasileiro expressou-se um rol de direitos sociais tão amplo, dando evidente destaque para o Direito à Educação, colocando-o, pelo menos textualmente, a frente de todos os outros, na Seção que pactua a Educação como direito de todos - CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO. Seção I DA EDUCAÇÃO.

No artigo 205º da CRFB, por sua vez, afirma-se a Educação como um direito de todos, universalizando o nobre direito para todos cidadãos brasileiros, devendo ser uma obrigação primeira do Estado e da família, com a colaboração da sociedade.

*“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”*

O Direito à Educação deve objetivar o pleno desenvolvimento da pessoa, o que muitas vezes não ocorre, pois é notório o fracasso escolar em âmbito nacional, por diversas questões que precisam ser resolvidas e melhoradas. O exercício da cidadania em seu mais amplo grau também deve ser assegurado pela Educação; se o exercício da cidadania depende do acesso à Educação, conclui-se que a Educação deve ser tratada

como primordialidade, pois a cidadania é tratada como a condução e alicerce, do Estado Democrático de Direito, ou seja, sem Educação não há nem mesmo democracia.

O artigo 206º determina que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios constitucionais:

*“I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;”*

O primeiro dos princípios e um dos fundamentais, é o princípio da igualdade de condições para o acesso e, importante frisar, igualdade também para a permanência na escola; pois nenhum sentido haveria se fosse oferecido igualdade para a entrada, como por exemplo pelo sistema de cotas, mas não fosse garantido que esse educando pudesse continuar, permanecer, nos quadros escolares com igualdade de condições. A História do Brasil, da evolução das instituições democráticas demonstra que durante décadas algumas classes sociais sofreram discriminações de toda ordem o que faz com que haja necessidade do estabelecimento de parâmetros na realização da igualdade em âmbito social e, certamente, no âmbito educacional.

Importante frisar que, para que esta busca da igualdade não perdure e ocasione uma desigualdade ao inverso, com classes antes desprestigiadas passem a ser classes prestigiadas e vice-versa, que o sistema educacional, em sua inteireza, passe a se tornar prioridade real para os governos e, assim, possam formar cidadãos cada vez mais qualificados, independente da classe social ou racial a que pertençam. Igualando todos dentro de uma mesma categoria, a dos educandos.

*“II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;”*

O inciso II do artigo 206º da CRFB, traz o princípio da ampla liberdade de aprender e de ensinar, assim como a de pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Havendo, no entanto, projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, conhecido como o Projeto da “Escola sem Partido”, que traz determinação onde inviabiliza a aplicação do referido inciso, pois trata da liberdade que o educador tem, em sala de aula, de ministrar determinados conteúdos oferecendo aprendizado conforme sua

formação, atingindo tanto o docente em oferecer saberes quanto o discente em adquirir estes saberes; é possível que tal projeto esbarre na Comissão de Constituição e Justiça ou em alguma outra Ação Declaratória de Constitucionalidade, mas até que um ou outro ocorra, tramita no Congresso Nacional e poderá passar a fazer parte de tantos outros projetos eleitoreiro, onde a intenção deixa de ser judicante e passe a ser partidária.

*“III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;”*

O inciso III, além de garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, admitindo diversificação múltipla de escolas e colégios, garante também a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; inclusive com concepções religiosas distintas de forma a garantir a multiplicidade cultural e religiosa. Havendo também um contrassenso em relação ao projeto “Escola sem Partido”.

Muitas vezes, infelizmente, a coexistência de instituições públicas e privadas evidencia-se da forma mais cruel, ou seja, no que toca à qualidade do aprendizado oferecido aos educandos, enquanto em uma escola privada a Educação busca a primazia, a excelência, de modo a garantir que não há perda de alunos e consequente perda de lucro; numa escola pública, em geral, não há a mínima preocupação com a qualidade, prevalecendo muitas vezes interesses particulares e pessoais daqueles que de alguma forma puderem se privilegiar das condições apresentadas, pessoas mal intencionadas, pois, de forma imediata, nada se perde.

No entanto, a sociedade como um todo, muitas vezes não se dá conta que de forma mediata a perda é muito maior, o que se perde é a cidadania, a igualdade, a liberdade, a fraternidade e, em última análise, a própria felicidade, pois o ser humano como ser social que é só passa a ser mais quando todos em sua volta também crescem juntos.

*“IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;”*

Toda a Educação deveria ser pública e gratuita, o ensino privado somente deveria ser pago em casos excepcionalíssimos e, assim, realmente haveria a garantia de uma Educação igualitária, própria para a busca da cidadania em sua forma mais ampla e

concreta. Infelizmente, até os dias de hoje, esse princípio ainda não é assegurado de forma esmerada aos cidadãos brasileiros. Os estabelecimentos oficiais poderão pertencer às três esferas, municipal, estadual ou federal; e, nas três, deverão ser oferecidas de forma gratuita.

*“V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”*

O inciso V, garante aos profissionais da educação escolar a valorização da sua função, por meio de lei, instrumento legislativo, que deve ser respeitado principalmente pelas autoridades públicas, sob pena de infringir o princípio da legalidade, onde é determinado que a autoridade pública “deve cumprir tudo que for determinado por lei”, mas, infelizmente, muitas vezes não é o que ocorre; havendo, ainda situações de descumprimento flagrante.

A valorização por meio da fixação de um piso salarial do magistério nacional e de planos de carreira é um direito garantido do profissional da Educação, assim como o ingresso na função por concurso público de provas e títulos aos profissionais das redes públicas; outro ponto a ser cumprido, mas que também passa longe de se tornar prática em território nacional e, muitas vezes, sem que autoridades remuneradas tomem a devida iniciativa a fim de extirpar tais atitudes em seus territórios de circunscrição.

E apesar de ter sido feito a lei desde 2008, lei 11.738/2008, chegando-se ao 10º ano de sua existência, sua promulgação, a mesma, em grande parte do território nacional, é ignorada, não sendo aplicada na prática. Tendo sido objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, e ficou determinado pela sua plena constitucionalidade.

*“VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;”*

Esse inciso trata diretamente de um dos principais temas da presente dissertação, tornando-se de especial importância para o presente trabalho, pois trata do quadro democrático de um Estado realmente preocupado com a Educação, vindo a tratar, de

forma ampla, da democracia na gestão escolar, sendo certo que isso só será possível se houver a consciência democrática se houver a garantia dos Direitos Humanos.

Com tudo o que já se pesquisou sobre Direitos Humanos conclui-se que é imprescindível que este sempre prevaleça na gestão escolar para que todos os outros princípios e garantias sejam efetivados, caso contrário sem a efetivação daquele impossível se torna a efetivação dos demais. E para isso toda e qualquer gestão escolar deverá ser confirmada por um processo eleitoral, idôneo e ético, onde se busque e alcance o melhor para a coletividade, devendo sofrer as devidas consequências se assim não for.

*“VII - garantia de padrão de qualidade;”*

É inquestionável que o padrão de qualidade está diretamente vinculada à valorização do profissional da educação e ao exercício de uma gestão democrática assecuratória dos Direitos Humanos. Impossível se ter uma Educação com alto padrão de qualidade sem que estes três determinantes estejam presentes e entrelaçados: profissional valorizado, gestão democrática e respeito aos Direitos Humanos. Uma Educação baseada nesses três elementos seria essencial para se alcançar a excelência em um processo educacional, rumo a uma sociedade formada por cidadãos capazes de buscar uma Nação mais justa e desenvolvida.

*“VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”*

O piso salarial profissional nacional já existe, com previsão expressa na mesma lei da garantia dos 1/3 de atividade laborativa extraclasse e da previsão do plano de cargo e salário em todos os entes federativos, mas alguns entes teimam em não cumprir a lei e, além do descumprimento da lei, algumas distorções ocorrem em decorrência do alcance do território nacional, um território de dimensões continentais, com desigualdades geográficas estratosféricas, com profissionais que mesmo que exerçam a mesma função possuem um custo de vida bastante diferente, havendo, por isso, a necessidade de diferentes pisos salariais.

*“Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”*

A referida lei tratada no parágrafo único do artigo 206º da CRFB já existe (Lei 11.738/2008) e, em alguns entes federativos, já existem também os Planos de Cargos e Salários, como ocorre, por exemplo, no Município de Cabo Frio (Lei Complementar 11, 12 e 14/2012 - Plano de Cargos e Salários do Município de Cabo Frio), não só para os profissionais da educação, mas para todo o funcionalismo público; mas, entretanto, há um vexatório descumprimento do mesmo, como o que ocorreu com o governo 2012 – 2016, que deixou o funcionalismo durante 4 meses sem receber salário, não havendo portanto uma garantia que o mesmo seja cumprido.

Assim afirmando o professor José Afonso da Silva:

“Conforme assegura a Constituição da República Federativa do Brasil em seus princípios educacionais previstos nos artigos 205 e 206, para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o princípio da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, e o saber; o princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; princípio da valorização dos profissionais do ensino garantido na forma da lei planos de carreira para o magistério público, com piso salarial e profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; princípio da gestão democrática e, por fim, princípio do padrão de qualidade”. (SILVA, 2.000)

*“Art. 207º. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

*§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)*

*§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)”*

Importante artigo trata da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades devendo obedecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Podendo, inclusive, admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros na forma da lei.

*“Art. 208º. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

*I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)”*

Diferentemente do texto das Constituições de 67/69, o artigo 208º inciso I da CRFB, traz a obrigatoriedade do ensino gratuito, inclusive para os que ao ensino fundamental não tiveram acesso na idade própria. O texto anterior especificava a gratuidade e a obrigatoriedade dos 07 aos 14 anos, criando limitações ao acesso de cidadãos que estivessem fora dessa faixa etária, determinando dessa forma uma “idade ideal” para o acesso ao ensino fundamental, quem passasse por essa idade e não cursasse o ensino fundamental ficava fadado ao fracasso, ao insucesso, escolar. O texto atual desmistifica a “idade ideal” deixando, a mesma, de existir.

O Constituição de 88 sem dúvida trouxe uma avanço no Direito à Educação em conformidade aos Direitos Humanos quando se trata de acesso e gratuidade à Educação Básica.

*“II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)”*

Quando trata o inciso II da “progressiva universalização” do ensino médio, quer referir-se a ampliação da gratuidade a esse nível educacional. A Constituição de 1934, trazia a perspectiva de “progressiva extensão da gratuidade e obrigatoriedade do ensino médio”.



Voltando ao texto anterior, seguiu, acertadamente, nesse inciso, a tendência mundial dos países desenvolvidos que cada dia mais necessitam de mão de obra mais especializada para um processo produtivo desenvolvido e automatizado.

*“III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;”*

O inciso III remete aos direitos dos portadores de deficiência, o que muitas vezes poderá se referir a uma questão controversa, isto é, quando o referido artigo afirma portadores de deficiência, remete a ideia de deficiência educacional ou qualquer tipo de deficiência? O que ocorre é que muitas vezes o portador de alguma deficiência desenvolve habilidades outras ultrapassando o desenvolvimento, até mesmo, do são, daquele que não apresenta nenhuma deficiência. É comum esta ocorrência. O empenho, o objetivo e a perseverança faz superar desafios.

O Estatuto do Portador de Deficiência – Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 -, em seu artigo 27 assim determina,

*“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.”*

Sendo certo que qualquer espécie de discriminação ocasionada pelo fato da deficiência, aquele que assim agir fica sujeito a pena de 2 a 5 anos de reclusão e/ou multa. A cobrança de qualquer valor de forma discriminatória ocasionará tal sanção. Em seu parágrafo único, assim determina o artigo 27º:

*“É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.*

Ficando na responsabilidade de todos os que estejam envolvidos com o deficiente o papel de lhe assegurar uma Educação de qualidade em todos os níveis e o aprendizado ao longo de toda a vida.

*“IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”*

O inciso IV afirma “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade”, além da extensão do Direito à Educação a essa faixa etária, integra-a na Educação Básica, incorporando este nível de ensino ao sistema regular, pois antes se tratava de parte do ensino “livre”, sem legalização, passando-se a exigir sua regulamentação e normatização na legislação educacional complementar.

Problema que gera grande prejuízo decorrente desse aumento do quadro da educação básica é a manutenção das despesas sem um aporte suplementar, sem um percentual maior da receita de impostos para complementar os gastos com essa educação – tendência agravada pelo FUNDEF (Lei 9.424/96), que concentra recursos no ensino fundamental. Ou seja, cria-se o Direito, mas não se cria o custeio.

Existindo inclusive uma tendência por parte de alguns municípios, sob orientação do Ministério Público, de fechamento de colégios do Ensino Médio para garantir a creche e educação infantil, o que se torna um retrocesso contra os Direitos Humanos, pois são colégios que dão bons resultados na formação de seu quadro discente.

*“V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;”*

Este inciso trata do acesso a níveis o mais elevados possíveis do ensino, da pesquisa e da criação artística, universitário, pós-graduado, mestrado, doutorado e pós-doutorado, mas, infelizmente, mais um que não é devidamente cumprido, pois o acesso se torna restrito a alguns poucos, estancando prematuramente a carreira de muitos, bastando olhar o sucesso da Educação Nacional comparando-o estatisticamente com outros países, onde o Brasil reiteradamente se encontra entre os países mais pobres e menos desenvolvidos.

*“VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;”*

Este inciso garante ao jovem e ao adulto trabalhador a possibilidade de frequentar o ensino regular, além de determinar a adequação deste ensino conforme “às condições de cada um”. É imprescindível que seja ofertada a este grupo de cidadãos a educação

noturna, para que estes, muitas vezes mais sacrificados, possam se desenvolver almejando um crescimento social.

*“VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”*

Para parte significativa dos alunos esse atendimento é pré-requisito para a frequência e manutenção na escola, devendo, portanto, fazer parte do rol de deveres do Estado relativos à garantia do Direito à Educação – é o Direito à Educação Global, isto é, de forma ampla, a mais ampla possível.

O professor José Carlos de Araújo Melchior, em sua obra “Financiamento da Educação: captação e aplicação de recursos financeiros numa perspectiva democrática”, ressalta o salário não-recebido, sendo aquele que remuneraria os estudantes pelos salários “não-recebidos” enquanto este se dedicava ao estudo e ao seu aprendizado, pois isso contribuiria para o desenvolvimento social do país como um todo, cidadãos melhor formados, sociedade mais desenvolvida; situação de difícil aplicação no Brasil.

*“§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.”*

Este parágrafo do artigo 208º da CRFB é de fundamental importância para o Direito à Educação, pois é o parágrafo que assegura e garante o exercício de todos os outros direitos que, não sendo espontaneamente exercido pelo poder público, fornece todas as possibilidades da busca dos mesmos junto a via judicial.

Na Constituição de 1946 existia grande discussão se o Direito à Educação era um direito subjetivo ou não, Pontes de Miranda, iminente constitucionalista nacional chegou a afirmar que “Quanto à estrutura do Direito à Educação, no estado de fins múltiplos, ou ele é um direito público subjetivo, ou é ilusório” (1953, p. 151), ou seja, não possuindo esta qualidade de subjetivo de nada valeria o Direito à Educação, caso não fosse espontaneamente garantido.

Para corroborar tal entendimento interessante a lição do professor Cretella quanto ao “direito público subjetivo”

“O art. 208º, § 1º, da Constituição vigente não deixa a menor dúvida a respeito do acesso ao ensino obrigatório e gratuito que o educando, em qualquer grau, cumprindo os requisitos legais, tem o direito público subjetivo, oponível ao Estado, não tendo esta nenhuma possibilidade de negar a solicitação, protegida por expressa norma jurídica constitucional cogente.” (Cretella, 1993, v. 8, p. 4418)

No comentário ao Direito à Educação enquanto o primeiro dos Direitos Sociais, afirma:

“[...] todo cidadão brasileiro tem o direito subjetivo público de exigir do Estado o cumprimento da prestação educacional, independentemente de vaga, sem seleção, porque a regra jurídica constitucional o investiu nesse *status*, colocando o Estado, ao lado da família, no poder-dever de abrir a todos as portas das escolas públicas e, se não houver vagas, nestas, das escolas privadas, pagando as bolsas aos estudantes.” (Cretella, 1991, v. 2, p. 881-2)

Por meio desses dispositivos é possível exigir do Estado o cumprimento do poder-dever constitucional ao Direito à Educação de forma ampla e irrestrita.

“§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.”

Trata esse artigo da responsabilidade pessoal e direta da autoridade incumbida da oferta deste direito; passou a se ter a responsabilidade genérica do órgão público, muito ineficiente e que causava grande sensação de impotência por parte do cidadão, pois não conseguia que fosse cumprido pelo poder público o que se refere ao Direito Educacional, para a responsabilidade direta e pessoal, personalíssima, do governante.

“§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.”

A esse parágrafo corresponde o artigo 246º do Código Penal, quando trata do crime de “abandono intelectual”, prevendo, inclusive, a perda do pátrio poder por parte do pai ou da mãe que “deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar.”, no **Título VII – Dos Crimes Contra a Família; capítulo III – Dos Crimes contra a Assistência Familiar.**

O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, no artigo 54º, inciso VII, § 3º, prevê que “compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais e responsável, pela frequência à escola.” Na ocorrência do referido crime, verificando-se que direitos reconhecidos em Lei foram ameaçados ou descumpridos, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável (conforme artigo 98 *caput* e inciso II), a autoridade competente deverá determinar a “matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.” (artigo 101º, III).

O artigo 206º da CRFB quando determina que a família, juntamente com o Estado, é responsável pela Educação, indiretamente, remete a este parágrafo do artigo 208º.

*“Art. 209º. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:*

*I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;*

*II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.”*

O artigo 209º cuida da educação privada, devendo esta cumprir as normas gerais da educação nacional e um padrão de qualidade avaliado pelo Poder Público, mas, na prática, o que muitas vezes ocorre é averiguação do cumprimento das normas gerais, pois uma avaliação de qualidade estabelecido pelo Poder Público seria algo de extrema subjetividade, exceto se a própria legislação viesse a regular esse padrão de qualidade, o que não existe.

Os Direitos Humanos também devem ser respeitados numa educação da iniciativa privada, inclusive no que diz respeito a gestão do ambiente escolar, não sendo de livre escolha do gestor privado tomar as atitudes que bem entender, suas atitudes deverão ser pautadas no ordenamento jurídico pátrio, principalmente na própria Constituição, nas Legislações assecuratórias dos Direitos Humanos e nos Tratados Internacionais que também lhes assegurem.

*“Art. 210º. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.”*

O artigo 210º da Constituição cuida da matriz curricular e dos conteúdos mínimos para o ensino fundamental, assegurando uma formação básica comum de forma a respeitar os valores culturais e artísticos, nacionais e regionais; infelizmente, somente após quase 30 anos, somente nesta década esta preocupação tomou corpo e está prestes a viabilizar o seu cumprimento.

A Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que regula o Novo Ensino Médio, determina em seu artigo 3º modificação da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), acrescentando à referida lei o artigo 35-A que assim passa a expressar como Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio :

*“A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:*

*I - linguagens e suas tecnologias;*

*II - matemática e suas tecnologias;*

*III - ciências da natureza e suas tecnologias;*

*IV - ciências humanas e sociais aplicadas.”*

Já para a Educação Básica, a matriz curricular foi determinada anteriormente pelas Diretrizes Curriculares Nacionais nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional conjugada com a Lei 9.131/95.

“A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais constitui, portanto, atribuição federal, que é exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos da LDB e da Lei nº 9.131/95, que o instituiu. Esta lei define, na alínea “c” do seu artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas. Ademais, atribui-lhe, entre outras, a responsabilidade de assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (artigo 7º da Lei nº 4.024/61, com redação dada pela Lei 8.131/95), razão pela qual as diretrizes constitutivas deste Parecer consideram o exame das avaliações por elas apresentadas, durante o processo de implementação da LDB.”

As Diretrizes Curriculares Nacionais abrangia toda a Educação Básica, inclusive o Ensino Médio.

“O sentido adotado neste Parecer para diretrizes está formulado na Resolução CNE/CEB nº 2/98, que as delimita como conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas.”

“§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.”

Quanto ao ensino religioso previsto no parágrafo 1º, ministrado em escolas, seria de constitucionalidade questionável devido a qualidade de laico que o Estado Brasileiro sustenta, mesmo sendo de matrícula facultativa, o ensino religioso não deveria ser ministrado em instituições de ensino, esse atributo da escola deveria ser transferido às igrejas e templos de todas as religiões.

“§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

Assim como o ensino fundamental regular, todo o ensino, inclusive em nível superior, nas Universidades, deverá ser ministrado em Língua Portuguesa e todo e qualquer documento público em território nacional deverá ser produzido no vernáculo, uma vez que, conforme artigo 13º caput da Constituição da República Federativa do Brasil, a Língua Portuguesa é idioma oficial e a sua utilização é uma questão, inclusive, de soberania.

“Art. 13º. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.”

Às comunidades indígenas também é assegurado a utilização de suas línguas maternas e, importante salientar, com processos próprios de aprendizagem.

“Art. 211º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)”

O artigo 211º da CRFB determina o regime de colaboração do sistema de ensino dos entes federativos, tornando a União como a grande mantenedora da Educação Nacional, exercendo função redistributiva e supletiva garantindo a equalização e o padrão mínimo de qualidade com assistência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

“§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)”

Os parágrafos 2º e 3º do presente artigo trata da atribuição de cada ente federativo e sua responsabilização no oferecimento do respectivo grau de ensino, ficando o ensino fundamental e a educação infantil para os Municípios; o ensino fundamental e o ensino médio para os Estados.

Vale, entretanto, ressaltar que o respectivo grau de escolaridade trata da prioridade e não da obrigatoriedade, não havendo nada que impeça que ofereçam grau de ensino fora de sua prioridade e nem há nada que determine que para o oferecimento de um ensino fora da prioridade necessário que o da prioridade esteja absolutamente satisfeito. Até porque, de um ano para outro, um ensino que possa estar plenamente satisfeito, deixe de estar pelo aumento da demanda, crescimento da população, caso fortuito e força maior ou, até mesmo, passe a ter superávit em ofertas de vagas.



Isso faz com que o fechamento de escola sob este pretexto seja absolutamente inconstitucional, como vem ocorrendo no Município de Cabo Frio – RJ – Brasil. Havendo fechamento, inclusive, de escolas de educandos com necessidades especiais (surdos-mudos), numa flagrante divergência dos Direitos Humanos dos Portadores de Necessidades Especiais, conforme artigo 28º inciso I da Lei 13.146/2015.

*“Art. 28º. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;”*

*“§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”*

O parágrafo 5º cuida da educação básica pública, da educação infantil ao ensino médio, como prioridade ao ensino regular.

*“Art. 212º. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.*

*§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.”*

O artigo 212º e seu parágrafo 1º determina a porcentagem mínima que a União – 18% - e os outros entes federados – 25% - deverão aplicar anualmente, da receita de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino; expressando ainda que para efeito de cálculo esta parcela de arrecadação transferida não será considerada receita de governo, isso faz com que não possam ser utilizadas em outras despesas senão com Educação.

*“§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213º.*

*§ 3º - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.*

*§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208º, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.”*

Os parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 212 da Constituição asseguram a forma como as respectivas contribuições devem ser utilizadas, distribuídas, as prioridades nessa distribuição, assim como os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, em regime de merenda escolar.

*“§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)*

*§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”*

Os parágrafos 5º e 6º do artigo 212 da CRFB trata de uma complementação para a educação básica pública por meio da contribuição social do salário-educação, devendo as mesmas serem distribuídas em conformidade com a proporcionalidade de número de alunos matriculados na educação das respectivas redes públicas de ensino.

*“Art. 213º. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:*

*I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;*

*II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.”*

O artigo 213º da Constituição traz uma possibilidade de parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada, onde fica determinado que os recursos públicos preferencialmente destinados às escolas públicas, podem também, em certos casos, ser destinados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovem finalidade não-lucrativa, investindo os excedentes em educação, e, concomitantemente, assegurem a destinação de seu patrimônio ao Poder Público ou a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, no caso de encerramento de suas atividades.

*“§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.”*

O parágrafo primeiro cuida dos casos em que o Poder Público não atende satisfatoriamente a toda a rede, podendo, nesses casos, parte dos recursos destinados à Educação ser investidos em bolsas de estudo, quando houver falta de vagas e falta de cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, sendo este comprovadamente hipossuficiente econômico.

Esta situação é ímpar e somente deverá ser utilizada em casos extremos, onde o poder público não consiga suprir as necessidades da sua comunidade docente, sem que ocasione um abuso de direito e um desrespeito ao princípio da igualdade.

Vale relatar uma lembrança da época em que cursava a Universidade, em que o governo municipal de Cabo Frio - RJ, oferecia bolsas de estudo para os alunos que se encontravam na mesma situação que a minha e de muitos outros, para o custeio de despesas de locomoção, pois o município não oferecia o curso universitário suficiente a atender a demanda, mas essa escolha do aluno beneficiado com as bolsas era realizada de forma a beneficiar docentes que estavam diretamente ligados a situação governamental do momento, em flagrante descumprimento ao princípio da igualdade constitucional, em flagrante desprestígio daqueles que mais necessitavam.

Nesses casos o Poder Público fica obrigado a investir na expansão de sua rede educacional local.

*“§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.”*

Trata o parágrafo 2º das atividades universitárias de pesquisa e extensão que poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

### 3. METODOLOGIA

Laville e Dionne (1999, p. 34) afirmam que “o pesquisador é mais do que um observador objetivo: é um ator aí envolvido”. O pesquisador encontra-se envolvido em um contexto social onde ocorrem a todo momento fatos sociais e, frente a esses fatos sociais, certamente terá preferências, inclinações, interesses particulares, valorizando-os de forma particularizada, valorando-o sob a sua ótica o social, cultural, político e o econômico.

O pesquisador vivencia esse ambiente e extrai daí o desejo de entendê-lo e, conjuntamente, alcançar possíveis soluções, procurando desenhar uma ideia para a hipótese que precisa ser validada (ou não), por meio de conclusões apropriadas via observações, na teoria ou na prática. Portanto, uma hipótese deve ser testada e dela retiradas conclusões e, para tanto, necessário será observar o rigor, dispor de método confiável, assim afirma Claude Bernard em seu *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*.

O observador deve ser o fotógrafo do fenômeno, sua observação deve representar exatamente a natureza. Deve observar sem qualquer ideia preconcebida; a mente do observador deve ficar passiva, ou seja, deve calar-se; ele escuta a natureza e escreve o que esta lhe dita. [...]

Eu diria que o cientista põe questões para a natureza; mas que, assim que esta fala, ele deve se calar; deve constatar o que ela responde. Escutá-la até o fim e em todas as situações, submeter-se a suas decisões.” (BERNARD, 1865)

#### 3.1. Opção metodológica

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e interpretativa (Creswell (2009), na forma de estudo de caso (Yin, 2001). Segundo Creswell (2009, p. 26), a pesquisa qualitativa “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca

do significado dos dados.

Para este estudo, em função do contexto e dos objetivos definidos, optamos pelo estudo de caso. Segundo Yin (2001), um estudo de caso é uma investigação empírica que “investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p. 32). É uma investigação que trata sobre uma situação específica, e serve para dar a conhecer a realidade tal como ela é vista pelos seus diversos actores (Yin, 2001).

### **3.2. Descrição do Estudo**

O trabalho desenvolveu-se em 6 instituições públicas de ensino, todos da rede municipal do município de Cabo Frio/RJ, e atendimento a diferentes etapas de Ensino – Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Localizadas em diferentes áreas dentro do município, realizada a escolha das unidades considerando-se o facto de serem instituições de ensino, que possuem uma história consolidada no município e a maior diversificação possível quanto ao público atendido, mas com características próprias, sendo de diferentes áreas do município, teoricamente, onde se encontra a melhor estrutura oferecida a equipe gestora.

Para apresentação das escolas na presente pesquisa foi feita uma classificação em: COLÉGIO MUNICIPAL 1 – CM1; COLÉGIO MUNICIPAL 2 – CM2; COLÉGIO MUNICIPAL 3 – CM3; COLÉGIO MUNICIPAL 4 – CM4; COLÉGIO MUNICIPAL 5 – CM5; COLÉGIO MUNICIPAL 6 – CM6 (Anexo 3).

Todas as unidades escolares encontram-se no município de Cabo Frio (Figura 1), Região dos Lagos, região banhada pelo Oceano Atlântico e circundado por belas praias. Possuidor de um território de 410.418 Km<sup>2</sup>, o município de Cabo Frio, possui uma rede de ensino - constituída por colégios estaduais, colégios municipais e colégios particulares - de aproximadamente 30.275 alunos no ensino fundamental e de 6.311 alunos no ensino médio, população residente de 186.227 pessoas. O PIB (2010) gira em torno de R\$6.551.707,000 e valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares, aproximadamente, R\$2.002,16 rural e R\$2.755,31 urbano.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Bernard, 1989; Quinlan, 2005) realizadas com gestores de escolas públicas de Cabo Frio. As entrevistas foram realizadas nos meses de julho, agosto e setembro de 2017. Tiveram como propósito obter informações sobre conhecimentos jus-educacionais necessários para que os gestores de unidades escolares possam atuar democraticamente na gestão de conflitos em uma instituição de ensino.

A presente investigação também realizou uma de instrumentos jurídicos e administrativos (princípios, direitos e garantias fundamentais e constitucionais) necessários para uma gestão educacional democrática e cidadã, capazes de informar e formar os gestores com conhecimentos específicos de modo a levá-los a tomada de decisões mais adequadas no âmbito escolar.

Antes de iniciada a entrevista, as escolas participantes da pesquisa receberam uma Carta de Apresentação de Pesquisa (ANEXO 2). No texto da carta foram apresentados os objetivos da pesquisa, procedimentos envolvidos, tempo necessário, termos de anuência e declaração de autorização de realização da pesquisa na instituição escolar.

O Guião da Entrevista Semiestruturada (ANEXO 1) foi aplicado aos seis gestores de escolas e colégios municipais do município de Cabo Frio/RJ – Brasil; A entrevista foi desenvolvida dentro do próprio ambiente de trabalho de cada um dos entrevistados, que disponibilizaram parte de seu horário de trabalho para responder e poder cooperar com a pesquisa. Antes de iniciar a pesquisa foi apresentado o termo de consentimento livre esclarecido (ANEXO 2) e foi expressamente autorizado por todos que a mesma fosse realizada, tendo sido perguntado a cada um dos entrevistados quanto a necessidade do anonimato no que todos o dispensaram, mas o pesquisador/investigador mesmo com a desnecessidade do anonimato expressa pelos entrevistados, garantiu que tudo que dissessem ficaria em anonimato.

### **3.3. Participantes**

A presente pesquisa recorreu a seis elementos integrantes de equipes gestoras de colégios do Ensino Médio do Município de Cabo Frio/RJ (BRASIL), todas as

instituições de ensino público municipal, situadas em diferentes regiões do município, colégios centrais, periféricos, zonas rurais e, inclusive um, de atendimento exclusivo a portadores de necessidades especiais.

### **3.4. Método e técnicas de recolha de dados**

Para a recolha de dados o pesquisador buscou em fontes bibliográficas e utilizou de procedimentos de inquérito por entrevista.

O Guião da Entrevista apresentou questões abertas e fechadas e foi dividido em 5 tópicos, todos relacionados com os Direitos Humanos na gestão de uma Instituição Educacional. Foram apresentados nessa ordem os cinco tópicos: um primeiro tópico para a coleta de dados sobre a formação jus-educacional dos gestores; o segundo para avaliar o conhecimento dos gestores sobre os conflitos relacionados aos direitos humanos; um terceiro que objetivou avaliar a competência para a ação preventiva ou repressora diante de um conflito; um quarto para avaliar se os gestores tiveram acesso aos instrumentos e meios disponíveis no ordenamento jurídico pátrio; o quinto e último tópico buscou avaliar quais as formas e maneiras de tornar o gestor escolar mais preparado e conhecedor de saberes jurídicos para poder atuar com mais segurança e de acordo com os direitos e garantias fundamentais Constitucionais.

### **3.5. Método e técnicas de análise dos dados**

Utilizou-se, primordialmente, da análise de conteúdo, entretanto complementando-a com a análise de discurso (Lima, 2003, s/p):

Neste sentido, gostaríamos de deixar claro, mais uma vez, que a análise de conteúdo e a análise do discurso não se excluem, mas trazem resultados diferentes sobre os *corpus* de trabalho, como a rede e o anzol jogados nesse mar turbulento, por vezes calmo, ambíguo, e que por vezes se silencia (silencia o quê?), trazem diferentes elementos para a terra.” (LIMA, 2003)



Corroborando a ideia de que a análise do conteúdo não é fixa, estática ou engessada, entendem Laville e Dionne (2008, p. 216), que:

A análise de conteúdo não é, contudo, um método rígido, no sentido de uma receita com etapas bem circunscritas que basta transpor em uma ordem determinada para ver surgirem belas conclusões. Ela constitui, antes, um conjunto de vias possíveis nem sempre claramente balizadas, para a revelação – alguns diriam reconstrução – do sentido de um conteúdo. Assim, pode-se, no máximo, descrever certos momentos dele, fases que, na prática, virão às vezes entremear-se um pouco, etapas no interior das quais o pesquisador deve fazer prova de imaginação, de julgamento, de nuance, de prudência crítica. (LAVILLE; DIONE; 2008)

Assim, entendeu o pesquisador ser mais adequado o uso da análise de conteúdo, decorrente da complexidade a que remete o problema a ser trabalhado, sem, no entanto, descartar a possibilidade de utilizar em momentos específicos a análise de discurso dentro das seguintes categorias: Formação Jus-Educacional; Conflitos relacionados aos Direitos Humanos; Competência para a ação preventiva e repressora; Os instrumentos e meios disponíveis (processuais) no ordenamento jurídico pátrio; Formas e maneiras de tornar o gestor escolar mais preparado e conhecedor de saberes jurídicos para poder atuar com mais segurança na função coadunando-se aos Direitos e Garantias Constitucionais.



#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS**

A pesquisa inicia-se com a indagação aos gestores educacionais entrevistados quanto a importância da orientação específica quanto aos Direitos Humanos em um Estado Democrático de Direito, tendo os mesmos respondido, de forma unânime, que os Direitos Humanos são a base para a regulação de toda e qualquer relação humana, sem o qual impossível se torna a gestão em um ambiente escolar, uma vez que as garantias inerentes a pessoa humana precisa ser assegurada quando tratamos de comunidade escolar, sem as quais inúmeros desrespeitos, abuso de poder e assédios poderão vir a ocorrer.

O artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil é, sem dúvida, em todo o ordenamento nacional o mais amplo e abrangente exemplar artigo que trata dos Direitos Humanos, com os seus 78 incisos e 4 parágrafos, procura regular todo e qualquer possível desrespeito nas relações humanas. Expressa ele que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”

Os gestores educacionais, todos eles e não só os entrevistados que fizeram parte da pesquisa, deveriam ter acesso consolidado a este conhecimento, conhecimentos advindos da Revolução Social do Século XVIII, mas que só ganhou uma regulamentação própria a partir do século XX, pós Segunda Grande Guerra, por meio do Tratado Internacional dos Direitos do Homem. Esses Direitos incluem as duas primeiras Gerações Liberdade, Igualdade, sem as quais não teriam sentido sem o Direito à Vida.

O Direito à Vida remete a ideia de uma vida digna, qualificada, onde o ser humano possa ser considerado pessoa, e sem a Educação torna-se impossível que tal situação se averigue, sem a Educação outros direitos não se consolidam, como o Direito à Liberdade, o Direito à Igualdade, criando-se uma sociedade injusta e desigual, autoritária e antidemocrática.

Os outros dois direitos, Direito à Segurança e Direito à Propriedade, completam a ideia de Direitos Humanos trazidos no artigo 5º da Constituição; não se podendo

esquecer que, como já afirmado no corpo da pesquisa, todos esses direitos de nada serviriam se não se observasse o princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Portanto, os gestores têm uma responsabilidade ímpar na sociedade, de forma que os mesmos podem e devem, gerir a Instituição de Ensino que lhe cabe de forma a regular indiretamente as relações humanas em seu entorno, influenciando positivamente na vida social que circunda a Instituição de Ensino, assegurando aos educandos direitos correlatos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. É evidente que tudo isso somente será possível com a participação de todo o corpo docente e a presença democrática do Estado.

Em um segundo momento dentro ainda do tópico 1, os gestores afirmam não terem recebido nenhuma formação para o atendimento à comunidade escolar, como com exceção de dois deles que afirmaram terem recebido, mas tão somente formação administrativa e pedagógica disponibilizadas à época pela Secretaria de Educação do Município, nenhuma formação legislativa, nem tão pouco baseada nos Direitos Humanos.

Infelizmente, parece latente, a Educação no Brasil, somente se torna prioridade em época de eleição, não oferecendo aos discentes conteúdos pedagógicos e muito menos valores ou princípios. O artigo 5º da Constituição assegura em seus incisos, por meio de valores ou princípios, direitos que muitos desconhecem, diretamente relacionados aos Direitos Humanos e, conseqüentemente, à Dignidade da Pessoa Humana.

Podendo-se destacar de forma exemplificativa os seguintes incisos, que podem ser considerados importantes em um ambiente escolar.

*“I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”;*

Em um ambiente escolar é absolutamente inadmissível qualquer discriminação pelo gênero, não podendo haver discriminação entre homem e mulher ou entre quaisquer um dos gêneros catalogados como gays, lésbicas, trans, travestis, dentre outros.

*“IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”;*

*“IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”;*

Os incisos IV e IX do artigo 5º da Constituição referem-se diretamente à liberdade de manifestação do pensamento e da expressão – da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação -, sendo vedado, por óbvio, o anonimato no caso do pensamento, ou seja, quem se expressou conforme um determinado posicionamento deve se declarar como autor do posicionamento, não podendo se omitir; ou de censura ou licença no caso da liberdade de expressão.

Esses incisos tratam diretamente do projeto de lei que ainda tramita no Congresso Nacional denominado “Escola sem Partido”, onde se procura limitar a liberdade do pensamento e de expressão dentro de um ambiente escolar, tornando-se o ambiente engessado quanto à manifestação de opiniões, ideias, concepções; excluindo a possibilidade do livre arbítrio por parte dos envolvidos nesse ambiente.

Quando o que se deveria ter seria a liberdade e a expressão incentivada de forma ampla e irrestrita e aqueles que por algum motivo sentirem-se ofendidos ou desrespeitados em seus valores que busquem seus direitos na seara administrativa, cível, ou se for o acaso, até mesmo, criminal.

*“XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;”*

O inciso XIII assegura a livre escolha do trabalho, ofício ou profissão, mas, infelizmente, sabe-se da ocorrência até os dias de hoje de trabalhos similares ao trabalho escravo em território nacional.

*XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;*

Esse inciso também tem relação com o projeto “Escola sem Partido”, que limita o acesso à informação.

O espaço escolar deve ser livre a qualquer manifestação intelectual, artística, ideológica, religiosa; que devem conviver de forma harmoniosa a respeitar a opinião, o posicionamento, alheio. Sendo o Brasil um país miscigenado deve o povo que nele habita conviver respeitando as diferenças.

*“XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”;*

O inciso XLI tem relação direta com o parágrafo 1º ambos do artigo 5º da Constituição.

Tendo referenciado 06 incisos dentre os 78 que compõem o artigo 5º da Constituição, o pesquisador destaca a importância dos 3 primeiros parágrafos, dentre os 4 existentes, quando se trata de Direitos Humanos.

*“§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”.*

O primeiro deles relaciona-se com o inciso XLI do artigo 5º da Constituição, afirmando este que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; e aquele trata da aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais, ou seja, todos aqueles direito e garantias que compõem o artigo 5º e todos os outros que não estão no referido artigo, mas que também tratam de direitos e garantias fundamentais, como, por exemplo, o próprio Direito à Educação, devem ter aplicabilidade imediata, sem que nenhuma lei ou legislação possa postergar a sua aplicabilidade.

*“§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.*

O parágrafo 2.º cuida da abrangência dos direitos e garantias fundamentais, onde um direito fundamental não excluirá outro, não excluindo nem mesmo tratados internacionais e, aqui, se nota a incidência do Tratado Internacional dos Direitos

Humanos, que deverá ser amplamente aplicado em território nacional, sem qualquer tipo de restrição.

*“§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.*

O parágrafo 3.º trata da equiparação dos tratados internacionais sobre direitos humanos que seguirem tramitação em dois turnos, por três quintos dos votos, no Congresso Nacional, possuirão tratamento de emendas constitucionais.

#### **4.1. Conflitos Relacionados aos Direitos Humanos**

Necessita-se, nesse ponto, salientar a importância de se saber a distinção entre conflitos e confrontos, a primeira se faz importante diante da necessidade de se ter em um ambiente educacional para que o mesmo seja um palco de discussões e debates frutíferos e enriquecedores; e, o segundo, é necessário que se evite ao máximo no referido ambiente, mas impossível que se consiga. Tanto um quanto o outro deverá sempre ser resolvido com base nos Direitos Humanos.

Uma distinção há que ser feita, inicialmente, entre conflito e confronto, o primeiro é desejado, é esperado, porque haverá desenvolvimento, aprendizado, em sua solução; o confronto, por sua vez, não, é indesejado. No entanto, em um ambiente escolar, geralmente, ocorrem os dois e, em cada caso, a equipe gestora, liderada pelo gestor da escola, deverá saber lidar com cada um deles.

Assim, em virtude do crescimento das exigências que a sociedade e seu desenvolvimento impõem, a entrevista orientou-se com a finalidade de se alcançar de forma mais fidedigna possível respostas para se chegar a um desfecho verdadeiro e que refletisse a realidade dos fatos nas escolas brasileiras.

O contexto educacional, portanto, não poderá temer o conflito, o debate, muitas vezes tendo inclusive, que buscá-lo, para que possa realizar a análise da realidade em busca

de uma discussão criadora. O confronto é inevitável, devido à complexidade interpessoal dos atores ali envolvidos. Por isso, deve-se considerar os fatos ocorridos diariamente nesse ambiente, a valoração desses fatos como significativos para a sociedade e a sua assunção às normas correspondentes. Somente com a clareza dessa equação para a solução dos conflitos é que se poderá alcançar uma gestão democrática e cidadã, capaz de tornar a Educação um alicerce para toda a sociedade brasileira.

Diante da entrevista realizada com os gestores educacionais, muitas respostas foram expressas de forma quase que unânime, onde todos possuíam o mesmo conceito, a mesma opinião, o mesmo entendimento. Aonde se distinguiu com maior evidência as respostas foi quando se perguntou – “Quais são os principais conflitos (grau de importância e de reiteração) identificados nessa unidade escolar?”

Cada unidade escolar destacou um determinado tipo de conflito, no entanto, todos os diretores afirmaram possuir casualmente conflitos de ordem familiar, discriminatória, sexual, sempre com um fundo violento. Ficando destacado, nesse ponto, o CM2, quando sua diretora afirmou já ter presenciado questões concernentes a tráfico de drogas, tendo necessitado do apoio policial para resolver o conflito, dentre outras violências; o CM3, quando sua diretora afirmou já ter vivido questões de violência entre pai ex-presidiário e filha, questões de “bullying” e questões de tráfico fora da escola, mas que influenciaram diretamente no cotidiano da escola, na vida de alunos.

O Diretor do CM6 Rocha afirmou não ter problemas mais sérios em sua unidade escolar, talvez por lidar com crianças da educação infantil; e o diretor do CM5, afirmou que, apesar da mesma se encontrar em área de alto índice de criminalidade, nunca se deparou com problemas de violência, mas tão somente problemas pedagógicos.

As outras questões que tratavam por exemplo da distinção de conflito e confronto, das personagens envolvidas nos conflitos, as principais causas, a imprescindibilidade dos Direitos Humanos e a existência de um Regimento Interno; as respostas foram todas iguais, com o mesmo entendimento.



#### **4.2. Competência para a ação preventiva ou repressora**

Quanto à ação preventiva ou repressora para a solução dos conflitos, unanimemente, todos os envolvidos na entrevista responderam negativamente a seguinte pergunta: “Considerando os órgãos responsáveis, você acha que estes atuam de forma adequada para e solucionar o conflito?”

#### **4.3. Os instrumentos e meios disponíveis (processuais) no ordenamento jurídico pátrio**

Perguntada à equipe gestora sobre se a mesma teria acesso a instrumentos e meios no ordenamento jurídico para a solução de conflitos, todos responderam negativamente. Mas, quando se procurou tratar da solução de conflitos pautada nos Direitos Humanos, todos afirmaram privilegiar os Direitos Humanos na solução dessas questões. Acredita-se que a solução realmente venha sendo realizada pautada nos Direitos Humanos, mas de maneira “às cegas”, ou seja, sem o verdadeiro conhecimento do que realmente deveria fazer na solução baseada nos Direitos humanos, mais “pelo tato” do que pelo conhecimento.

Tendo os entrevistados respondido ser o meio administrativo o mais utilizado na solução dos problemas e que o mesmo, na maioria das vezes, tem alcançado o objetivo buscado, isto é, apaziguar, tranquilizar, amenizar os ânimos

#### **4.4. Que formas e maneiras de tornar o gestor escolar mais preparado e conhecedor de saberes jurídicos para poder atuar com mais segurança na função coadunando-se aos Direitos e Garantias Fundamentais Constitucionais**

Respondendo a última pergunta da entrevista todos os entrevistados responderam negativamente a seguinte pergunta – “O órgão público promove algum tipo de formação relacionada aos saberes jurídicos para a equipe gestora?”.

A partir do estudo e da pesquisa bibliográfica complementados com a realização das entrevistas, onde foram selecionados 06 diretores de escolas e colégios municipais que atendem educandos em diferentes graus de ensino, desde a Educação Infantil até o

Ensino Médio e em variadas regiões municipais, região central do município, bairros próximos do centro do município, bairros periféricos (mais distantes do centro do município) e bairros da zona rural; além de uma escola de atendimento específico de surdos-mudos. O pesquisador alcançou um resultado bem conclusivo e satisfatório, dentre o qual, parte dele, pela experiência que possui no magistério da Educação Municipal, de certa forma, já o esperava como conclusão.

Diante desta diversidade de grau de instrução e regiões do município, as entrevistas semiestruturadas ocorreram em 06 instituições de ensino, no Município de Cabo Frio, sendo fonte das pesquisas as entrevistas realizadas com os Diretores do Colégio Municipal Rui Barbosa, Colégio Municipal Professor Edilson Duarte e Colégio Municipal Professora Elza Maria Santa Rosa Bernardes e na Escola Municipal Maestro Ruy Capdeville, Escola Municipal Arlete Rosa Castanho e Escola Municipal Professor Paulo Sérgio Cerqueira Xavier; Previamente às entrevistas foram realizadas solicitações de autorizações junto aos respectivos entrevistados, na qualidade de Diretores de Instituições de Ensino, com a arguição da necessidade ou não do anonimato, no que foi determinado por todos a desnecessidade do mesmo, mostrando que todos os entrevistados deram a entrevista espontaneamente e sem absolutamente nada a omitir.

Antes de iniciada a aplicação dos questionários, cada escola foi procurada e recebeu uma Carta de Apresentação de Pesquisa. Nesse momento foram discutidos os objetivos da pesquisa, procedimentos envolvidos, tempo necessário, termos de anuência e declaração de autorização de realização da pesquisa na instituição escolar. Na ocasião, também foi marcado um horário para a realização das entrevistas dentro do horário e no interior da instituição que dirigem.

#### **4.5. Síntese dos dados**

Após a realização das entrevistas com os Diretores/Colaboradores, foi confirmado desconhecimento dos Direitos Humanos na teoria e na prática pelas equipes gestoras, e a importância de tal conhecimento para gerir uma unidade escolar. Os diretores/colaboradores entrevistados atuam em suas funções nas respectivas escolas

de forma o mais competente possível, mas lhes falta um conhecimento para uma melhor gestão, ou seja, o conhecimento dos Direitos Humanos, de suas nuances e formas de pô-los em prática.

Todos os diretores resolvem os conflitos em sua unidade escolar com base nos Direitos Humanos, mas sem ter uma certeza do que o que estão fazendo está realmente coadunando-se com a referida gama de direitos, pois não passaram por um aprendizado quanto aos direitos referentes às três dimensões jurídicas – liberdade, igualdade, fraternidade – e mais modernamente outras duas dimensões – democracia e felicidade; concentrados nos Direitos Humanos. Esta última perpassando, certamente, ao direito à educação, pois sob a ótica do pesquisador, impossível alguém alcançar a felicidade plena sem conhecimento, formal ou informal, sem Educação.



## 5. CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

### 5.1. Conclusão

A presente dissertação de mestrado ocupou-se em entender conceitos como o de administração, administração pública, direitos fundamentais, garantias constitucionais, princípios jurídicos, direito educacional dentro do âmbito e contexto educacionais. Esta preocupação é especialmente significativa para aqueles que não possuem uma formação acadêmica jurídica, porque não lhes foi oferecido como processo de formação para a assunção na referida função, não tiveram o interesse na formação, achando desnecessário, ou até mesmo, não disponibilizaram de tempo para adquiri-la, pois precisavam cumprir outras obrigações na função de gestores.

Quando iniciamos esta pesquisa tínhamos como objetivo investigar quais os conhecimentos jus-educacionais baseados nos Direitos humanos necessários para que os gestores de unidades escolares possam atuar na solução de conflitos em uma instituição de ensino. Colocamos, assim, a seguinte questão de investigação: **O gestor educacional necessita de uma formação mais completa no que se refere aos Direitos Humanos?**

Chegados ao final da pesquisa, concluímos que sim, o gestor educacional por lidar diretamente com vidas humanas, com interesses e pretensões que dizem respeito a um dos mais relevantes dos direitos fundamentais, o direito à educação, de onde se pode inclusive retirar o mais elementar dos direitos, o direito à felicidade, o direito de ser feliz em toda a sua amplitude, que traz a reboque os princípios tradicionais e fundamentais, trazidos da Revolução Social do final do século XVIII, direito à liberdade, direito à igualdade e direito à fraternidade, que, sem aquele, impossível se torna a concretude desses.

Vamos retomar esse objetivo respondendo e recuperando os objetivos específicos formulados.

**5.1.1. Determinar que conhecimentos jus-educacionais são necessários para que os gestores escolares possam atuar em situação de conflito**

Diante de todo o protocolo para a realização das entrevistas e após a análise das mesmas, foi possível concluir que prioritariamente os gestores necessitam obter como conhecimentos jus-educacionais na atuação em uma gestão democrática em uma instituição de ensino, o conhecimento nos Direitos Humanos e suas correlações, assim como o conhecimento na legislação que direta ou indiretamente trata das relações humanas no âmbito escolar e que não deixam, ou não deveriam deixar, de tratar dos Direitos Humanos.

Tratando-se dos meios existentes para a solução dos conflitos a assegurar a realização de uma justiça direcionada aos direitos e garantias fundamentais pode-se destacar o administrativo e o judicial; sendo este subdividido em várias áreas de conhecimentos jurídicos; mas, sobretudo, é aquele o amplamente utilizado.

O meio administrativo é utilizado pelos gestores, pois estes evitam levar os conflitos internos em suas instituições de ensino para a seara judicial, ou por não ter a certeza de uma solução adequada, pois falta uma justiça com viés educacional ou porque a seara administrativa é suficiente, conseguindo dessa forma que assuntos de menor importância sejam resolvidos de maneira menos desgastante.

Entretanto, muitas das vezes, acredita-se que o meio administrativo é suficiente, mas essa crença pode levar a soluções injustas, não se fazendo suficiente para a solução do problema.

Casos como assédios morais ou sexuais, tráfico de drogas, agressões graves, precisam e devem ser levadas para o meio judicial; não possuindo, o gestor, competência para a solução de tais demandas.

Entretanto, antes de se provocar o meio judicial, algumas alternativas previstas em lei existem na tentativa de solução das demandas, alternativas, teoricamente, menos onerosas, menos desgastantes e mais céleres. Dentre estas alternativas podemos destacar três delas: Arbitragem, Conciliação e Mediação; todas reguladas em lei e com fases pré-judiciais.

Concluiu-se, também, que essas três formas pré-judiciais de solução de conflitos praticamente não são utilizadas em ambiente escolar, ficando muito aquém da

previsão quanto a sua utilização; tais instrumentos processuais pré-judiciais deveriam ser muito mais explorados, buscados, utilizados, o que, na prática, não ocorre.

A seara administrativa, portanto, continua sendo o principal meio de busca de solução de conflitos, mas como já afirmado, não se pode resolver todas as demandas dessa forma, sob pena de cometimento de injustiças e violação dos Direitos Humanos.

#### **5.1.2. Identificar que conhecimentos jus-educacionais os gestores escolares possuem para poderem atuar**

A partir dos resultados encontrados na presente pesquisa, diagnosticou-se a existência de uma grande dificuldade por parte dos gestores educacionais em dominar tão vasto conhecimento referente ao Direito Educacional centrado nos Direitos Humanos.

Além dos conhecimentos que os mesmos possuem - administrativos e pedagógicos -, os gestores deveriam ter acesso aos conhecimentos referentes a legislação e aos Direitos Humanos, a fim de que possam fazer uso, na prática diária, na instituição de ensino, desses saberes relacionados aos direitos do homem e sua dignidade como espécie.

Às vezes existe o acesso, pois, nos dias de hoje, a internet providencia, mas o simples acesso não é suficiente, necessitando, muitas vezes, que se faça uma interpretação, se faça um trabalho teleológico acerca das leis e da legislação.

Os gestores educacionais possuem conhecimentos administrativos e pedagógicos, que adquiriram pela experiência, prática diária, por cursos de aperfeiçoamento; mas, em sua maioria, os gestores não possuem ou possuem de forma insipiente conhecimento na área jurídica, tratando muitas vezes de forma amadorística de questões de alta relevância, relacionados a seara jurídica – Cíveis e Penais - principalmente, questões que tratam dos Direitos Humanos.

Para que os gestores possam exercer a sua função de forma ampla, a assegurar a garantia de direitos fundamentais sem infringirem direitos individuais e coletivos da sua comunidade escolar, o pesquisador concluiu que os mesmos, apesar de possuírem conhecimentos administrativos e pedagógicos, precisam ter os referidos

conhecimentos jurídicos, pois torna-se impossível exercê-los sem conjugar aqueles entre si e sem conjugar aqueles com esses, de forma a locupletá-los congruentemente.

Esse conhecimento jurídico perpassa pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como por todos os Tratados Internacionais que tratem da matéria Educacional, principalmente os Tratados em que o Brasil seja signatário. Além desse macro conhecimento, outros possuem muita relevância, como leis especializadas que cuidam da matéria, que, a título exemplificativo, o pesquisador enumera: 1. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 2. Estatuto da Criança e do Adolescente; 3. Estatuto da Juventude; 4. Estatuto do Índio; 5. Leis de Cotas nas Universidades; 6. Leis do Piso Salarial do Magistério Nacional; 7. Projeto de Lei batizado por “Escola sem Partido”; entre tantas outras, não menos importantes.

Tal situação de desconhecimento dos gestores levou o pesquisador a um estado de inquietação, levou-o a destacar uma ideia que já existe nos meios acadêmicos nacionais e que poderia facilitar para que os gestores, em todo o território nacional, possam vir a ter um conhecimento consolidado na referida matéria: A Sistematização do Direito Educacional para torná-lo mais um ramo do Direito, o que facilitaria o seu estudo, como tantos outros já existentes nos cursos de formação de Advogados, tornando-o obrigatório, pois é tão importante quanto outras cadeiras como Direito Civil, Direito Penal e Direito Processual; e o oferecimento de uma disciplina obrigatória em todos os cursos de formação de professores, em grau médio e superior.

Certo é que essa sistematização, apesar de longe de vir a ocorrer, seria o início para a solução de uma série de conflitos em âmbito educacional e de um aprimoramento em seu estudo, interpretação e aplicação; a fim de chegar a um sistema educacional de excelência em todos os sentidos, sonho de uma sociedade tão carente de uma Educação de qualidade.

### **5.1.3. Analisar como os gestores escolares aplicam os conhecimentos jus-educacionais no exercício das suas funções**

Os gestores educacionais, muitas vezes imbuídos das melhores das intenções, não se sentem preparados a atuar quando o conflito/confronto envolve questões que precisam



ser dirimidas pelo poder judiciário, ficando muitas vezes sem saber o que exatamente fazer.

Quando são questões de menos complexidade, questões que podem ser resolvidas pedagógico-administrativamente, os gestores buscam a resolução de forma eficiente e satisfatória, resolvendo-as internamente; mas quando o confronto envolve questões mais sérias, questões que venham a necessitar de uma intervenção externa, com a intromissão do Poder Judiciário ou do Ministério Público, faz-se necessário que os gestores tenham maiores conhecimentos jurídico-educacionais, para que, de forma concreta, possam buscar a melhor solução, para que não venham a infringir princípios e garantias individuais ou coletivos, para que assegurem a aplicação dos Direitos Humanos.

Questões, por exemplo, que envolvam alunos dentro das unidades escolares, de menos complexidade, que possam ser resolvidas internamente, “*intra-muros*”, os gestores resolvem administrativamente sem o envolvimento do poder judiciário ou da força policial. Entretanto, muitas vezes questões de pequena complexidade, que se inicia menor poderão vir a tomar grandes proporções.

O *bullying*, por exemplo, conceituado na legislação pátria, na lei 13.185 de 06 de novembro de 2015, como uma intimidação sistemática, sendo esta todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor ou angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (artigo 1º parágrafo 1º). No entanto, difícil saber onde se inicia exatamente o *bullying*, pois elementos subjetivos são levados em conta em sua caracterização, elementos que somente aquele que sofre a violência é que deverá saber determinar; como a própria violência psicológica. O ato que afete uma pessoa psicologicamente poderá ser para outra um mero aborrecimento, dependendo em cada caso da formação individual de cada pessoa.

Outro fator a considerar é a exigência do ato de violência ter que ser repetitivo, reiterado. Duas vezes já deverá ser considerado repetitivo? Também dependerá da

subjetividade de cada indivíduo. E a motivação? Se houver evidente motivação não será *bullying*? Será o quê? São questões a serem respondidas com o passar do tempo. Na prática, o que ficou averiguado na pesquisa é que, em regra, a lei 13.185/2015 pouco será aplicada, pois é prática comum nas escolas pesquisadas e, de certa forma, nas escolas brasileiras, que se tente solucionar os problemas internamente, no interior das escolas, sem que se leve problemas para outros órgãos não envolvidos no sistema educacional, como o poder judiciário, o ministério público e, até mesmo, para a Secretaria de Educação; pois entendem os gestores que a unidade escolar deverá ater-se a seus problemas.

Outros dois tipos de violências mais comuns de ocorrerem em âmbito escolar se encontram a “violência em relações familiares” e a “violência decorrente do tráfico”.

Ambas com um grau de lesividade, geralmente, muito alto. Nesses dois casos os gestores, na maioria das vezes, buscam ajuda externa. Num primeiro momento busca-se a Secretaria de Educação, que com o seu quadro de funcionários tentam solucionar o problema; mas, caso não consigam uma solução, o Ministério Público, em sua Diretoria de Proteção ao Menor e ao Adolescente, com profissionais especializados, é acionado. Muitas vezes as questões vão parar no judiciário.

Sem esquecer que a força policial, sempre vigilante, é acionada nas ocasiões de urgência e emergência.

Assim, esses tipos de violências quando chegam a ponto de uma intervenção externa, quando chegam ao ponto de necessitarem de interferência de órgãos que se encontram fora do sistema educacional regular, terão a intervenção policial, emandas resolvidas pelo Poder Judiciário, interferência do Ministério Público e assistência da Defensoria Pública.

Entretanto, atuando dessa forma, os gestores educacionais atuam seguramente como pedagogos e administradores, mas faltam-lhes um mínimo conhecimento jurídico para que possam apaziguar de forma competente questões jurídicas de baixa complexidade. A sistematização do Direito Educacional em um ramo do Direito, assim como os outros já existentes – Cível, Penal, Tributário, Administrativo, Ambiental, dentre outros – de forma autônoma e independente, facilitaria na apreensão dos

conhecimentos correlatos ao mesmo, trazendo mais segurança aos gestores para uma atuação mais eficaz na função.

## **5.2. Considerações finais**

O trabalho partiu do princípio de que os Direitos Humanos são peça chave em qualquer sociedade que se diz democrática de direito e que o seu não uso acarreta uma série de ilegalidades, ilicitudes e injustiças, ocasionando inclusive a ilegitimidade da gestão pública, cabendo aí a gestão escolar de escolas públicas e escolas particulares com concessão pública.

Entende o pesquisador que a assimilação desses conhecimentos poderá ser feita por meio de cursos de aprimoramento, por meio de uma adequada preparação dos gestores, oferecimento como uma disciplina nos cursos de formação de professores; de forma a torná-los capazes de análise, ação e solução, diante do conflito em um ambiente educacional.

Certamente que referida disciplina não seria assimilada de forma fácil e rápida o que leva o pesquisador defender também a necessidade de uma consolidação única dos direitos educacionais ou direitos relacionados ao meio educacional, similar ao que ocorreu com as leis trabalhistas, na década de 50 do século passado, por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Para o bem do desenvolvimento e segurança jurídica, onde os gestores possam atuar na certeza da defesa da dignidade humana, sem que haja qualquer tipo de assédio, é imprescindível tais conhecimentos.

Por fim, vale a pena ressaltar que, sem querer ser redundante, os Direitos Humanos são assecuratórios de todo o complexo da dignidade universal do ser humano, individual ou coletivamente, de forma a tornar a sociedade mais igualitária, sem que haja ameaças à perda de direitos conquistados a duro esforço, por meio de várias disputas, através dos tempos.

### **5.3. Limitações do estudo**

Do total dos seis diretores/colaboradores entrevistados, todos os seis tiveram a sua entrevista aproveitada para a pesquisa, dando-se destaques para conflitos mais comuns de ocorrerem, que seriam aqueles entre os próprios alunos da unidade escolar e, mais particularmente, outros conflitos como questões de “bullying” em uma das escolas, questões de violência do tráfico em outras e, até questões de violência familiar em outras delas. De uma forma geral, as escolas visitadas pareciam apresentar um funcionamento tranquilo, com circulação de professores e funcionários em seu interior e, em nenhuma delas, nenhuma intercorrência ocorreu enquanto o pesquisador encontrava-se em seu espaço físico.

Não se pode chegar a conclusão, contudo, de forma generalizada e ampla, de que todos os gestores possuam os mesmos conhecimentos, dois deles, os mais antigos na função de gestores educacionais, afirmaram que fizeram curso de aprimoramento na década de 90 do século passado, tomando conhecimento de aprendizados administrativos, pedagógicos, legislativos, mas nenhum deles focado nos Direitos Humanos, o que demonstra que não trataram da aprendizagem sobre os Direitos Humanos, em tese, de forma teórica e prática, o que, caso tivesse sido disponibilizado tal conhecimento, demonstraria um preparo solidificado e isso nenhum deles possui.

O pesquisador defende, ainda, a ideia de que as escolas em suas comunidades, em comunhão com a sociedade, seriam uma excelente maneira de resolver grande parte dos problemas que hoje ocorrem, se as equipes gestoras fossem realmente preparadas e condicionadas, com saberes como um aprendizado à cerca da Constituição da República Federativa do Brasil; sobre Códigos Pátrios como o Código Penal, o Código Civil, os Códigos de Processo Penal e Civil; as legislações específicas; fazendo desse material uma consolidação de leis direcionadas à área educacional. Dessa forma poder-se-ia resolver grande parte dos problemas previamente; questões relacionadas à Segurança Pública, à Saúde e à própria Educação; que muitas vezes se gastam milhões de reais, sem que seja resolvido de uma vez por todas, mas utilizado mais como uma ação midiática.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Chico. Para Humanizar o Bicho Humano – Direitos Humanos. Editora Garamond. 1.998.

AULETE, Caldas. Aulete Digital – O dicionário da Língua Portuguesa na Internet. Disponível em: < <http://www.aulete.com.br/>>

BETO, Frei. Educação em Direitos Humanos – Direitos Humanos. Editora Garamond. 1.998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>

BRASIL. Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm)>

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>.

BRASIL. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>

BRASIL. Lei 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm)>

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>

BRASIL. Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm)>

BRASIL. Lei 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação. Disponível em :<pne.mec.gov.br/>

BRASIL. Lei 13.185, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate de Intimidação Sistemática (BULLYING). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm>

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>

BRASIL . Plano Municipal de Educação. RIO DE JANEIRO. CABO FRIO. Lei 2.644 de 1º de julho de 2015.

BRASIL. Projeto de Lei – Câmara dos Deputados – 867 de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em <www2.camara.leg.br > Comunicação > Câmara Notícias > Educação e Cultura>

BRASIL. Tratado Internacional Direitos dos Deficientes (Decreto 6.949/2009). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2009/.../d6949.htm>

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf>

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 3ª Edição. Coimbra: Almedina, 1999, p. 347.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 13ª ed. Lumen Juris Editora. Rio de Janeiro. 2005.

CRESWELL, J. W. (2009). Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3a ed. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19144/11145.>

DANTAS, Ivo. Princípios Constitucionais e Interpretação Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 1995.

ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. Conceito de princípios constitucionais. São Paulo. RT, 2002.

FREIRE, Paulo. A educação como prática da Liberdade. 1997. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro\_freire\_educacao\_pratica\_liberdade.pdf>

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12ª Edição. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_educacao\\_e\\_mudanca.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf)>

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Pedagogia dos Sonhos Impossíveis. 2015. Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/Pedagogia-Sonhos-Poss%C3%83%C2%ADveis-Paulo-Freire-ebook/dp/B00XK5KH0U?tag=99eboo-20>>

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. A Construção do Saber. Reimpressão 2008. Editora UFMG. Minas Gerais. 2008.

LÜCK, Heloisa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à formação de seus gestores. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2116/2085>>

MADUREIRA, César; RODRIGUES, Miguel. A Administração Pública do século XXI: Aprendizagem organizacional, mudança comportamental e reforma administrativa. Disponível em:< [www.scielo.mec.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a02.pdf](http://www.scielo.mec.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a02.pdf)>

LIMA, Maria Emília Amarante Torres. Análise do Discurso e/ou Análise de Conteúdo. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/166>>

MARTINS, José do Prado. Gestão Educacional: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. WAK Editora. 3ª Edição. Rio de Janeiro. 2007.

NUNES, Jonas Tadeu. O Direito Educacional a caminho da sistematização. Disponível em: < <http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-direito-educacional-caminho-da-sistematiza%C3%A7%C3%A3o>>

SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. Disponível em: <[www.mundojuridico.adv.br](http://www.mundojuridico.adv.br)>.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 17ª ed. Brasil, Malheiros, 2.000.

UNESCO – Declaração Universal dos Direitos do Homem. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>

UNESCO – Educação : Um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI (1996/1997). Disponível em: <[unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf)>

UNIÃO EUROPEIA. Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf)>

UNIÃO EUROPEIA. Educação, formação profissional e juventude. Disponível em: <<http://www.historiasiglo20.org/europortug/glossario1.htm#Educação, formação profissional e juventude>>.

YIN, R. (1994). Estudo de Caso – Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman.



**ANEXOS**  
**Anexo I -**

**1. GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO – IPP.**  
**PORTO/PORTUGAL-PT**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA INTEGRADA**  
**FATIN/CABO FRIO – RJ – BRASIL**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**Especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas**

**PROJETO:** Gestão Democrática Educacional: Princípios e Garantias.  
Uma reflexão para a construção de um modelo de Gestão Educacional Democrática  
pautada em um sistema declaratório dos Princípios e Garantias Fundamentais e  
Direitos Constitucionais.

Mestrando: FABIANO COELHO ANTUNES.

O mestrando é dedicado a duas áreas concomitantes de conhecimento, buscando sempre efetuar as suas pesquisas embasando-se na área Educacional e na área Jurídica. Com graduação em Letras (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira) e em Direito, pós-graduado e especializado nas duas, com mais de uma especialização em cada uma delas, exercendo as funções de magistério desde 1999 e as funções judicantes desde 2000, quando estagiava ainda na universidade, sempre procurou exercê-las com comprometimento e responsabilidade.

Chegado o momento em que entendeu realizar uma pesquisa onde pudesse unir umbilicalmente as duas áreas, tornando-se pesquisador e profissional jurisconsulto, junto às Instituições de Ensino, públicas e privadas, Secretarias e Ministério, de uma das mais instigantes áreas do conhecimento jurídico: Direito Educacional.

O presente trabalho busca uma forma de atuação junto às gestões escolares, uma forma de torná-las mais democráticas e mais atenciosas aos Direitos Humanos, demonstrando-as um modelo de Gestão Educacional pautada nos Princípios e Garantias Fundamentais e nos Direitos Constitucionais.

**OBJETIVO DO TRABALHO**

O presente projeto objetiva realizar um levantamento dos conhecimentos jus-educacionais necessários para que os gestores de unidades escolares possam atuar, consoante os Direitos Humanos, na solução de conflitos em uma instituição de ensino.

**Anexo 2 -**

**GUIÃO DE ENTREVISTA**

**1. FORMAÇÃO JUS-EDUCACIONAL.**

1.1. Qual a sua visão quanto a importância da orientação específica, em ambiente escolar, quanto aos Direitos Humanos em um Estado Democrático de Direito?

1.2. Você recebeu alguma formação para o atendimento à comunidade escolar?

( ) Sim ( ) Não

Em caso de sim descreva quais os tipos de formação recebeu:

1.3. Dentre as formações que você recebeu, existe algum tipo baseada nos Direitos Humanos?

1.4. Como são disponibilizadas essas formações?

**2. CONFLITOS RELACIONADOS AOS DIREITOS HUMANOS.**

2.1. O que você considera conflito na unidade escolar?

2.2. Você distingue conflito de confronto?

2.3. Quais são os principais conflitos (grau de importância e de reiteração) identificados nessa unidade escolar?

2.4. Considerando os conflitos descritos, quais são os atores e qual a função (discentes, funcionário de apoio, docentes, pais) de cada um? Como você se posiciona diante de cada conflito?

2.5. Quais são as principais causas desses conflitos?

A) Já foi realizado algum levantamento para identificar as principais causas desse conflitos? SIM ( ) NÃO ( )

B) Quais tipos de conflitos que mais reitera nessa unidade escolar?

B) Qual a melhor maneira para resolver um conflito: administrativa, policial ou judicialmente?

C) Quais das 3 maneiras a mais frequente de resolução de um conflito?

D) Já ocorreu nessa unidade escolar um conflito que tenha necessitado de resolução por meio de uma das duas outras maneiras?

2.6. Existe registro de conflitos?

A) Existem registros dos casos de conflitos? ( ) Sim ( ) Não

B) Em caso de sim, como são registrados?

- C) Existe divulgação desses dados junto aos responsáveis da Secretaria de Educação?
- D) Existe algum órgão da Secretaria de Educação responsável pela divulgação dos conflitos. ?
- E) Qual a forma de divulgação dos conflitos?

2.7. Acredita nos Direitos Humanos como orientação primeira na solução de conflitos?

A) Acredita nos Direitos Humanos como forma imprescindível para a resolução de conflitos em uma unidade escolar?

B) Consegue relacionar os conflitos nessa unidade escolar com os Direitos Humanos?

C) Como você normalmente resolve os conflitos?

2.7. Esta unidade escolar possui um Regimento como norma primeira a ser seguida? SIM ( ) NÃO ( )

A) **Se sim** - Considerando a aplicabilidade do regimento escolar, o que deveria ser evidenciado para toda a comunidade escolar?

B) O Regimento Escolar possui um capítulo próprio para acautelamento dos Direitos Humanos?

B) **Se não** – Acha importante que haja um regimento escolar com a participação de toda a comunidade em seu desenvolvimento?

### **3. COMPETÊNCIA PARA A AÇÃO PREVENTIVA OU REPRESSORA.**

3.1. Considerando os órgãos responsáveis, você acha que estes atuam de forma adequada para e solucionar o conflito? ( ) Sim ( ) Não

3.2. Em caso de sim, quais são as formas mais adequadas usadas por estes órgãos?

### **4. OS INSTRUMENTOS E MEIOS DISPONÍVEIS (PROCESSUAIS) NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO.**

4.1 A equipe gestora tem acesso a instrumentos e meios disponíveis no ordenamento jurídico capazes de solucionar conflitos?

4.2 Considera que a escola tem resolvido suas questões de conflito pautada nos Direitos Humanos?

4.3 Quais são os meios de resolução de conflitos adotados pela escola?

4.4 Esses meios tem surtido os efeitos esperados?

**5. QUE FORMAS E MANEIRAS DE TORNAR O GESTOR ESCOLAR MAIS PREPARADO E CONHECEDOR DE SABERES JURÍDICOS PARA PODER ATUAR COM MAIS SEGURANÇA NA FUNÇÃO COADUNANDO-SE AOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS?**

**5.1 Entidade Pública**

- A) O órgão público promove algum tipo de formação relacionada aos saberes jurídicos para a equipe gestora? ( ) Sim ( ) Não
- B) Em caso de Sim , quais foram os tipos de formação?
- C) Essa formação, pelo que se apresenta no dia a dia, é suficiente para resolver as situações de conflito?

**5.2 Entidade Privada.**

- D) Alguma entidade pública ou privada oferece esclarecimento jurídico para a comunidade escolar? ( ) Sim ( ) Não
- E) Em caso de Sim, que tipo de esclarecimento?
- F) Considera que esses esclarecimentos são adequados às suas necessidades?
- G) Como podem ser aprimorados?
- H) A escola disponibiliza para o corpo docente ou para o corpo discente algum tipo de orientação quanto aos Direitos Humanos no seio escolar?
- I) Quais orientações e como são disponibilizadas?

### **Anexo 3: Termo de Consentimento Livre Esclarecido.**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, tendo sido convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “*Educação e Direitos na Gestão de Conflitos na Escola*”, recebi do Sr. Fabiano Coelho Antunes (estudante do Mestrado do Instituto Politécnico do Porto – IPP/PT), sob orientação da Anabela Sousa as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas que:

- O presente estudo tem como objetivo estudar o conhecimento a cerca dos Direitos Humanos e a sua aplicação em âmbito educacional no Município de Cabo Frio-RJ. O estudo é importante para entender quais os meios e a sua aplicabilidade para a solução de conflitos ou confrontos nas escolas municipais de Cabo Frio.

- O estudo será realizado através da coleta de informações escritas pelos participantes usando-se questionários (entrevista) com perguntas sobre o assunto da pesquisa. Para entender se existe o devido conhecimento sobre legislação, direitos humanos e constitucionais. Por isso, constará no questionário perguntas sobre a qualificação dos gestores no exercício da função. Eu participarei da entrevista preenchendo o questionário.

- Os resultados que se desejam alcançar com o estudo são: Identificar os instrumentos e os meios existentes no ordenamento jurídico pátrio capazes de solucionar conflitos, caracterizar a aplicabilidade cotidiana e a eficiência, ou não, desses instrumentos e apontar formas e maneiras de tornar o gestor escolar mais preparado e conhecedor de saberes jurídicos para poder atuar com mais segurança na função coadunando-se aos direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição.

- Os benefícios que posso esperar ao participar da pesquisa são a valorização dos conhecimentos, hábitos e práticas tradicionais para o empoderamento da comunidade local, assim como contribuir para maior entendimento da diversidade sociocultural brasileira.

- A etapa que participarei será somente da entrevista, que não pretende acarretar nenhum prejuízo à minha saúde física ou mental. Se eu perceber que durante as respostas aos questionários eu sinta: cansaço, aborrecimento, constrangimento, desconforto ao me lembrar de coisas do passado (memórias) ou por conversar sobre a minha família ou comunidade, ou por qualquer outro motivo, a qualquer hora posso desistir de participar do trabalho e retirar o meu consentimento sem qualquer penalidade ou prejuízo pessoal. Ainda assim, entendi que a intenção desta pesquisa é que eu me sinta valorizado e possa compartilhar meus conhecimentos sobre os direitos humanos com minha família e com minha comunidade.

- Para minha própria segurança será mantido meu anonimato durante todas as fases da pesquisa, inclusive a publicação dos resultados. As informações identificadas com meu nome serão acessadas apenas pelos responsáveis pelo

estudo (cujos nomes estão no início deste documento). Ainda assim, como sei que pessoas mal-intencionadas podem tentar invadir arquivos físicos e eletrônicos e consultar os documentos da pesquisa sem consentimento dos pesquisadores, estou ciente de que pode haver quebra de sigilo involuntário e não intencional.

- Não há qualquer despesa para minha participação na pesquisa e não serei solicitado em nenhum momento posterior a este.

- A pesquisa não tem fins financeiros e os resultados serão utilizados somente para divulgação junto a outros pesquisadores e à comunidade em geral e como material de apoio e consulta ao desenvolvimento de futuras pesquisas.

- A qualquer momento que eu quiser desejar informações e esclarecimentos sobre o estudo ele será fornecido através do contato com a responsável pelo estudo, Fabiano Coelho Antunes, através do endereço eletrônico [adv\\_antunes@ymail.com](mailto:adv_antunes@ymail.com)

Cabo Frio, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

#### **Anexo 4: DESCRIÇÃO DAS ECOLAS ESTUDADAS**

##### **COLÉGIO MUNICIPAL 1 – CM1**

O CM1 pertence à rede de ensino do Município de Cabo Frio, colégio com mais de trinta anos de existência, encontra-se engajado na vida político-social do município, onde alcançou durante esses anos de existência diversas conquistas para toda a classe estudantil e para sociedade cabo-friense como um todo. Atualmente corre o risco de ser fechado, apesar de obter de forma reiterada sucesso no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; para que aja adequação constitucional dos graus de ensino ao respectivo ente federativo, algo que toda a classe estudantil não aceita e briga para que não ocorra.

B) Localização: Centro da Cidade

D) Educação oferecida: Ensino Médio

E) Quantidade média de alunos: em média de 500 alunos.

##### **Descrição detalhada do CM1**

Situação de Funcionamento: Em atividade

Localização/Zona da escola: Urbana

Dependência administrativa: Municipal

Regulamentação/Autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação: Sim

Educação Indígena: Não

Transporte Escolar público: Possui

Ensino Regular:

Ensino Regular Médio.

Atividade Complementar:

Apoio Escolar Em Matemática

Colégios Com Pintura E Desenho

Colégios Com Informática E Tecnologia Da Informação

Colégios Com Inclusão Digital

Colégios Com Xadrez

Outras Informações:

A escola possui organização por ciclos?: Não

Acessibilidade:

A escola é acessível aos portadores de deficiência?: Sim

As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?: Sim

Infra-estrutura (dependências):

A escola possui biblioteca?: Sim

A escola possui laboratório de informática: Sim

A escola possui laboratório de ciências?: Não

A escola possui sala de leitura?: Sim

A escola possui quadra de esportes?: Sim

A escola possui sala de atendimento especial?: Não

Computadores e Internet:

Internet: Sim

Banda larga: Sim

Sala de informática temporariamente inativada

Tipo de atendimento das turmas:

Atividade complementar

Não se aplica

### COLÉGIO MUNICIPAL 2 – CM2

O CM2 , pertencente à rede de ensino do Município de Cabo Frio, colégio com mais de 40 anos de existência e engajado na vida político-social do município, onde alcançou diversas conquistas para a categoria estudantil e para sociedade cabofriense como um todo. Recebe alunos de seu bairro, mas também de lugares mais distantes, oferecendo o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio para Jovens e Adultos - EJA.

D) Educação oferecida: Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

E) Quantidade média de alunos: em média 1.011 alunos



Descrição detalhada do CM2:

Situação de Funcionamento: Em atividade

Localização/Zona da escola: Urbana

Dependência administrativa: Municipal

Regulamentação/Autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação: Sim

Educação Indígena: Não

Transporte Escolar público: Não Possui

Ensino Regular:

Ensino Regular Fundamental, Anos Finais, Meio Período

Educação de Jovens e Adultos:

Eja, Anos Finais, Presencial

Eja, Ensino Médio, Presencial

Atividade Complementar:

Apoio Escolar Em Letramento E Alfabetização

Apoio Escolar Em Matemática

Colégios Com Arte E Cultura

Colégios Com Rádio Escolar

Colégios Com Ginástica E Tênis De Mesa

Atendimento Educacional Especializado (AEE):

Cursos Da Língua Escrita Para Alunos Com Deficiências

Cursos De Uso Da Informática Acessível

Cursos De Comunicação Alternativa E Aumentativa

Cursos Do Uso De Recursos Ópticos E Não Ópticos

Cursos Para Autonomia Na Escola

Cursos Para Alunos Com Deficiências

Cursos Para O Desenvolvimento De Processos Mentais

Outras Informações:

A escola possui organização por ciclos?: Não

Acessibilidade:

A escola é acessível aos portadores de deficiência?: Não  
As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?: Não

Infra-estrutura (dependências):

A escola possui biblioteca?: Sim  
A escola possui laboratório de informática: Sim  
A escola possui laboratório de ciências?: Sim  
A escola possui sala de leitura?: Sim  
A escola possui quadra de esportes?: Sim  
A escola possui sala de atendimento especial?: Não

Computadores e Internet:

Internet: Sim  
Banda larga: Sim  
Computadores para uso dos alunos: 29

Tipo de atendimento das turmas:

Atividade complementar  
Atendimento Educacional Especializado (AEE)  
Não se aplica

### COLÉGIO MUNICIPAL 3 – CM3

O CM3 situa-se na periferia de Cabo Frio, pertence à rede de ensino do Município de Cabo Frio, colégio com mais de 10 anos de existência e engajado na vida político-social do município, onde alcançou diversas conquistas para toda a categoria estudantil e para sociedade cabo-friense como um todo. Situando-se mais distante do Centro da Cidade de Cabo Frio e próximo a uma das maiores comunidades carentes do município —, preocupa-se muitas vezes com o assistencialismo além da pedagogia.

B) Localização: Periferia da Cidade

D) Educação oferecida: Ensino Fundamental I.

E) Quantidade média de alunos: aproximadamente 700 alunos

### Descrição detalhada do CM3

Situação de Funcionamento: Em atividade

Localização/Zona da escola: Urbana

Dependência administrativa: Municipal

Regulamentação/Autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação: Sim

Educação Indígena: Não

Transporte Escolar público: Possui

Ensino Regular:

Ensino Regular Fundamental, Anos Iniciais, Meio Período

Atividade Complementar:

Apoio Escolar Em Matemática

Colégios Com Pintura E Desenho

Colégios Com Informática E Tecnologia Da Informação

Colégios Com Inclusão Digital

Colégios Com Artes Marciais

Colégios Com Xadrez

Outras Informações:

A escola possui organização por ciclos?: Não

Acessibilidade:

A escola é acessível aos portadores de deficiência?: Sim

As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?: Sim

Infra-estrutura (dependências):

A escola possui biblioteca?: Não

A escola possui laboratório de informática: Sim

A escola possui laboratório de ciências?: Não

A escola possui sala de leitura?: Sim

A escola possui quadra de esportes?: Sim

A escola possui sala de atendimento especial?: Não

Computadores e Internet:

Internet: Sim

Banda larga: Sim

Computadores para uso dos alunos: 18

Tipo de atendimento das turmas:

Atividade complementar

Não se aplica

#### COLÉGIO MUNICIPAL 4 – CM4

O CM4 situa-se próximo ao centro de Cabo Frio, pertence à rede de ensino do Município de Cabo Frio, colégio com mais de 20 anos de existência e engajado na vida político-social do município, onde alcançou diversas conquistas para toda a categoria estudantil e para sociedade cabo-friense. Tratando-se de uma unidade de atendimento exclusivamente a surdos-mudos a escola exerce importante papel na vida desses indivíduos que tanto necessitam de uma orientação educacional.

D) Educação oferecida: Educação Surdos-Mudos.

E) Quantidade média de alunos: média de 57 alunos.

#### Descrição detalhada do CM4:

Situação de Funcionamento: Em atividade

Localização/Zona da escola: Urbana

Dependência administrativa: Municipal

Regulamentação/Autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação: Sim

Educação Indígena: Não

Transporte Escolar público: Possui

Educação Especial:

Escolas De Ensino Fundamental Especial, Anos Finais, Meio Período

Escolas De Ensino Fundamental Especial, Anos Iniciais, Meio Período

Escolas De Ensino Médio Especial, Médio, Período Integral

Atividade Complementar:

Apoio Escolar Em Português

Outras Informações:

A escola possui organização por ciclos?: Não

Acessibilidade:

A escola é acessível aos portadores de deficiência?: Sim

As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?: Sim

Infra-estrutura (dependências):

A escola possui biblioteca?: Não

A escola possui laboratório de informática: Não

A escola possui laboratório de ciências?: Não

A escola possui sala de leitura?: Sim

A escola possui quadra de esportes?: Sim

A escola possui sala de atendimento especial?: Não

Computadores e Internet:

Internet: Sim

Banda larga: Sim

Computadores para uso dos alunos: 3

Tipo de atendimento das turmas:

Atividade complementar

Não se aplica

#### COLÉGIO MUNICIPAL 5 – CM5

O Colégio, zona rural de Cabo Frio, pertence à rede de ensino do Município de Cabo Frio, colégio com mais de 15 anos de existência e engajado na vida político-social do município, onde alcançou diversas conquistas para toda a categoria estudantil e para sociedade cabo-friense como um todo. Situado em um dos maiores bairros do município, onde se encontra uma alta desigualdade social, também sofre com o problema de violência, principalmente relacionada ao narcotráfico.

D) Educação oferecida: Educação Fundamental II e Ensino Médio.

E) Quantidade média de alunos: média de 700 alunos.

Descrição detalhada do CM5

Situação de Funcionamento: Em atividade

Localização/Zona da escola: Urbana

Dependência administrativa: Municipal

Regulamentação/Autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação: Sim

Educação Indígena: Não

Transporte Escolar público: Não Possui

Ensino Regular:

Ensino Regular Fundamental, Anos Finais, Meio Período

Ensino Médio Médio Regular, Meio Período

Educação de Jovens e Adultos:

Eja, Ensino Médio, Presencial

Atividade Complementar:

Apoio Escolar Em Ciências

Apoio Escolar Em História E Geografia

Apoio Escolar Em Matemática

Apoio Escolar Em Português

Colégios Com Banda Fanfarra E Percussão

Colégios Com Canto Coral

Colégios Com Leitura E Teatro

Colégios Com Pintura E Desenho

Colégios Com Rádio Escolar

Colégios Com Jogos Não Estruturados E Recreação

Colégios Com Ginástica E Tênis De Mesa

Outras Informações:

A escola possui organização por ciclos?: Não

Acessibilidade:

A escola é acessível aos portadores de deficiência?: Não

As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?: Não

Infra-estrutura (dependências):

A escola possui biblioteca?: Não

A escola possui laboratório de informática: Sim

A escola possui laboratório de ciências?: Não

A escola possui sala de leitura?: Sim

A escola possui quadra de esportes?: Não

A escola possui sala de atendimento especial?: Não

Computadores e Internet:

Internet: Sim

Banda larga: Sim

Computadores para uso dos alunos: 10

Tipo de atendimento das turmas:

Atividade complementar

Não se aplica

FONTE: <https://guia-rio-de-janeiro.escolasecreches.com.br/ensino-medio/CENTRO-MUNICIPAL-PROFESSORA-ELZA-MARIA-SANTA-ROSA-BERNARDO-cabo-frio-cabo-frio-rio-de-janeiro-i33146721.htm>

### COLÉGIO MUNICIPAL 6 – CM6

O CM6 situa-se próximo ao centro de Cabo Frio, pertence à rede de ensino do Município de Cabo Frio, colégio com mais de 15 anos de existência e engajado na vida político-social do município, onde alcançou diversas conquistas para toda a categoria estudantil e para sociedade cabo-friense como um todo. Escola localizada em bairro nobre, próximo à Praia do Forte, uma das mais visitadas pelos turistas no verão, atendendo somente à Educação Infantil é usada pelos profissionais que exercem suas profissões nas redondezas da escola. Sem registro de violência.

B) Localização: Bairro próximo ao Centro da Cidade

D) Educação oferecida: Educação Surdos-Mudos.

E) Quantidade média de alunos: média de 57 alunos.

Descrição detalhada do CM6:

Situação de Funcionamento: Em atividade

Localização/Zona da escola: Urbana

Dependência administrativa: Municipal

Regulamentação/Autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação: Sim

Educação Indígena: Não

Transporte Escolar público: Não Possui

Ensino Regular:

Pré-Escolas De Meio Período

Ensino Regular Fundamental, Anos Iniciais, Meio Período

Atividade Complementar:

Apoio Escolar Em Letramento E Alfabetização

Apoio Escolar Em Matemática

Colégios Com Pintura E Desenho

Colégios Com Fotografia

Colégios Com Jornal Escolar

Colégios Com Horta Escolar Ou Comunitária

Colégios Com Jogos Não Estruturados E Recreação

Colégios Com Xadrez

Atendimento Educacional Especializado (AEE):

Cursos De Libras

Cursos Da Língua Escrita Para Alunos Com Deficiências

Cursos De Uso Da Informática Acessível

Cursos De Comunicação Alternativa E Aumentativa

Cursos Do Uso De Recursos Ópticos E Não Ópticos

Cursos Para Autonomia Na Escola

Cursos Para Alunos Com Deficiências

Cursos Para O Desenvolvimento De Processos Mentais

Cursos De Capacitação Em Orientação E Mobilidade



Outras Informações:

A escola possui organização por ciclos?: Não

Acessibilidade:

A escola é acessível aos portadores de deficiência?: Sim

As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?: Sim

Infra-estrutura (dependências):

A escola possui biblioteca?: Não

A escola possui laboratório de informática: Sim

A escola possui laboratório de ciências?: Não

A escola possui sala de leitura?: Sim

A escola possui quadra de esportes?: Sim

A escola possui sala de atendimento especial?: Sim

Computadores e Internet:

Internet: Sim

Banda larga: Sim

Computadores para uso dos alunos: 11

Tipo de atendimento das turmas:

Atividade complementar

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Não se aplica

## **Anexo 5 –**

### **Tabelamento das Entrevistas semiestruturas**

#### **ANEXO TABELAS**

Tabela 1 – Análise das entrevistas com os diretores sobre a importância da formação Jus-Educacional dos Gestores Escolares.

#### **3.1. FORMAÇÃO JUS-EDUCACIONAL**

<u>Perguntas:</u>	<u>Respostas:</u>
1.1. Qual a sua visão quanto a importância da orientação específica, em ambiente escolar, quanto aos Direitos Humanos em um Estado Democrático de Direito?	Foi verificado que todos os diretores entrevistados acreditam que os Direitos Humanos é uma forma de solução de conflitos importante e possível em uma ambiente escolar.
1.2. Você recebeu alguma formação para o atendimento à comunidade escolar?	Dos 6 diretores entrevistados apenas dois receberam.
1.3. Quais os tipos de formação recebeu?	Formação para o atendimento à comunidade escolar: pedagógica e administrativa.
1.4. Dentre as formações que você recebeu, existe algum tipo baseada nos Direitos Humanos?	Os professores informaram que não receberam formação baseada nos direitos humanos.
1.5. Como são disponibilizadas essas formações?	Em módulos presenciais dentro da própria Secretaria Municipal de Educação.

Tabela 2 – Análise das entrevistas com os diretores sobre a importância da formação Jus-Educacional dos Gestores Escolares.

### **3.2. CONFLITOS RELACIONADOS AOS DIREITOS HUMANOS.**

Perguntas:	Respostas:
2.1. O que você considera conflito na unidade escolar?	Aquilo que de alguma forma possa influenciar negativamente no regular andamento da unidade escolar.
2.2 Você distingue conflito de confronto?	Responderam afirmativamente.
2.3 Quais são os principais conflitos (grau de importância e de reiteração) identificados nessa unidade escolar?	Cada um dos gestores destacaram um tipo determinado de conflito, com fundo familiar, discriminatório, sexual ou de assédio.
2.4. Considerando os conflitos descritos, quais são os atores e qual a função (discentes, funcionário de apoio, docentes, pais) de cada um? Como você se posiciona diante de cada conflito?	Mais comum conflitos entre estudantes. De forma a tentar resolver da apaziguando os ânimos.
2.5. Quais são as principais causas desses conflitos?	Causas de ordem violenta e desrespeito aos Direitos Humanos.
A) Já foi realizado algum levantamento para identificar as principais causas desses conflitos?	Resposta negativa.
B) Quais tipos de conflitos que mais reitera nessa unidade escolar?	Conflitos de ordem administrativa e pedagógica.
C) Qual a melhor maneira para resolver um conflito: administrativa, policial ou judicialmente?	Administrativamente.
D) Quais das 3 maneiras a mais frequente de resolução de um conflito?	A via administrativa.
E) Já ocorreu nessa unidade escolar um conflito que tenha necessitado de resolução por meio de uma das duas outras maneiras?	Apenas uma das escolas respondeu positivamente.
2.6. Existe registro de conflitos?	Resposta afirmativa.
A) Existem registros de casos de conflitos?	Resposta afirmativa.
B) Em caso de sim, como são registrados?	Registro interno por meio de um livro.
C) Existe divulgação desses dados junto aos responsáveis da Secretaria Municipal de Educação?	Somente quando se faz necessário, na falta de uma solução interna.
D) Existe algum órgão da Secretaria	Não souberam responder.

de Educação responsável pela divulgação dos conflitos?	
E)Qual a forma de divulgação de conflitos?	Não souberam responder.
2.7. Acredita nos Direitos Humanos como orientação primeira na solução de conflitos?	Todos responderam positivamente.
A)Acredita nos Direitos Humanos como forma imprescindível para a resolução de conflitos em uma unidade escolar?	Todos responderam positivamente.
B)Consegue relacionar os conflitos nessa unidade escolar com os Direitos Humanos?	Todos responderam positivamente.
C) Como você normalmente resolve os conflitos?	Tentando resolver de forma a solucionar o conflito.
2.8. Esta unidade escolar possui um Regimento como norma primeira a ser seguida?	Todos os gestores afirmaram que sim.
A)Considerando a aplicabilidade do regimento escolar, o que deveria ser evidenciado para toda a comunidade escolar?	Todos afirmaram que regras de organização do espaço escolar, sendo as mesmas disponibilizadas no ato da matrícula por meio de uma minuta.
B)O Regimento Escolar possui um capítulo próprio para acautelamento dos Direitos Humanos?	Resposta negativa.
C)Acha importante que haja um regimento escolar com a participação de toda a comunidade em seu desenvolvimento?	Todos responderam positivamente.

Tabela 3 – Análise das entrevistas com os diretores sobre a importância da formação Jus-Educacional dos Gestores Escolares.

**3.3. COMPETÊNCIA PARA A AÇÃO PREVENTIVA OU REPRESSORA.**

Perguntas:	Respostas:
3.1 Considerando os órgãos responsáveis, você acha que estes atuam de forma adequada para e solucionar o conflito? ( ) Sim ( ) Não	Todos responderam negativamente.
3.2. Em caso de sim, quais são as formas mais adequadas usadas por estes órgãos?	

Tabela 4 – Análise das entrevistas com os diretores sobre a importância da formação Jus-Educacional dos Gestores Escolares.

**4.4. OS INSTRUMENTOS E MEIOS DISPONÍVEIS (PROCESSUAIS) NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO.**

Perguntas:	Respostas:
4.5 A equipe gestora tem acesso a instrumentos e meios disponíveis no ordenamento jurídico capazes de solucionar conflitos?	Todos os entrevistados responderam negativamente.
4.6 Considera que a escola tem resolvido suas questões de conflito pautada nos Direitos Humanos?	Todos responderam positivamente.
4.7 Quais são os meios de resolução de conflitos adotados pela escola?	Prioritariamente, o administrativo.
4.8 Esses meios tem surtido os efeitos esperados?	Todos responderam positivamente.

Tabela 5 – Vformas e maneiras de tornar o gestor mais preparado na atuação da função de gestão conforme os Direitos e Garantias Fundamentais.

**4.5. QUE FORMAS E MANEIRAS DE TORNAR O GESTOR ESCOLAR MAIS PREPARADO E CONHECEDOR DE SABERES JURÍDICOS PARA PODER ATUAR COM MAIS SEGURANÇA NA FUNÇÃO COADUNANDO-SE AOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS.**

Perguntas:	Respostas:
A) O órgão público promove algum tipo de formação relacionada aos saberes jurídicos para a equipe gestora? (    ) Sim (    ) Não	Todos responderam negativamente.
B) Em caso de Sim , quais foram os tipos de formação?	
C) Essa formação, pelo que se apresenta no dia a dia, é suficiente para resolver as situações de conflito?	